

**Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

THIAGO DE ANDRADE ROMEU ALEXANDRE

**O INSTITUTO MILLENIUM E OS
INTELECTUAIS DA “NOVA DIREITA” NO BRASIL**

Juiz de Fora
2017

THIAGO DE ANDRADE ROMEU ALEXANDRE

**O INSTITUTO MILLENIUM E OS
INTELECTUAIS DA “NOVA DIREITA” NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Dmitri Cerboncini Fernandes

Juiz de Fora
2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Alexandre, Thiago de Andrade Romeu.

O Instituto Millenium e os Intelectuais da "Nova Direita" no Brasil / Thiago de Andrade Romeu Alexandre. -- 2017.

114 f.

Orientador: Dmitri Cerboncini Fernandes

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2017.

1. Instituto Millenium. 2. Nova Direita. 3. Intelectuais. I. Fernandes, Dmitri Cerboncini, orient. II. Título.

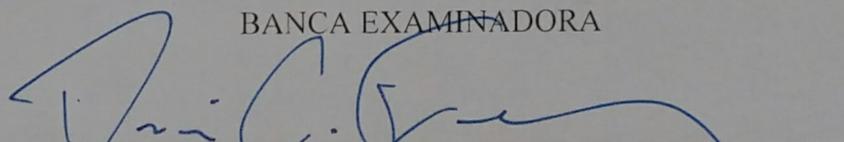
THIAGO DE ANDRADE ROMEU ALEXANDRE

O Instituto Millenium e os intelectuais da “nova direita” no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 30/08/17

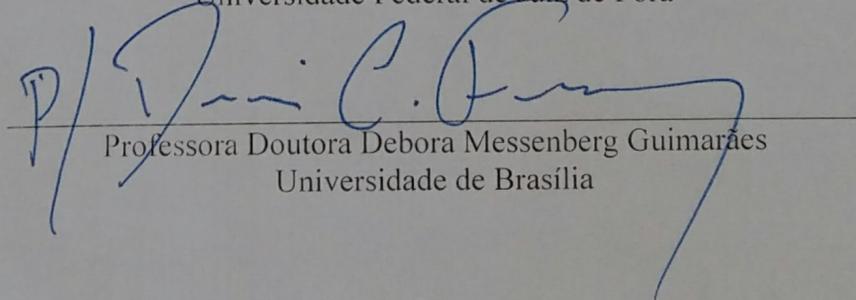
BANCA EXAMINADORA



Professor Doutor Dmitri Cerboncini Fernandes (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Professor Doutor Paulo Roberto Figueira Leal
Universidade Federal de Juiz de Fora



Professora Doutora Debora Messenberg Guimarães
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional em todos os momentos. À minha companheira, Juliana, pelo carinho e paciência ao longo dessa jornada. A todos os amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Dmitri Fernandes, pela acolhida, pelo profissionalismo e a serenidade com que acompanhou o desenvolvimento desta pesquisa, minha admiração e mais sinceros agradecimentos.

A todos os membros do Núcleo de Pesquisa em Autoritarismo, Preconceito e Ideologia, cuja amizade, convivência e reflexões em conjunto me foram essenciais nessa jornada.

Resumo

Os *think tanks* são instituições de pesquisa e defesa de valores políticos-ideológicos que emergiram a partir dos anos 1970 no contexto da transnacionalização de políticas econômicas neoliberais. Sua participação na elaboração, divulgação e defesa de ideias deste tipo, tanto para a opinião pública quanto diretamente às instancias de poder, foram fundamentais para o estabelecimento de governos de direita em vários países da América Latina, nos Estados Unidos e Inglaterra. O Instituto Millenium é um desses *think tanks*, reunindo hoje pouco mais de 300 intelectuais de grande expressão no campo político, econômico, empresarial, midiático e intelectual do país. A partir das manifestações de junho de 2013, ganharam extraordinária projeção, integrando um grupo agora mais vasto e diversificado de instituições de matiz similar e incorporando uma fração importante do que viria a ser conhecido como a “nova direita” do Brasil. Ao analisar a estrutura institucional e a composição do Instituto Millenium, assim como os artigos de opinião publicados pelos seus mais proeminentes especialistas, a pesquisa pretende avançar na compreensão dos conteúdos políticos e ideológicos da parcela “progressista-liberal” da “nova direita” brasileira

Abstract

The think tanks are institutions of research and defense of political-ideological values that emerged from the 1970s in the context of the transnationalization of neoliberal economic policies. Its participation in the elaboration, dissemination and defense of ideas of this type, both for public opinion and directly to the authorities in power, were fundamental for the establishment of right-wing governments in several countries of Latin America, in the United States and England. The Millenium Institute is one of these think tanks, bringing together today more than 300 intellectuals of great expression in the political, economic, business, media and intellectual field of the country. Since the mass protests of June 2013, they have gained extraordinary projection, integrating a now vaster and diversified group of institutions of similar hue and incorporating a significant fraction of what would come to be known as the "new right" of Brazil. In analyzing the institutional structure and composition of the Millenium Institute, as well as the articles of opinion published by its most prominent experts, the research intends to advance the understanding of the political and ideological contents of the "progressive-liberal" portion of the Brazilian "new right".

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Formação Principal.....	66
Gráfico 2: Instituição de Formação Nacional.....	66
Gráfico 3. País de Formação Internacional.....	67
Gráfico 4: Universidades Norte Americanas.....	68

Lista de Tabelas

Tabela 1. Membros das Câmaras.....	55
Tabela 2. Membros dos Conselhos e Comitê Gestor.....	56

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
PARTE I: REFLEXÕES TEÓRICAS	
1. Crise de hegemonia: a perspectiva gramsciana das alternâncias de poder...	15
2. A morfologia do pensamento conservador segundo Karl Mannheim.....	21
PARTE II: OS <i>THINK TANKS</i> E A “NOVA DIREITA”	
3. A “nova direita” brasileira, ontem e hoje.....	27
4. <i>Think tanks</i> : O que são e como pesquisá-los.....	41
5. Ressaca neoliberal e os think tanks da “nova direita”.....	46
PARTE III: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	
6. “Revolucionando a agenda política”: o surgimento do Instituto Millenium.....	58
6.1. Estrutura institucional.....	63
6.2. Missão, visão e valores.....	67
6.3. Os notáveis	72
6.4. O Millenium no poder.....	78
7. Análise de conteúdo retórico.....	81
7.1. Indivíduo, mérito e valor.....	84
7.2. Neoliberalismo, Estado e mercado.....	91
7.3. Esquerda, direita e ressentimento.....	96
7.4. A ideologia do real.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
BIBLIOGRAFIA.....	109
ANEXO.....	113

INTRODUÇÃO

Há alguns anos atrás, poucos eram aqueles que se diziam de direita no Brasil. Conservada a memória das duas décadas de regime militar no país, era natural que a classe política quisesse se afastar de termos e ideias que remetessem ao período autoritário, principalmente após a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Anos antes, com a crise do *Welfare State*, a queda do Muro de Berlim e, com ele, o fim do socialismo “real”, o capitalismo impôs-se como sistema político e econômico hegemônico em todo o mundo. A forma que este capitalismo tomou e se desenvolveu seguiu, já no início dos anos 1980 e durante toda a década de 1990, a doutrina política e econômica elaborada pelo pensamento austro-americano, notadamente, a Escola Austríaca de Economia e a Escola de Chicago, o corpo teórico mais expressivo daquilo que se convencionou chamar de neoliberalismo.

Com vários países da América Latina, entre eles o Brasil, enfrentando grave crise econômica e financeira na última década do século XX, o socorro às nações em desenvolvimento pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial veio acompanhado de uma série de medidas imperativas de matiz neoliberal, entre elas, a que limitava o investimento público para a criação de superávit a serviço da dívida externa. Esse processo ficou historicamente conhecido como Consenso de Washington.

No contexto nacional, as consequências de tais políticas foram, entre outras, um amplo programa de privatizações de empresas estatais e de abertura econômica. O processo que se iniciou na década de 1990 pelo governo Collor foi continuado por Itamar e se intensificou no governo de Fernando Henrique Cardoso, já em 1995. Com a reforma monetária que tornou possível o Real e a estabilização da economia com a adoção do tripé macroeconômico (câmbio flutuante, superávit fiscal e meta de inflação) já no segundo mandato, o país começava a aventar uma política econômica de longo prazo para o seu desenvolvimento.

Galgando relativo sucesso no plano econômico, no plano social as consequências de tais medidas foram desastrosas. Com a série de privatizações das empresas estatais, grandes contingentes de trabalhadores foram demitidos, que junto a serviços públicos ineficientes e a alta carga tributária do país, aumentavam ainda mais a já aguda crise social. A consequente precarização das classes populares em virtude da adoção de tais medidas ensejou o afloramento das

narrativas de esquerda, não apenas no Brasil, mas também em todo o continente, em virtude das consequências sociais de tal escopo de medidas. O século XXI inaugurou uma virada à esquerda na maioria dos países sul-americanos, com a emergência de governos populares na Venezuela, Bolívia, Argentina, Peru e também no Brasil, com a ascensão de Lula ao poder em 2003.

Em 2005, a despeito do sucesso que as políticas do petista começavam a produzir, um importante ponto de resistência foi instalado na região central do Rio de Janeiro. Aquilo que posteriormente viria a se chamar de Instituto Millenium e a congregar mais de 300 membros, dentre as personalidades mais importantes do país nas áreas econômica, política, empresarial e de mídia, começou de forma tímida pela iniciativa de alguns poucos intelectuais dispostos a difundir ideias neoliberais na plena vigência do lulismo. São esses, na conceituação gramsciana, os intelectuais orgânicos de uma classe dominante que compõe a linha de frente de um projeto político-econômico e ideológico específico. O Instituto ainda conta com o apoio mantenedor de poderosos grupos empresariais, como a Gerdau, bancos e holdings estrangeiras, além do apoio de poderosos grupos de mídia, como as Organizações Globo, Abril e Grupo Estadão.

Operando aquém de suas expectativas no início de sua jornada, o *think tank* de defesa de valores neoliberais teve que adequar suas pretensões à realidade da sociedade e da disposição do empresariado brasileiro, contraste que fica evidente quando analisamos seu texto de inauguração com a sua forma e atuação hodierna. Seu crescimento gradual ao longo do tempo pode ser melhor acompanhado a partir do volume de suas receitas, que em 2009 passaram a ser divulgadas por força de lei, quando o Instituto tornou-se OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Privado).

Os *think tanks* se enquadram naquilo que Gramsci chamou de “aparelhos privados de hegemonia” que compõem a sociedade civil. São organizações privadas, em geral apartidárias e sem fins lucrativos, especializadas ou não em alguma área ou setor, que atuam por meio do trabalho de pessoal especializado na realização de pesquisas, elaboração de políticas, defesa de ideias ou de lobby, com vistas a influenciar a opinião pública e os gestores públicos na realização social de um receituário político-ideológico específico. De origem anglo-saxã, apresentaram amplo crescimento a partir dos anos 1970, constituindo uma extensa rede transnacional de apoio operacional, *know-how* e financiamento, com papel de

destaque nos momentos de crise ou transição política em vários países e regiões do globo. Situam-se, de acordo com Rocha (2015), num espectro que vai de um profissionalismo politicamente desinteressado até um ativismo político orientado ideologicamente, o que altera substancialmente suas estratégias de persuasão e convencimento.

O descontentamento dos membros do Instituto com as alternativas políticas com chances no pleito presidencial de 2010, e de parte da direita representada por ele marca uma virada liberal em relação à direita vinculada às elites políticas tradicionais do país. O que visavam e o que ainda procuram construir é viabilizar uma liderança política que representasse os ideais de uma “direita moderna” e que não tema defender temas polêmicos, como privatizações, meritocracia, livre mercado e austeridade fiscal. Assim, o Millenium está intrinsecamente inserido num processo contra-hegemônico de uma direita política neoliberal em oposição ao bloco histórico composto pelas forças de esquerda no país e no continente.

O clima político e social para a propagação mais ampla de tais ideias foi propiciado anos depois, com a deflagração daquilo que ficou conhecido como as “Jornadas de Junho de 2013” no Brasil. O que começou com uma demanda popular, a revogação do aumento das tarifas de transporte público, em pouco tempo se transformou numa manifestação massiva que se alastrou por várias capitais e cidades do país, incorporando adeptos de ideologias políticas das mais contrastantes. Majoritariamente composta por trabalhadores e jovens escolarizados de classe média, as pautas se diversificaram tanto que passaram a expressar um descontentamento difuso com os rumos do país, da corrupção à baixa qualidade dos serviços públicos, da Copa ao Foro de São Paulo, do sistema político à violência policial.

A animosidade provocada pelas manifestações, a inabilidade política do governo Dilma em lidar com a crise e as recorrentes denúncias de corrupção de personalidades ligadas ao Partido dos Trabalhadores criaram terreno fértil para a difusão de ideias políticas opostas à ideologia política do governo nos anos subsequentes. Abriu-se cada vez mais espaço para vozes dissonantes na opinião pública, seja através de grupos formados a partir da sociedade civil, como o “Movimento Brasil Livre (MBL)”, “Revoltados Online” ou “Vem Pra Rua”, seja pelo incremento da presença de intelectuais vinculados explicitamente à direita nos jornais, nos programas de televisão ou no mercado editorial do país. Com a

derrocada econômica e o agravamento da crise política que levou ao afastamento de Dilma Rousseff, políticos e empresários passaram a se sentir mais confortáveis para defender políticas em temas que até então eram considerados tabu no país.

Junho de 2013 revela a debilidade do que até então acreditava-se uma hegemonia política e cultural da esquerda no Brasil. Coincidentemente, esse enfraquecimento das forças de esquerda também se deu em outras nações sul-americanas com governos progressistas, iniciando o que pode vir a ser um processo de reversão da onda vermelha que dominou o continente a partir dos anos 2000. Esse “efeito pêndulo” começa no fim de 2015 com a eleição de Mauricio Macri, na Argentina, pondo fim a 12 anos de kirchneirismo. No ano seguinte, Keiko Fujimori não vence, mas demonstra grande força no pleito presidencial peruano, mesmo ano em que Michel Temer assume o executivo brasileiro após a deposição de Dilma Rousseff. Já neste ano, em 2017, o ex-presidente chileno Sebastián Piñera lidera as pesquisas de intenção para o pleito presidencial chileno e a oposição venezuelana cresce com a crise do governo Maduro no país.

Atualmente, a direita brasileira está em plena campanha para formar uma liderança política que tenha condições de vencer o próximo pleito presidencial, em 2018. Apesar de estarem no governo desde o início do governo Lula, com a presença de Henrique Meirelles no comando do Banco Central e, atualmente, como Ministro da Fazenda de Michel Temer, o desejo explícito do Instituto Millenium é ter um dos seus na chefia do Poder Executivo do país. Para isso, atuam na socialização política dos valores neoliberais nas diversas camadas da sociedade, promovendo uma mudança cultural da mentalidade política do brasileiro acostumado, segundo eles, a querer tudo do Estado.

Assim, o que esta pesquisa se propõe é analisar as estratégias de ação, o escopo de atuação, a ideologia e os atores envolvidos nessa organização de tipo *think tank*, o Instituto Millenium, enquanto manifestação política, econômica e ideológica da “nova direita” brasileira. Um estudo de caso que abarca tanto a instituição e sua atuação quanto o conteúdo retórico de seus membros associados. O Instituto Millenium se assenta hoje numa já consolidada tradição de propagação de ideias neoliberais e conservadoras por meio de instituições deste tipo pelo mundo. Membro de uma rede internacional de *think tanks*, o Millenium é uma das mais importantes instituições de defesa de valores e neoliberais no país.

A primeira parte desta dissertação será dedicada à exposição teórica dos conceitos e ferramentas de análise em que se alicerçam as conclusões desta pesquisa. Em Gramsci, buscamos os conceitos que nos permitem compreender o fenômeno dos *think tanks* como um todo e o papel dos atores envolvidos na disputa pela hegemonia da sociedade civil e a tomada do poder político. Em Mannheim, buscamos compreender como se estrutura o pensamento conservador, como se transforma ao longo do tempo e os conteúdos basilares da mentalidade conservadora.

Na segunda parte, vamos discorrer sobre as manifestações da “nova direita” brasileira em dois momentos distintos, salientando as suas características mais peculiares, tanto no conteúdo político quanto ideológico. Após isso, explicitamos o fenômeno dos think tanks e seu papel na divulgação do neoliberalismo no Brasil, a América Latina e no contexto anglo-saxão, bem como as maneiras comumente empregadas para pesquisa-los.

A terceira parte é analítica, primeiro dedicando-se à estrutura institucional e os quadros que o compõem o Instituto Millenium, ou seja, a formação, a atuação profissional e os vínculos dos seus membros associados. Posteriormente, analisamos os princípios neoliberais e conservadores nas comunicações de todos aqueles, entre especialistas e convidados, que foram (re)publicadas no site do Instituto Millenium no período entre 2008 a 2016 e que foram selecionados para a pesquisa. Foram analisados 140 artigos de opinião de 80 dos mais proeminentes membros do Instituto, cujo o tema central orbitava em torno de questões políticas e ideológicas.

O processo de influência sobre o campo político, econômico e social é complexo e não permite uma ligação vertical e imediata entre ideias propagadas e aderidas. Portanto, não é possível estabelecer uma relação de causalidade direta entre o conteúdo político-ideológico contido nos discursos dos intelectuais do Instituto Millenium com as ações de atores políticos independentes. É possível presumir, no entanto, que pela relevância social das figuras envolvidas no debate público cotidiano, um certo grau de permeabilidade – e influência – é inerente. Afinal, se não se constatasse nenhum resultado no plano político das demandas e pautas diariamente encampadas pelos seus especialistas, poderíamos dizer que o trabalho do Imil (Instituto Millenium) desde 2005 tem sido inócuo e ineficaz, mas não parece estar sendo este o caso.

1. Crise de hegemonia da esquerda: a perspectiva gramsciana das alternâncias de poder

A forma como doutrinas política e econômica se alastraram pelo continente sul americano nas últimas quatro décadas, o papel que organizações de tipo *think tank* tiveram na sua divulgação, implantação e manutenção, além da dinâmica pendular que parece estar se confirmando na região entre correntes políticas antagônicas, ensejaram a busca por uma teoria política que pudesse ampliar a compreensão desse fenômeno. Como se verá detidamente nos capítulos posteriores, o período entre 1970 até o fim da década de 1990 foi marcado por uma forte tendência de ascensão de governos ligados à direita em virtude da disseminação da doutrina neoliberal pelo mundo. As consequências sociais de tais políticas deram grande fôlego às lideranças populares de esquerda, que a partir dos anos 2000, passou a conquistar os governos de grande parte dos países sul americanos. Depois de quase duas décadas de hegemonia política e cultural do campo progressista, as forças de esquerda vêm agora enfrentando um forte revés, perdendo parte da força que tinham no início da década.

Quem melhor teorizou sobre a forma moderna de conquista do poder político foi o filósofo e cientista político italiano Antonio Gramsci. Parte da teoria gramsciana carece de atualização quando confrontada à realidade política contemporânea. No entanto, há uma série de conceitos elaborados por ele que permanecem importantes para compreender a dinâmica das disputas pelo poder político e do papel de atores ligados a determinados grupos nas alternâncias de poder. Conceitos como o de hegemonia, sociedade civil e política, ideologia, intelectuais, opinião pública e bloco histórico, são fundamentais para compreender o contexto macro das dinâmicas de poder no continente, assim com a função que determinados atores exercem nas disputas do jogo político.

O conceito de sociedade civil desenvolvido por Gramsci está no cerne de sua concepção ampliada do Estado. A constatação da natureza diferenciada da relação entre Estado e sociedade civil no Oriente e no Ocidente foi o cerne da elaboração estratégica de caminhos favoráveis à conquista e à manutenção do poder. O que levou Gramsci a distinguir dois tipos de “guerra” ou estratégias de tomada do poder político foi a configuração peculiar das formações sociais nos dois polos do

meridiano. Com um Estado-coerção forte e uma sociedade civil fraca e fragmentada, as sociedades do Oriente demandavam uma estratégia de confronto direto e frontal, um “movimento” em direção à tomada do Estado como aquele desencadeado pela Revolução Russa de 1917. Nas sociedades de tipo ocidental, ao contrário, a relação mais equilibrada entre a entidade estatal e uma sociedade civil politicamente socializada e resiliente ao imponderável econômico implica uma estratégia progressiva e parcimoniosa na batalha cultural e de ideias pela conquista do consenso político e ideológico dos aparelhos privados de hegemonia, uma guerra por “posições” ou de trincheiras, sendo o Estado aquela mais avançada. Assim, a conquista do poder não pode mais se realizar através de fatos concentrados no tempo e no espaço, mas sim por um dinâmico e progressivo processo de transformação revolucionária da sociedade.

É no âmbito da sociedade civil que as forças políticas em disputa buscam exercer sua hegemonia. Ela corresponde ao conjunto das organizações ou entidades sociais nas quais se desenvolve o consenso ideológico de um determinado grupo social, formando uma base material que atua como esfera de mediação entre a estrutura econômica e a sociedade política (COUTINHO, 1981, p. 87). É sobre esta base material (escolas, igrejas, meios de comunicação de massa, sindicatos, partidos políticos, *think tanks* etc.), portanto, sobre instituições culturais e políticas, que a conquista de um consenso ativo e organizado em torno de uma concepção de mundo se faz imprescindível para a tomada do poder político. O consenso ativo e organizado sob o qual a classe fundamental assenta sua dominação só é possível mediante a conquista da hegemonia nesse conjunto de aparelhos privados que compõe a sociedade civil (COUTINHO, 1981, p. 93).

A “trama privada” em que se constitui a sociedade civil a partir da expansão de atores políticos de massa também conta com os velhos aparelhos ideológicos do Estado, a Igreja e o sistema escolar, que foram “privatizados” quando da incorporação ao capitalismo, passando a compor o sentido moderno que se atribui a ela na reflexão gramsciana. Juntos correspondem ao que Gramsci chamou de “aparelhos privados de hegemonia” (COUTINHO, 1981, p. 90), ou seja, os “portadores materiais de visões de mundo em disputa” (COUTINHO, 1981, p. 91), uma concepção próxima àquela introduzida por Hegel (1997) em relação às corporações, “associações econômicas que podem ser vistas como formas primitivas dos modernos sindicatos” (COUTINHO, 1981, p. 96).

Gramsci define ideologia como “uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva” (GRAMSCI, 1991, p. 16). Ela atua como elemento mediador entre a classe social e a estrutura econômica, sendo essa a relação que expressa o seu caráter orgânico. Ela não se restringe, no entanto, ao mundo econômico, espalha-se por todos os ramos da atividade humana, mesmo os de aparente independência, onde a classe produz suas categorias de intelectuais especializados, que juntos expressam a totalidade de uma concepção de mundo. A estrutura ideológica e o material ideológico que compõem a articulação interna da sociedade civil correspondem à forma pela qual a classe dirigente difunde sua ideologia. Essa distinção permite a Gramsci destacar as organizações encarregadas de criar e difundir uma ideologia daquelas que incorporam, na sua prática cultural, essa mesma ideologia, como o sistema escolar, a Igreja, “mas também todos os meios de comunicação social e todos os instrumentos que permitam influenciar ‘a opinião pública’” (PORTELLI,1977, p. 27).

Se “em Gramsci, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil” (COUTINHO, 1981:93), tampouco haveria sem o trabalho de uma importante fração de classe cuja função premente é a de angariar o apoio político e ideológico desse conjunto de organismos privados que compõem a sociedade civil, os intelectuais.

Com o colapso do Antigo Regime surge não apenas o empresário capitalista, mas toda a sorte de categorias intelectuais mais ou menos ligadas a esse grupo social essencial, técnicos da indústria, economistas, advogados etc. São categorias derivadas da emergência da classe burguesa na nova estrutura econômica de produção, das quais se exige certa capacidade organizativa e diretiva para o cumprimento de sua função orgânica. Além desses, há outros de uma categoria diversa, que em virtude de sua continuidade histórica acreditam-se autônomos e independentes do grupo social dominante. São os intelectuais tradicionais – jornalistas, filósofos, literatos, artistas, clero, que, por sua vitalidade e qualificação, veem-se falsamente destituídos de vínculo com os grupos de poder. São eles, porém, o verdadeiro objeto de disputa e cooptação pelos intelectuais orgânicos da classe aspirante à hegemonia.

No Instituto Millenium essas duas categorias de intelectuais atuam em conjunto. Ele congrega tanto as lideranças mais importantes do setor econômico,

político e empresarial, quanto jornalistas, operadores do direito e intelectuais de diversos setores. Não há, nesse sentido, o momento da “conquista” de uns por outros, ambos atuam de maneira sincrônica, fazendo o seu conteúdo político e ideológico se espalhar em linguagem e forma diferentes, adequando-se ao perfil de setores distintos da sociedade.

“A estrutura definitiva do Estado depende das características da atividade dos intelectuais, entendidos como “agentes” da classe dominante, para o exercício da direção política e cultural do bloco histórico” (PORTELLI, 1977, p. 36). É indispensável, portanto, ao exercício do governo político, a hegemonia no plano intelectual e moral. Conquistar o poder depende de uma longa batalha cultural na sociedade civil, uma guerra de posições, na qual o Estado é a última trincheira. Este é o trabalho do Instituto Millenium e o de seus intelectuais, atuar na sociedade civil para criar as bases sociais de apoio e legitimação de um governo político alinhado aos seus interesses.

O vínculo entre estas duas esferas superestruturais, a sociedade política e a civil, cristaliza-se na opinião pública, que emerge no fim dos regimes absolutistas da luta por hegemonia da então classe burguesa ascendente (PORTELLI, 1977). É através dela que o Estado influencia a sociedade civil em benefício das políticas que visa acampar. “Essa é a razão pela qual existe a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo que uma única força modele a opinião e desse modo a vontade política nacional” (PORTELLI, 1977, p. 33). A “imprensa marrom” e os veículos de mídia de massa em geral são os principais atores na conformação da opinião pública da sociedade civil, sendo decisivos em muitos processos políticos importantes. Nas palavras do filósofo italiano,

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2007, p. 265).

Para Coutinho (1981), quando a classe dominante perde o consenso político e ideológico que a levou ao poder, dá-se a crise de hegemonia, que é a expressão política da crise orgânica do bloco histórico. A crise orgânica é de natureza muito mais profunda do que aquelas ocasionais ou conjunturais presente na vida de

qualquer organismo social. Se no aspecto econômico ela expressa as contradições estruturais com o modo de produção, no superestrutural é a crise de hegemonia que se faz presente. Este processo de desagregação do bloco histórico é tão mais complexo e demorado quanto maior for o grau de desenvolvimento da sociedade civil em questão, cheio de avanços e recuos, como numa guerra de trincheiras. A tendência dominante, como afirma o intérprete brasileiro, é que o esfacelamento do bloco histórico dominante amplie as possibilidades de uma inversão da hegemonia por meio das classes dominadas.

O critério central para a decisão da crise é a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos, a capacidade de fazer política, de envolver grandes massas na solução de seus próprios problemas, de lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições, sem perder de vista o objetivo final de promover transformações de estrutura que ponham fim à formação econômico-social capitalista. (COUTINHO, 1981, p. 108)

Nesse sentido, Coutinho corrobora o entendimento de Portelli (1977), para quem a criação de um novo bloco histórico é reforçada pelo desencadeamento de uma crise orgânica do bloco dominante, “que pode ser consequência de um fracasso político da classe dirigente” (PORTELLI, 1977:103), seguido da criação de um contra sistema hegemônico por meio das classes até então subalternas. Por isso é preciso ter em mente que nem toda crise assume de fato um caráter orgânico, ou seja, atinge concomitantemente a classe fundamental dominante e a aspirante. Assim, a crise orgânica é eminentemente a expressão de uma ruptura entre os dois componentes do bloco histórico, a estrutura e a superestrutura. O bloco ideológico que confere coesão e harmonia ao bloco histórico tende a desagregar-se quando a classe dirigente deixa de “preencher a sua função econômica e social”, ou seja, “quando deixou de fazer a sociedade avançar como um todo” (PORTELLI, 1977, p. 105).

Seguindo esta linha é possível compreender tanto a crise dos governos de direita no continente no final da década de 1990, quanto a atual crise política que acomete os governos de esquerda no Brasil e no continente. No país, a partir das manifestações de junho de 2013, os discursos de oposição ganharam cada vez mais espaço a opinião pública, seja pela expansão no mercado editorial de literatura liberal/conservadora, seja pela maior repercussão pública da opinião de intelectuais em oposição ao campo social progressista.

Longe de considerar as forças políticas de oposição uma “classe subalterna”, como se não tivessem participação na dinâmica de funcionamento do poder político, é fato que no caso brasileiro a administração petista, principalmente nos governos de Dilma, enfrentou sérias dificuldades tanto no atendimento a demandas sociais quanto daquelas de grupos políticos específicos, comprometendo a base de apoio do governo. As forças de oposição que investiram contra a administração petista se alimentaram tanto da crise interna ao próprio sistema político, quanto das condições favoráveis criadas na sociedade civil por uma série de grupos, dentre eles o Instituto Millenium, que difundiram na opinião pública um discurso radicalizado contra o governo e contra políticas e ideias de esquerda de forma geral. Urge compreender, portanto, o que é e como atua o Instituto, sua composição, práticas e vínculos, bem como o conteúdo político e ideológico de sua retórica.

2. A morfologia do pensamento conservador

Segundo Karl Mannheim (1972), existem dois tipos de conservadorismo, um universal, “natural” à toda a humanidade, e outro produto de condições históricas e sociais específicas. O conservadorismo próprio ao espírito humano, este que todo homem possui e que se manifesta em cada um em maior ou menor grau, pode ser chamado de tradicionalismo, que significa um certo apego a um estilo de vida antigo, a padrões e a modos de fazer e viver “tradicionais”. Uma condição psicológica própria a todo indivíduo e que por vezes o leva a reagir contra qualquer tendência reformista ou de transformação integral. Já o segundo tipo é menos previsível. Ele é produto de um conjunto de circunstâncias concretas que experimentam do apogeu ao declínio a depender dos rumos da História.

O conservadorismo moderno, segundo Mannheim, sobretudo no campo político, vai muito além do tipo de reação automática e previsível da ação tradicional. Antes, a ação conservadora no campo político, ou o conservadorismo político, apresenta-se como uma “estrutura mental objetiva” dotada de história e desenvolvimento próprios. Isso não significa que ela se auto-realize autonomamente fora dos indivíduos, mas tampouco é dependente deles. Segundo o sociólogo húngaro, o conservadorismo político “não é uma entidade objetiva em qualquer sentido platônico de preexistência das ideias” (MANNHEIM, 1972, p. 109), mas possui uma objetividade bem definida quando comparada à experiência individual. A diferença entre uma estrutura com validade eterna para uma objetiva é de que esta “pode transcender o indivíduo envolvido temporariamente no fluxo da experiência dela” e ao mesmo tempo “ter uma validade restrita, sujeita à mudança histórica, e refletir apenas o desenvolvimento da sociedade particular na qual se encontra” (MANNHEIM, 1972, p. 109).

Em outras palavras, o conservadorismo é uma estrutura mental objetiva que agrega determinado conjunto de atributos intelectuais e psicológicos, cujo desenvolvimento alimenta e é alimentado pela ação de grupos humanos concretos a depender de circunstâncias históricas e sociais particulares. Uma estrutura que precede e prossegue para além deles, mas que nem por isso assume um caráter atemporal ou estático. É a própria dinâmica histórica que se encarrega de determinar a vigência dessa estrutura objetiva, naturalmente mutante e transitória,

cuja configuração atual está sempre condicionada pelo seu estágio imediatamente anterior.

O que diferencia, então, o modo de atuação meramente tradicionalista para a ação conservadora é que, nesta última, o indivíduo se incorpora a uma estrutura histórica objetiva, a uma estrutura mental, e se comporta nos termos dessa estrutura, reproduzindo-a, desenvolvendo-a e adaptando-a a depender das circunstâncias. Portanto, o conservadorismo é um movimento coerente consigo mesmo e ao mesmo tempo consciente das transformações pelas quais passa de uma época à outra. O contraponto entre as duas formas de conservadorismo fica ainda mais evidente quando se tem em mente que o tradicionalismo é uma condição ou uma “atitude psicológica” comum entre os indivíduos, que por reação à inovação, ao progressismo, tendem, em maior ou menor grau, a se agarrar ao passado. O ponto em que essa atitude se desenvolve e “torna-se um fator central que dá coerência a uma *tendência particular* do processo social” é que, por sua vez, caracteriza o conservadorismo moderno. Ou seja, o fenômeno está no fato de o tradicionalismo “naturalmente” difundido entre os homens passar a engendrar uma tendência social objetiva e coerente.

O movimento conservador é uma criação original da época moderna e emerge da interação entre tendências e movimentos abrangentes, como o progressismo, em oposição a ele. Segundo Mannheim (1972), seu surgimento é fruto de “uma nova unidade dinâmica” que floresceu historicamente com a derrocada do feudalismo europeu. Assim, ele conserva o caráter reativo do tradicionalismo, com a diferença de se apresentar sob um conteúdo auto-reflexivo, coerente e organizado, e que implica também uma “forma particular de experiência e de pensamento” (MANNHEIM, 1972, p. 114). Uma estrutura mental objetiva caracterizada por uma tendência particular de ver e entender o mundo.

O que fez esse conservadorismo surgir e se tornar tal estrutura, na modernidade e não em outra época, foi uma série de condições históricas e sociais particulares que propiciaram o seu desenvolvimento. Segundo Mannheim, quando as forças históricas deixaram de repousar sobre uma ordem social relativamente estática para entrar num processo dinâmico de diferenciação social, propiciando o surgimento das classes e, com elas, a possibilidade de divergência de estilos de pensamentos e ideias próprias à cada experiência social, à medida que assumiam um caráter político cada vez mais autônomo, cada qual pôde se contrapor a

experiência do outro, criando os seus antagonismos. O pensamento conservador, portanto, só pode existir numa sociedade de classes, como contraponto àquilo que já existia, o progressismo.

Mannheim sugere duas formas de se estudar o conservadorismo: “como uma unidade, como resultado relativamente autônomo e completamente desenvolvido de um processo evolutivo, ou então podemos enfatizar seu aspecto dinâmico e estudar o processo genético que deu origem àquele produto final” (MANNHEIM, 1972, p. 116). Deve-se ter em mente que considerar o conservadorismo como uma forma acabada, um “produto final” ou mesmo algo “completamente desenvolvido”, serve apenas ao escrutínio analítico. Enquanto tal, como salientado de início, sua dinâmica depende dos rumos de processos históricos e sociais que, naturalmente, são inesgotáveis enquanto durar a vida. Portanto, para compreendê-lo em seu estágio atual de desenvolvimento, na forma com que se apresenta e se coloca na atualidade, é preciso “enquadrá-lo”, como numa fotografia, em um período histórico determinado, a menos que se queira salientar as etapas anteriores de desenvolvimento que precederam o seu estágio atual.

O método utilizado por Mannheim para compreender o pensamento conservador alemão no início do século XIX consistiu, inicialmente, na elaboração de uma descrição indiferenciada das suas expressões no intuito de encontrar a “intenção básica” desse pensamento, para posteriormente, a partir das expressões mais articuladas, determinar o “problema crucial” sobre o qual orbita o pensamento conservador em questão. Este processo, portanto, pode ser dividido em dois estágios:

Em primeiro lugar, consideraremos a experiência de grupo inarticulada que proporcionou o que chamamos de intenção básica, a partir da qual o estilo de pensamento se desenvolve inicialmente. Então poderemos voltar nossa atenção para as afirmações teóricas completamente articuladas que expressam o estilo de pensamento conservador, e tentar formular aquele problema crucial que dá a esse estilo de pensamento a sua unidade teórica, determina seu crescimento, e torna possível sua interpretação. (MANNHEIM, 1972, p. 116).

Segundo Mannheim, o impulso central do pensamento conservador está baseado no tradicionalismo. Ele assume essa forma ao se tornar uma expressão coerente de viver e pensar o mundo que se desenvolve, inicialmente, em oposição à

ação revolucionária. Uma de suas características é uma forma peculiar de experienciar o tempo. Ele se agarra ao real, ao concreto, o que o leva a restringir o campo de possibilidade àquilo que se apresenta de imediato, como aquilo “que é”, e não como aquilo “que deveria” ou “poderia” ser. Não faz parte das preocupações de um conservador a estrutura do mundo no qual vive; mudanças, quando estritamente necessárias, são apenas de detalhes concretos. O progressista, por outro lado, “se alimenta da consciência do possível” (MANNHEIM, 1972, p. 117), atentando às possibilidades de uma configuração sistemática radicalmente diferente do “real”.

Segundo Mannheim,

O reformismo conservador consiste na substituição de fatores individuais por outros fatores individuais (“melhoramentos”). O reformismo progressista tende a afastar um fato indesejável através da reforma de todo o mundo circundante que torna possível sua existência. Assim, o reformismo progressista tende a considerar o sistema como um todo, enquanto o reformista conservador considera detalhes particulares. (MANNHEIM, 1972:118).

Não se encerram aqui, entretanto, os elementos que caracterizam o pensamento e a forma de ação conservadora. Para Mannheim, a visão conservadora acerca da propriedade é essencialmente diversa da ideia burguesa. Não se compreende a mera troca de bens entre detentores de capital por meio do mercado, como se as coisas fossem destituídas de um significado mais profundo na relação com seus pertencentes. Há uma relação de intimidade com a propriedade que não se move com a mesma facilidade com que moedas trocam de mão. Outro conceito-chave, como indica o sociólogo húngaro, é o modo de pensar e experienciar a liberdade.

No campo político, o liberalismo derivado da experiência iluminista propunha uma experiência social, que ao menos em tese era indissociável do conceito de igualdade, tal como os inalienáveis Direitos do Homem. Seria impossível cumpri-los sem a necessária observância da indiferenciabilidade de sujeitos humanos entre si. Mas tal pressuposto, como acusa Mannheim, não passou de um postulado sobre o qual não se detinha questão prática, empírica, “nunca se exigiu a igualdade na prática para todos os homens, exceto no curso de disputas econômicas e políticas” (MANNHEIM, 1972, p. 120). Apesar disso, tal noção de liberdade ameaçava o pensamento conservador, obrigando-o a elaborar uma nova versão em oposição à concepção liberal, o que Mannheim chamou de “ideia qualitativa” da liberdade.

A astúcia conservadora foi em não atacar o conceito de liberdade enquanto tal, mas em alterar o entendimento de outro preceito fundamental para o seu exercício, o conceito de igualdade. Para os conservadores, os indivíduos são essencialmente desiguais, “tanto em seus talentos e habilidades quanto na própria essência de seus seres” (MANNHEIM, 1972, p. 121). A liberdade está no fato de cada um poder desenvolver essas qualidades naturalmente desiguais da forma que bem entender. Essa foi a forma de concepção encontrada pelos conservadores para limar a pretensão revolucionária subjacente à ideia liberal de liberdade. Uma ideia ancorada na individualidade, que, no entanto, poderia comprometer a segurança do Estado. A compreensão disso, segundo Mannheim, foi o que levou os conservadores a deslocarem o conceito de “liberdade qualitativa” do indivíduo para transferi-lo aos “portadores verdadeiros” da liberdade, aqueles membros dos estamentos. Mas a compreensão de que mesmo nesse novo formato os privilégios criados a determinados grupos também comprometiam a segurança do Estado, exigia uma nova reformulação.

A solução foi tornar a liberdade uma questão relativa somente ao lado subjetivo e privado da vida, enquanto que todas as relações sociais externas foram subordinadas ao princípio de ordem e disciplina. Mas então surge o problema: o que impede uma colisão entre as duas esferas, a liberdade subjetiva e a ordem externa? Uma solução encontrada é a suposição de um tipo de “harmonia preestabelecida”, garantida ou diretamente por Deus ou então pelas forças naturais da sociedade e da nação. (MANNHEIM, 1972, p. 122).

A potência divina que garante a estabilidade e a harmonia da nação, para os conservadores, é o equivalente à mão invisível responsável pela regulação dos mercados, pelos liberais. Mas o que ela expressa mais substancialmente é uma predileção por um modo de vida anterior, tradicional. Outro elemento indicado por Mannheim que evidencia o antagonismo entre o pensamento conservador e o progressista está na forma de se relacionar com a norma. Segundo ele, o “pensamento progressista não apenas vê o real em termos de suas potencialidades, mas também em termos da norma. O pensamento conservador, por outro lado, tenta ver o real como produto de fatores reais” (MANNHEIM, 1972, p. 125), nos quais a norma, conseqüentemente, também é resultado de fatores reais.

Essa diferença qualitativa em experienciar o tempo é o que caracteriza, de um lado, a sina progressista ao considerar a norma como ela “deveria ser”,

pensando sempre nas possibilidades que coisas, pessoas e instituições podem assumir. Por outro lado, o conservador aceita a realidade e se apegando a ela de forma acrítica. Ele considera que as normas são como são porque a realidade as exige assim, e por isso se deve mantê-las. Toma o real pelo existente, sendo tudo o mais para além disso uma utopia, um fatalismo característico do pensamento conservador. Sua referência temporal está calcada no passado, a partir dele até o presente. Já o progressista nutre uma consciência do futuro, do qual o presente é apenas uma etapa. Assim, “o progressista percebe o presente como o começo do futuro, enquanto o conservador considera-o simplesmente como o último ponto atingido pelo passado” (MANNHEIM, 1972, p. 128).

Até aqui, Mannheim nos guiou pelas formas que temos de analisar o pensamento conservador, um estudo morfológico de características psicológicas próprias àqueles que encontraram na tradição um estilo próprio de viver e pensar o mundo. Desse modo, é possível reconhecer tanto os componentes basilares do pensamento da “nova direita” brasileira, quanto a dinâmica própria da sua transformação e atualização ao longo do tempo. É esse conteúdo que dá sentido à transformação de elementos pontuais da doutrina e do perfil social daqueles vinculados a essa direita, tanto no fim do século XX, quanto na primeira década do século XXI em diante.

3. A “nova direita” brasileira, ontem e hoje

De tempos em tempos algo de novo surge no campo da direita. Após mais de uma década de refluxo, essa força política e ideológica parece disposta a retomar a dianteira no campo político e social. Com adaptações e reformulações, pautando-se, sobremaneira, em oposição às forças progressistas de esquerda, encontram no “novo” uma maneira de se desvincular do passado enquanto conserva a sua estrutura mais central. A transformação dessa mentalidade entre grupos políticos e sociais de direita ao longo do tempo, pode ser compreendida à luz daquilo teorizado por Mannheim e já discutido alhures. Serão apresentados dois momentos da “nova direita” brasileira, um no período de plena efervescência da doutrina neoliberal no Brasil e continente, outro, no período recente de franca deterioração das forças de esquerda. Como se verá, ao longo do tempo tanto a aceitação do termo “direita” quanto as ideias a ele atribuídas sofreram modificações, tanto na forma doutrinária como se apresenta, quanto nas bases sociais que lhe conferem sustentação.

A “nova direita” estudada por Pierucci em 1987 apresentava um forte viés conservador no campo moral. Defendia-se contra a ameaça dos imigrantes recém-chegados, dos homossexuais, das drogas, e da permissividade dos jovens em geral. Contra todos eles, uma atitude de “legítima defesa” com o objetivo de resguardar seu patrimônio, sua família e si mesmo. A pesquisa, que fora aplicada a classes médias da cidade de São Paulo, encontrou nesses grupos uma disposição ativista que atuou em favor das campanhas de dois direitistas, a de Jânio Quadros em 1985 e a de Maluf no ano seguinte, quando não ambas. O nível de envolvimento desse tipo de eleitores nas campanhas municipais ao executivo de São Paulo é classificado por ele de “ativistas sazonais, ou ativistas de campanha”, ou seja, pessoas que não são nem simples eleitores, nem militantes partidários, mas que participam com empenho nas campanhas (Pierucci, 1987)

A “nova direita” da época encarnava a sua mais absoluta aversão aos *outgroups*. Defendia a reforma agrária, o fortalecimento das forças policiais e também serviços públicos como saúde, educação, transporte, seguro desemprego e aposentadoria, tudo estatizado. “O papo liberal anti-*welfare*, claro está, não é com eles” (Pierucci, 1987, p.27). Sobre o anticomunismo, algo a se esperar de simpatizantes da direita, “nem sombra”. O fantasma do rompante revolucionário

socialista parece ter perdido toda a sua força com a queda do muro de Berlim no mesmo ano.

A base social dessa “nova direita” pesquisada por Pierucci em 1987 na cidade de São Paulo, sem sombra de dúvida, assumiu uma configuração muito peculiar, contradizendo aquilo que comumente poderia se esperar dela.

De um lado, pois, o comunismo como um bicho-papão evanescente, que não mais atemoriza; do outro, o *welfare state*, que não convence como fantasma e alvo de ataque: nova direita sem reaganismo e sem thatcherismo? O fascínio que o neoliberalismo exerce sobre certos chefes partidários da direita, por enquanto, não reverbera nos ativistas de base. (PIERUCCI, 1987, p.27)

Outra característica importante revelada sobre estratos da classe média paulistana na época, é sua aversão aos “direitos humanos” e sua associação a uma ideia de que ele serve apenas para proteger bandidos em detrimento das ‘pessoas de bem”, algo que é ainda encontrado nos grupos conservadores mais radicais da direita contemporânea. Esse pendor à extrema direita também ficou evidente na defesa de uma censura moral, principalmente aos programas de televisão, como necessários para a defesa da família e dos valores tradicionalistas, fenômeno que Pierucci chamou de “autodefesa cultural”. Além disso, esta direita mostrou-se fortemente preconceituosa, tanto contra imigrantes pobres do Norte e Nordeste do país, quanto sobre a população negra de forma geral, diferenças embasadas sobre uma concepção extremamente conservadora do catolicismo.

Quando o tradicionalismo e o convencionalismo se mesclam de xenofobia e agressividade excludente (de *racismo*, para dizer numa palavra), não há como não ver nesse engendrar da mentalidade aquilo que Gramsci chamou de *fenomeni morbosi*. Em outras palavras, quando, diante das agressões ao mesmo tempo difusas e brutais que sofre seu estoque cultural, diante das ameaças de destruição de seu mundo, eles passam a procurar, nas camadas que lhes estão mais próximas no trabalho ou são seus *novos* vizinhos no bairro, os bodes expiatórios em cima dos quais despejar ódios e ressentimentos, é legítimo temer pela destrutividade contida nessa ânsia de conservação das convenções e aparências: as cruzadas morais envenenam os próprios valores que buscam defender, pois ao discurso da defesa se alterna seguidamente e se mistura o discurso da frustração, da impotência, da ambiguidade proveniente da cumplicidade com os mecanismos estruturais diluidores dos velhos valores que se quer preservar (Pierucci, 1987, p.30).

Essa contradição característica da mentalidade de estratos da classe média paulista se faz presente também na esfera econômica. Fascinadas com a promessa hedonista de consumo com o avanço do capitalismo, atribuíam ao Estado o dever de zelar por aqueles que não tivessem tanta sorte na sociedade de mercado, numa configuração peculiar em que “o progressismo modernizador dessas camadas por vezes se tingem de anticapitalismo” (Pierucci, 1987, p.30). Talvez por já estarem seguramente assentados sobre um grande volume de capital, talvez por terem se adaptado à cultura do risco e do empreendedorismo ao longo dos anos, como se verá adiante, a parcela da nova direita do século XXI representada pelo Imil, não só denuncia a esquerda por aderir a um paternalismo de tipo estatal, quanto visa uma sociedade sem qualquer garantia que não seja aquela que promova o mercado.

Se hoje parece ter chegado ao fim o constrangimento de dizer-se de direita, esta não era a realidade de políticos e seus apoiadores três décadas atrás. Segundo o estudo de Pierucci, era difícil quem reconhecesse a distinção entre esquerda e direita, mais ainda quem se assumisse como tal. Enquanto deputados de esquerda, que mesmo reconhecendo as limitações do termo se vinculavam a ele com certo orgulho, poucos eram os que tomavam a mesma atitude no campo apostado.

Mas são raríssimos, tal a carga pejorativa e a ressonância desagradável que a designação “direita” passou a ter no país nas últimas décadas: é como se tudo, daquele lado, estivesse marcado de infâmia. O regime militar foi quem deixou para as direitas essa herança envenenada, esta identidade diabolizada, infamante, envergonhada de si. (Pierucci, 1987, p.36)

O espectro político declarado variava, quando muito, da extrema esquerda ao centro, e em poucos casos, uma “direita moderada”. E isso tanto por parte de deputados quanto de suas bases sociais. Citando o estudo de Leôncio Martins Rodrigues a respeito da vinculação política dos deputados federais na Constituinte, “a julgar pela autodefinição política dos deputados o Brasil seria um país sem direita” (Rodrigues, 1987, p.97-99 apud Pierucci, 1987, p.38). Aquilo que se aplica aos representantes também atinge seus apoiadores, manifestando-se pelo “voto envergonhado” de camadas populares que não confessavam a sua preferência nos candidatos mais extremados à direita. Tal diagnóstico, como se verá adiante, também aparece no texto de inauguração do Imil e em várias comunicações de seus articulistas, agora numa elaboração mais explícita e desavergonhada sobre a

necessidade de se construir as bases sociais e políticas de uma direita sem vínculos com o passado.

Além da dificuldade natural de se estudar as preferências políticas e a morfologia ideológica de quem não as assume, Pierucci salienta a diversidade contida neste espectro que vão desde as posições mais extremadas às moderadas, tanto no campo moral quanto econômico. Ou seja, há uma pluralidade interna que ora se sobrepõe, se aglutina e se afasta, engendrando nuances distintas dentro de um mesmo espectro político.

Há clericais e anticlericais, como já se disse, embora seja a forte presença destes o que mais chama atenção nesta clivagem. Há conservadores e modernizadores. Há repressivos em moral e política, mas há em muito maior escala os que são repressivos em moral porém liberais em política. Permissivos em moral não foram encontrados, diga-se desde logo. (Pierucci, 1987, p.40)

A maneira como essas camadas conceberam a atuação do Estado na vida social e econômica contrastava também com a doutrina em franca ascensão no país e no continente naquele momento, o neoliberalismo. Defensores da não intervenção estatal e da política de “Estado mínimo”, segundo Pierucci, foram poucos e de alta escolaridade. Esse perfil ainda permanece, como é o caso dos articulistas do *Imil*, mas que agora não parece restringir-se ao grupo, atingindo também parcela importante da sociedade. Segundo Pierucci, essa camada mais afeita ao liberalismo o fazia com ressalvas, “exaltam a capacidade empreendedora mais do que se apegam à liberdade de empresa” (Pierucci, 1987, p.41). “É que para eles governar é sinônimo de administrar os negócios públicos com critérios de gestão e eficiência dados pela empresa privada, só isto” (Pierucci, 1987, p.41).

Naquele momento, “nas bases sociais eleitorais da direita janista e malufista, as ideias neoliberais sequer começaram a chegar; e tudo indica que não têm grandes chances de vingar” (Pierucci, 1987, p.41). Apesar do que as conclusões da pesquisa indicaram, tal diagnóstico não se confirmou, ao menos no campo político. Poucos anos depois o neoliberalismo se impôs na política nacional com a eleição de Collor em 1990, continuado por Itamar e consolidado no período de Fernando Henrique Cardoso à frente da presidência. A adesão incompleta ou fragmentada do receituário neoliberal encontrada por Pierucci naquele momento, tanto na vida estatal quanto cotidiana, era sobreposta por uma preocupação

recorrente que hoje parece ter-se firmado apenas nos grupos protestantes, a família.

As conclusões do estudo de Pierucci sobre as bases sociais da nova direita naquele momento, demonstram configurações contrastantes quando comparadas àquelas em que se expressa a nova direita contemporânea. As concepções mais radicais à direita que não encontravam grande eco na sociedade naquele momento, hoje são defendidas com certa intransigência pelos seus apoiadores.

Para além de suas diferenças genealógicas, as bases sociais populares da direita política radical costumam seu consenso ideológico sob a predominância folgada de dois campos semânticos, estruturados em torno de dois motivos antiliberais: a reação “antiliberalista” em moral familiar e a demanda antiliberal de maior intervencionismo do Estado em economia.

[...]

(...) se os pontos de vista estatistas em economia encontraram alguma oposição em *uns poucos* entrevistados, atraídos pelo brilho recente do neoliberalismo thatcheriano, o intervencionismo da legislação em moralidade sexual e familiar é proposto por *todos sem exceção*. (Pierucci, 1987, p.43)

Como se verá adiante, no cenário atual, tanto no campo moral quanto político e econômico, essa predominância não se confirmou. Apesar de conservar-se a sua heterogeneidade, com grupos autoritários, moralistas e liberais na nova direita contemporânea, este último grupo parece se sobrepôr a todos os outros, com uma defesa explícita tanto da direita enquanto campo político legítimo, quanto do neoliberalismo como política econômica ideal.

Finda a década de 1990, as consequências sociais do período hegemônico das políticas neoliberais no Brasil e no continente deram grande fôlego às lideranças populares ligadas à esquerda, foi a “onda vermelha” que varreu o continente sul americano, como discutido em tópico anterior. Depois de mais de uma década de plena ascensão, os governos de esquerda, em meio a graves crises política e econômica, voltaram a se enfraquecer, perdendo tanto em representação política quanto em apoio social.

A hegemonia política e cultural da esquerda brasileira passou a ser mais fortemente contestada a partir das manifestações de junho de 2013 no Brasil. As massas, de perfil predominantemente jovem, de uma classe média escolarizada, saíram às ruas de forma independente manifestando o seu descontentamento em

relação à qualidade dos serviços públicos, à corrupção e ao sistema político-eleitoral de maneira geral (SINGER, 2013). Incapaz de responder satisfatoriamente às demandas e envolto em diuturnas denúncias de corrupção envolvendo membros do seu partido – além da inabilidade política do governo na gestão das crises econômica e política –, o governo Dilma não foi capaz de acalmar os anseios de parte expressiva da população, o que por pouco não lhe custou a reeleição, mas foi decisivo no apoio popular ao seu impeachment três anos depois.

Apesar de no cenário interno a condução do governo constranger até mesmo partidários e demais grupos de esquerda, a ascensão de ideias e representantes do lado oposto do espectro político não pode ser reduzida apenas à política doméstica. A emergência e o crescente espaço que intelectuais de direita vêm ganhando no debate público, através da imprensa e do mercado editorial, deve-se a um contexto mais complexo, uma confluência de fatores que fizeram a esquerda perder não somente o governo, mas também a hegemonia política e cultural no país e no continente, num processo de reversão da “onda vermelha” que se alastrou pelo países sul-americanos a partir dos anos 2000 (ROCHA, 2015).

Apesar da força e da expressão das jornadas de junho, ela não foi capaz de produzir uma liderança social e política incontestada que canalizasse de maneira objetiva seus anseios. Até mesmo pela sua heterogeneidade, a colonização daquilo que começou por uma demanda popular – a revogação do aumento da tarifa dos transportes na cidade de São Paulo – por grupos de diversos matizes ideológicos estranhos à esquerda, não poderia ser capaz de eleger uma voz frente a discursos tão dissonantes (SINGER, 2013). Com o sistema político e eleitoral em xeque e a economia indo de mau a pior, o protagonismo do discurso anticorrupção, antiesquerda e anti-PT ficou a cargo de representantes da sociedade civil organizada através de grupos autônomos de direita, como o Movimento Brasil Livre, o Vem Pra Rua e Revoltados Online.

A comunicação de Chaloub e Perlatto (2015) sobre os intelectuais da “nova direita” brasileira, suas ideias, retórica e prática política auxilia a compreender a emergência e o conteúdo das ideias que veem galgando cada vez mais repercussão no país nos últimos tempos, quanto para dar peso maior às conclusões das análises aqui empreendidas, uma vez que parte considerável dos intelectuais pesquisados pelo estudo são também membros e figuras-chave do Instituto Millenium. A hipótese desenvolvida por eles é a de:

esses intelectuais da “nova direita”, não obstante compartilhem ideias e elementos retóricos que estavam presentes em segmentos da intelligentsia brasileira de décadas anteriores, possuem particularidades próprias, quer se pense nas ideias, na retórica e nos argumentos por eles mobilizados, quer se considere a forma de inscrição dos mesmos na esfera pública. A ênfase em pautas regressivas no que tange aos direitos de minorias e ou referentes à legislação trabalhista convive, salvo algumas exceções, com uma irrestrita defesa do princípio do liberalismo econômico. (CHALOUB; PERLATO, 2015, p.5-6).

Os conceitos de “intelectual” e “direita” foram abordados numa perspectiva analítica, generalista e pouco normativa. Assim como na concepção gramsciana, o intelectual é aquele que exerce a função de produção de um conteúdo político ideológico consonante a uma visão de mundo particular. Desta forma, para os pesquisadores, os intelectuais são entendidos como uma

“categoria social definida por seu papel ideológico”, ou seja, como “produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais”, o que engloba “escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes, etc (SIRINELLI (1996) *in* CHALOUB; PERLATO (2005, p.2).

Já o termo “direita” foi tomado pela oposição crítica dos intelectuais pesquisados a determinados valores e orientações políticas tidas de “esquerda” ou progressistas na “defesa do papel do Estado (1) na regulação do livre-mercado, (2) na promoção da redistribuição de renda; (3) na execução de políticas afirmativas orientadas para a inclusão de “minorias” (CHALOUB; PERLATO, 2015, p.2-3). Apesar de o termo ser comumente associado a outros, como “conservador” ou “reacionário”, os autores observaram que os intelectuais abordados no estudo conversavam, mas não aderiam explicitamente a perspectivas que defendessem “conservar o status quo como ele se apresenta na ordem social brasileira” ou

retomar uma ordem histórica perdida, mas sim a construção de uma nova realidade, cujos valores são externos a qualquer experiência nacional anterior. Nesse sentido é que é possível dizer que os intelectuais da “nova direita” surgem mais com um discurso de ruptura com a tradição nacional do que animados por impulsos de conservação e garantia de transformações graduais e controladas (CHALOUB; PERLATO, 2015, p. 3).

Esse caráter progressista, não reacionário e de viés pouco conservador, reforça a conclusão que tivemos na análise do artigo de inauguração do Instituto Millenium, qual seja, a de que vigora no país o divórcio entre um estrato liberal de viés empreendedor e os representantes de uma “aristocracia” política brasileira ligada aos políticos tradicionais. A falta de partidos e representantes políticos claramente comprometidos com uma agenda “liberal moderna” foi o que ensejou o surgimento e a proliferação de instituições de defesa de valores deste tipo como o Imil. Dos oito intelectuais analisados por Chaloub e Perlatto (2015)¹, metade² faz parte do Instituto Millenium e também tiveram o conteúdo de seus artigos de opinião analisados nesta pesquisa.

A presença de intelectuais de direita na cena pública brasileira ao longo do século XX destacou-se pelo protagonismo de figuras como a de Carlos Lacerda, na década de 1930, e a de Francisco Campos, na de 1970, quando ambos influíram decisivamente “na construção de um determinado repertório político-intelectual e nos rumos do cenário político” (CHALOUB; PERLATO, 2015). Nas duas décadas seguintes, foi a vez de Paulo Francis e José Guilherme Merquior destacarem-se como as vozes da direita na opinião pública brasileira, este último tendo participado da elaboração do programa do governo Collor. Sua política foi marcada pela forte crítica da atuação do Estado na economia e a defesa de políticas neoliberais, o que, segundo os pesquisadores, se transformou “no principal esteio da agenda intelectual da direita” (CHALOUB; PERLATTO, 2015).

Os efeitos da transnacionalização de instituições de defesa e promoção de valores e políticas públicas de corte neoliberal, como a Atlas Network e os *think tanks* fundados por Anthony Fischer, principalmente a partir da década de 1970, também foram objeto da atenção dos pesquisadores, para quem, apesar do destino do governo Collor e das consequências das políticas por ele implementadas, o neoliberalismo continuou norteando o panorama de economistas cada vez mais influentes na interpretação da conjuntura e dos fenômenos econômicos.

¹Intelectuais analisados no estudo de Chaloub e Perlatto: Rodrigo Constantino, Marco Antônio Villa, Guilherme Fiuza, Reinaldo Azevedo, Luiz Felipe Pondè, Denis Rosenfield, Diogo Mainardi e Olavo de Carvalho.

²Intelectuais que também fazem parte do IMIL: Rodrigo Constantino, Marco Antônio Villa, Guilherme Fiuza e Denis Rosenfield.

Essa nova fração intelectual, que passa a deter autoridade legítima para falar na esfera pública sobre todos os assuntos, procurando traduzir suas análises e posições em matéria especificamente econômica sobre todas as dimensões da vida política e social, passa a se aproximar de segmentos importantes do sistema partidário e a influenciar de forma mais significativa a cena pública brasileira. O PSDB é exemplar nesse sentido, uma vez que, embora tendo nascido inspirado em ideias social-democratas de corte europeu, acabou por se aproximar, ao longo da década de 1990, de economistas liberais, vinculado à PUC-RIO – a exemplo de Pedro Malan, Pêrsio Arida, Gustavo Franco, André Lara Resende e Armínio Fraga –, que contribuíram decisivamente para impulsionar um *aggiornamento* do discurso do partido. (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p.4)

É importante ressaltar que com exceção de Pêrsio Arida e de André Lara Resende, todos os outros economistas citados ligados à PUC-RIO são atuais membros do Imil e objeto desta investigação. Gustavo Franco é membro do comitê fundador e atual Presidente do Imil, Armínio Fraga participa da sua câmara de mantenedores e Pedro Malan é um dos especialistas do *think tank*. Apesar da influência que esses profissionais exerceram na transformação dogmática do PSDB como citado acima, mais uma vez o texto de inauguração do Imil foi revelador ao demonstrar explicitamente o descontentamento do grupo à falta de alternativas eleitorais que não estivessem, em maior ou menor grau, vinculados a uma visão “estatista” da prática política, incluindo aí nomes ligados ao PSDB. Como se verá logo mais, a crítica à falta de representatividade de uma direita política de cunho liberal “progressista” é constante na fala de vários de seus especialistas.

Como demonstraram Chaloub e Perlatto (2015), durante a década de 1990 a defesa do livre mercado e a redução do papel do Estado defendida por essa “direita” não o reivindicava em seu nome, “– a inspiração, antes, surgia da ideia de “terceira via”, que sugeria, com Tony Blair e Giddens à frente, a superação da dicotomia direita-esquerda [...] (CHALOUB ; PERLATTO, 2015, p.4). “ Dos anos 2000 em diante, um novo tipo de ideário explicitamente de direita começou a surgir. Grupos de intelectuais foram se destacando e ganhando espaço na opinião pública brasileira, seja opinando sobre as questões políticas e sociais nacionais através da imprensa, seja pelo espaço e pela demanda crescente no mercado editorial por ideias de oposição à esquerda no país (CHALOUB; PERLATTO, 2015).

A dogmática e a retórica dos intelectuais de direita no país sofreu uma atualização³ importante ao longo do tempo, contrastando com a linha de atuação de um Lacerda ou Merquior no passado. “O que talvez os diferencie é que a maior parte dos intelectuais analisados nesse artigo reforça, em seus discursos, a divisão entre esquerda e direita, assim como requer e mobiliza orgulhosamente o título de direitistas, colocando sobre a esquerda o peso dos problemas enfrentados pelo país” (CHALOUB; PERLATO, 2015, p.5).

Os pesquisadores elaboraram seis hipóteses sobre a ascensão desses intelectuais na opinião pública brasileira. Em conjunto, elas englobam uma série de processos que foram se desenvolvendo desde aqueles ligados à conjuntura internacional, ao distanciamento temporal do período autoritário no Brasil, às transformações na indústria cultural e na crise do sistema político e eleitoral brasileiro, até aos erros e acerto da esquerda na condução do país e à proliferação de institutos de defesa de valores neoliberais no país. De acordo com Chaloub e Perlatto (2015), o fortalecimento de um novo discurso de direita no país não está restrito ao Brasil. Diversas correntes deste campo se desenvolveram a partir da crise do “Estado de Bem Estar Social” e da própria teoria marxista com a queda do muro de Berlim. Essas novas vertentes à direita do espectro político têm a característica de manterem uma relação menos conflituosa com a modernidade em relação à perspectiva econômica, concentrando suas críticas no plano cultural, moral e religioso. A segunda hipótese é a de que o distanciamento temporal da ditadura militar contribuiu para enuviar, com o passar do tempo, as consequências do regime, permitindo com que muitos se sintam mais confortáveis em agora se dizer de direita. Junto a isso, soma-se a crítica ao programa do governo petista nos últimos anos, com o qual se opõem na defesa de ideias liberais mais radicais.

A terceira hipótese diz respeito às transformações na indústria cultural do país. Houve uma mudança no perfil do mercado editorial e também na grande mídia, que passou, segundo eles, a dar mais espaço a colunistas “ideológicos”. Com a popularização da internet, a expansão desse tipo de conteúdo “viralizou”. A vinculação e articulação desses intelectuais em instituições de defesa de valores neoliberais, como o Instituto Liberal, o próprio Instituto Millenium, o Instituto Mises

³A tese de Mannheim acerca do processo de transformação do pensamento conservador, como foi exposto na primeira parte desta dissertação, pode ser aplicada aqui para compreender o processo de “renovação permanente” de um pensamento que se constrói na oposição ao progressismo.

Brasil, o Instituto Liberdade, o Instituto de Estudos Empresariais, os Estudantes pela Liberdade e o Instituto Ordem Livre, por exemplo, e a vinculação desses com fortes grupos de mídia, corresponde à quarta hipótese para a emergência de intelectuais desse tipo no debate público nacional.

A próxima hipótese tem relação com os sucessos e fracassos da esquerda no Brasil, o que acabou por alimentar o discurso desses intelectuais. Os sucessos, mesmo através do “reformismo fraco”, como apontou André Singer (2012), mexeu em pontos sensíveis da estrutura social, despertando fortes reações de outros segmentos. A polarização da sociedade entre esquerda e direita serviu para dar eco a este tipo de discurso radicalizado à direita. Já os fracassos em promover mudanças estruturais realmente significativas e os sucessivos escândalos de corrupção envolvendo quadros importantes da organização partidária e do governo, contribuíram para o enfraquecimento de uma agenda progressista de esquerda. Apesar de a oposição não conseguir emplacar uma alternativa política, grupos como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre, por exemplo, surgiram como vozes de oposição a partir da sociedade civil organizada.

A sexta e última hipótese está calcada na própria crise do sistema partidário que ficou exposta justamente nas manifestações de junho de 2013. O discurso de “terra arrasada” ganhou grande repercussão em um momento de desconfiança e descredibilidade das instituições políticas e dos próprios políticos.

Apesar de compartilharem um inimigo comum, os intelectuais da “nova direita” brasileira não compõem um todo monolítico. Segundo os autores, eles se dividem em pelo menos dois tipos, uma direita teórica e outra militante. Em linhas gerais, a diferenciação parece estar baseada apenas em critérios de capacidade argumentativa. Para eles, os intelectuais da direita teórica utilizam argumentos de ampla duração histórica e que ultrapassam o contexto imediato das questões que travam contra a esquerda, levando a reflexões sobre as consequências da modernidade e da própria natureza humana. Mobilizam ampla biografia em seus discursos, principalmente clássicos da literatura política liberal e conservadora. Majoritariamente esse grupo é composto por figuras do campo filosófico, como Olavo de Carvalho e Luiz Felipe Pondé.

Já a direita militante foi classificada pelos pesquisadores como sendo aquela composta por polemistas públicos cujos argumentos estão restritos às questões conjunturais. Temas mais profundos servem como ornamentos para as ideias

centrais “motivadas pela disputa colocada na pauta do dia (CHALOUB; PERLATTO, 2016, p.32).”. “Buscam se vincular, como forma de legitimação, a linhagens mais longevas da história do pensamento”(CHALOUB; PERLATTO, 2015, p.14), como os maiores representantes da Escola Austríaca de Economia, Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek. Em geral são liberais mais extremados em contraposição ao outro grupo, que tende a ser mais conservador.

Segundo os pesquisadores, “as representações do cenário contemporâneo desses dois grupos já oferecem uma ampla plataforma para a composição de uma ação conjunta”. (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p.14). Diante disso, os pesquisadores identificaram seis pontos de convergência nos discursos dessas “duas direitas”. O primeiro deles é a retórica de “terra arrasada”. O momento atual e histórico é marcado por uma ausência de virtudes e conquistas, argumento este que é mais forte entre os teóricos. Com frequência tendem a recusar ideias, pontos de vista e lugares de fala que estejam em divergência com os cânones dos países centrais.

O segundo ponto é a responsabilização da esquerda por todas as mazelas. O panorama vegetativo do país é relacionado com o cenário político e intelectual nacional. A esquerda é diretamente identificada como o mal, o opositor ideológico como inimigo. Essa visão moralizada da política e da sociedade e que remete a divergências de valor impassíveis de contestação acaba na reivindicação de uma superioridade moral ante à política. Em sequência, o próximo ponto de convergência está no “realismo” dos argumentos e análises do mundo, em contraste com o utopismo da esquerda. Essa retórica do realismo consiste na pretensão de construir um pensamento que expresse fielmente o mundo “como ele é”.

A obstinada crença no acesso privilegiado ao real é uma das mais diretas causas da tendência à construção de teorias da conspiração que marcam esses intelectuais.” [...] “O discurso repagina argumentação anticomunista comum aos dos anos 1960”, o que justifica a incompreensão do seu raciocínio pelo público em virtude da ação da ideologia adversária. (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p.22).

No quarto ponto de convergência, está o esforço em aproximar a direita dos interesses e opiniões da população, através da identificação de formulações da direita com crenças de senso comum pela sociedade, como a cobrança de

impostos, por exemplo. Na sequência, é comum entre esses grupos a valorização da meritocracia, a crítica da esquerda por supostamente sobrepor o social ao individual e pela forte adesão a uma conformidade entre conservadorismo moral e adesão ao mundo capitalista. Tal conformidade permitiu uma agenda comum entre liberais e conservadores. A coesão nasce, antes de tudo, da presença de um inimigo comum, a esquerda, detestada por suas ressalvas ao capitalismo e pela defesa dos direitos de minorias (CHALOUB; PERLATTO, 2016).

O campo comum nasce do elogio dos conservadores ao liberalismo econômico e dos liberais ao conservadorismo moral. A crítica “anticomunista” não “pegou” justamente porque o “reformismo fraco” do PT não ousou contradizer as questões mais importantes do capital. Apesar disso, o último ponto de convergência entre esses dois grupos de intelectuais está em ter o PT como alvo principal e inimigo comum, sendo acusado de reger uma ditadura que silencia as ideias de direita no país, comprometendo a própria democracia representativa (CHALOUB; PERLATTO, 2015).

As hipóteses para a emergência dos intelectuais da “nova direita” na opinião pública brasileira, as diferenças qualitativas entre esses grupos, e a série de elementos que sugerem a sua convergência, bem como o seu conteúdo retórico, sem dúvida agregam muito à compreensão desse fenômeno no Brasil. No intuito de contribuir para esse debate, acredito que cabe aqui uma nota crítica a respeito da divisão apresentada pelos autores dos intelectuais por eles estudados, seja teórico ou militante.

Os autores parecem se valer do esquema teórico gramsciano para diferenciar essas duas categorias de intelectuais. Não custa lembrar que, como foi discutido no início desta dissertação, Gramsci enxerga duas categorias na divisão intelectual do trabalho, a dos intelectuais orgânicos, aqueles responsáveis por elaborar um corpo doutrinário, dogmático, teórico, e os intelectuais tradicionais, como jornalistas, médicos, advogados, funcionários públicos etc., que, pela natureza de sua posição e seu contato com o público, pela sua adesão à causa, intermediam as formulações mais densas para o público.

No texto de Chalub e Perlatto (2015), a distinção feita entre os grupos intelectuais diz respeito à qualidade do seu argumento, se teórica e historicamente embasados ou se circunscrito às águas rasas da discussão conjuntural, cotidiana, sem recursos argumentativos de maior fôlego. Ocorre que, segundo o nosso

entendimento, militante é todo aquele que defende uma causa ou busca transformar a sociedade através da ação, e cabe aqui a reflexão se não seria equivocado tratar de “teórico” como aquele que, através de suas ideias, não pretende um resultado prático real. Entendo que, independentemente da qualidade do argumento, posicionar-se publicamente em razão de uma causa, de uma visão de mundo, de uma ideologia, já é em si uma forma de militância. A diferença está no público a que o discurso é destinado e na forma de veiculação dessas ideias. Todos os que se vinculam a uma causa e participam em sua defesa na discussão pública militam, seja qual for os recursos discursivos e argumentativos para empreendê-lo. No nosso entendimento, estes intelectuais falam a frações distintas da estrutura social, cada qual com o aprofundamento teórico e vocabular condizente.

4. *Think tanks*: O que são e como pesquisá-los

Diversos métodos têm sido empregados no estudo da atuação, impacto e influência dos *think tanks* na opinião pública e no processo de elaboração de políticas. As metodologias empregadas variam em função dos aspectos que se desejam investigar, seja a projeção midiática de suas ideias ou ações, a frequência e a densidade na participação em comissões e espaços deliberativos públicos, a influência dos atores políticos no processo de formulação de políticas públicas, ou o seu alcance nas redes sociais.

O que é um think tank? Quais questões têm sido frequentemente levantadas e quais ainda faltam ser feitas sobre eles? Quais métodos podem ser usados para pesquisá-los? Essas questões são particularmente difíceis de responder, uma vez que frequentemente nos levam a conclusões por vezes contrastantes. Eles podem ser considerados tanto uma extensão da academia quanto da política, enquadrando-se num amplo e variado espectro de tipologias a depender de sua atividade, condição de atuação e prática intelectual. Alguns estudiosos sustentam uma posição crítica em relação a este tipo de instituição, vendo-os como organizações que exercem *lobby* em favor dos interesses do capital e dos principais partidos políticos. Por outro lado, há os que sustentam uma posição mais compassiva, compreendendo esse tipo de organização como uma entidade, assim como qualquer outra, que compete pela sua projeção no mercado de ideias, salientando o aspecto positivo de uma certa autonomia cognitiva.

Este contraste existente entre as formas de focalizar o sentido e a atuação dos *think tanks* está expresso no debate entre duas correntes interpretativas baseadas na teoria das elites (Pautz, 2011) e na teoria pluralista (Abelson, 2002). Resumidamente, a primeira enxerga essas instituições como parte de redes de poder e influência que visam transformar um conjunto vago de interesses em *expertise*, construindo um conjunto de habilidades e conhecimentos, ou *know-how*, vitais para o seu campo de atuação. Por outro lado, a visão um tanto cândida dos pluralistas os considera apenas como mais um ator no já saturado mercado global de ideias. Diante da diversidade de possibilidades que se abrem para o seu entendimento a partir dessas questões, é crucial que se precise, primeiro, o campo de atuação em que essas instituições exercem suas atividades.

O trabalho de Thomas Medvetz (2012) traz uma importante contribuição para compreender esse tipo de organização, ao ir além de uma definição simplista acerca do que é uma organização que atua em determinado nicho, para situá-las num conjunto de quatro campos fundamentais de atuação que expressam o “capital” detido por cada uma delas. Os quatro campos considerados por Medvetz são o acadêmico, o político, a mídia e o econômico. Um dos argumentos levantados em seu estudo é o de que essas organizações atuam como agentes de influência em cada campo, procurando exercê-la através da promoção da visibilidade midiática de seus posicionamentos, alicerçados ou não em trabalhos acadêmicos, produtos de mídia, comunicação política ou de mercado, que visam influenciar o debate político e a opinião pública em torno de questões sensíveis às suas áreas de atuação. Indo muito além de uma atuação discreta e especializada num campo específico de políticas públicas, essas organizações agem como partes de uma rede de atores que se diferem em termos de objetivos e recursos.

Essa diferenciação é importante, pois oferece uma perspectiva que define, mas não limita, o entendimento dos *think tanks* a uma única perspectiva de nicho, ampliando o escopo de análise para uma esfera mais complexa de sua *expertise* no *policy-process*, ao mesmo tempo em que nos permite chegar aos limites conceituais de uma definição ampla, porém bem delimitada, do fenômeno dos *think tanks* como um todo. Não é o objetivo aqui, portanto, propor uma definição que privilegie atributos específicos de *think tanks* em determinadas áreas, mas sim uma definição concernente às relações e às funções que exercem, salientando aspectos universais dessas organizações. Assim, de maneira sintética e geral, pode-se compreender que os *think tanks* são instituições que atuam como *hubs* numa grande rede de conhecimento e informação, atraindo intelectuais e profissionais das mais diversas áreas que compartilham determinados interesses, ideias e concepções de mundo, através de uma atuação pedagógica e militante de persuasão/influência na esfera pública local e global.

Não surpreende, pela própria natureza e campo de atuação dessas organizações, que a ciência e a sociologia políticas tenham especial interesse em compreender o papel desempenhado pelos *think tanks* na conformação de tendências políticas e na proliferação de ideias centradas principalmente em questões relativas ao Estado e aos partidos políticos. As pesquisas na área se debruçam majoritariamente sobre análises comparativas entre os discursos

formulados pelos *think tanks* daqueles proferidos diretamente por representantes políticos, mensurando, através desta relação, o impacto ou a influência que essas organizações têm em mudar ou conformar ideias.

Os *think tanks* têm exercido um papel político muito importante em determinados momentos de crise ou transição de governos na história das nações, principalmente nos países onde o seu surgimento foi precursor em relação a outras partes do mundo. Ressalte-se aqui a influência decisiva dessas organizações na promoção do ideário neoliberal que embasou as políticas governamentais dos governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e no de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, durante os anos de 1980. A origem desses “tanques de pensamento” enquanto organizações militantes ideologicamente orientadas remete ao final do século XIX com o surgimento da Sociedade Fabiana, na Inglaterra de 1884 (Gros, 2003). Com o objetivo de difundir os princípios socialistas através da via política, de forma gradual e democrática, seus membros compuseram o grupo fundador do partido trabalhista inglês já em 1900. Ao longo do tempo, esse tipo de organização foi se complexificando e ganhando novos matizes, tanto na forma, nas áreas de atuação, quanto nos princípios ideológicos que norteiam a sua ação. Não por acaso, Friedrich Hayek se inspirou nos precursores socialistas, criando em 1947 a sociedade *Mont Pèlerin* de defesa dos pressupostos neoliberais. Pode-se dizer, com isso, que a “direita” aprendeu com a “esquerda” a forma institucional de promover suas ideias.

Dadas essas características, enquanto membros representantes de projetos políticos específicos que atuam em rede, a abordagem utilizada pela ciência e sociologia políticas têm sido a de investigar o que essas instituições de fato fazem e como elas ajudam a conformar o clima da opinião pública e de atores políticos específicos em favor ou não de determinados tipos de políticas. Uma já vasta literatura investiga, por exemplo, a relação de *think tanks* com grupos de interesse, tanto políticos quanto corporativos, na divulgação de material e informação “enviesada” com o objetivo de influenciar o clima político-social em determinados momentos, assim como a rede de financiamento, ou a falta de transparência financeira que sustentam a atividade de organizações desse tipo – Bertelli e Wenger (2009), Clark (2007), McClenaghan (2012), Ruane (2005).

Outros estudos – Slater (2014) e Stone (2007) – salientam o papel dos intelectuais que compõem essas organizações, uma vez que servem de fontes de

interesse para partidos e governos no desenvolvimento de ideias, políticas e discursos que orientam ideológica ou objetivamente, quando não ambos, o debate político. São os intelectuais que, por meio do seu trabalho, disponibilizam uma linguagem conceitual, produzem exemplos empíricos e delimitam paradigmas que alimentam o processo de deliberação política, e a partir disso, as políticas públicas em si. Metodologicamente, o impacto dessa relação é mensurado através da aferição da visibilidade midiática ou política que conquistam, seja pela congruência entre os discursos propagados diretamente por essas organizações e a sua correspondência nos discursos oficiais de políticos e administradores públicos, seja pelas propostas de políticas públicas em geral.

Para além das investigações centradas na relação dos *think tanks* com os diversos ramos e atores do poder público, vêm sendo construída paralelamente uma agenda de investigações que procura explorar também outros elementos, que vão desde a problematização da prática intelectual, do papel das novas tecnologias, das questões organizacionais e da relação dessas instituições com um leque de áreas mais amplo. Neste último aspecto, tem-se perguntado, por exemplo, qual o impacto dos *think tanks* no trabalho acadêmico e jornalístico, quais seus efeitos no debate sobre políticas públicas, sua difusão global e sua apropriação local, que tipo de relação estabelecem com Ongs e departamentos de pesquisa em universidades, enfim, quais as suas funções e comportamentos (Arellano e Orazio, 2014). Não se pode deixar de lado, evidentemente, o impacto do contexto político na sua atuação, quais características derivam da forma e dos meios de seu financiamento e gestão, quando é que *think tanks* falham ou deixam de existir e qual o papel das redes sociais na sua atuação e alcance de empreendimentos (Medvetz, 2012). Do trabalho intelectual, cabe investigar como os *think tanks* se investem de uma “autoridade” na produção de conhecimento em determinado campo, como diferenciam o produto de suas pesquisas da de outras instituições de produção de conhecimento e qual o papel que esta reflexividade “independente” exerce sobre mudanças políticas reais (Slay, 2017).

Dada a amplitude e a complexidade inerentes à análise da natureza, função e atuação dos *think tanks* nos mais variados contextos e áreas, uma série de diferentes metodologias vêm sendo empregadas pelos pesquisadores do campo para dar conta de explicar esses diferentes aspectos do fenômeno. A depender dos objetivos da investigação, os métodos variam entre entrevistas, etnografias e

análises de documentos, numa abordagem qualitativa (Silveira, 2013), a *surveys*, análises de conteúdo, análises bibliométricas, de mídias sociais e *big data*, numa abordagem quantitativa (Brown et al, 2014). Naturalmente, há também aquelas que utilizam ambos os métodos, comumente empregados em estudos de caso. Assim como os métodos, variam também a perspectiva temporal, se histórica ou fotográfica; o contexto, se nacional, multinacional, institucional, de redes, político ou outra área específica; a unidade de análise, se a própria instituição, a produção de pesquisas, as ideias em si, os relatórios e comunicações oficiais, os *tweets* ou a presença na mídia; e também, evidentemente, a questão de pesquisa, qual o seu impacto, a capacidade de produzir conhecimentos e mudanças, seu papel nas redes, sua estrutura institucional etc.

5. Ressaca neoliberal e os think tanks da “nova direita”

De acordo com Perry Anderson (1995), foi logo após a Segunda Guerra Mundial que um novo fenômeno teórico e político surgiu em contraposição ao modelo de planejamento econômico e de bem-estar aplicado no oeste europeu durante o *Welfare State*, o neoliberalismo. Liderado pelos membros mais destacados da Escola Austríaca de Economia, como Ludwig Von Mises, Friederich Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Walter Lipman, Michael Polanyi, entre outros, o neoliberalismo originou-se do desenvolvimento da teoria econômica do liberalismo clássico do século XVIII. Isolados enquanto a política econômica keynesiana era capaz de produzir os melhores índices de crescimento da história durante as décadas de 1950 e 60 – a idade de ouro do capitalismo –, o argumento de que o intervencionismo econômico estatal comprometia a liberdade dos cidadãos e os conduzia inevitavelmente ao totalitarismo e à servidão não era levado a sério.

Foi apenas em 1973, com a crise do modelo de Estado de Bem-Estar Social, que as ideias neoliberais passaram a ser mais difundidas, paulatinamente compondo a política econômica de vários governos, inclusive aqueles ditos de esquerda (ANDERSON, 1995, p. 14). O diagnóstico neoliberal era de que o poder excessivo dos sindicatos e suas pressões sobre os salários, além da demanda de mais gastos sociais pelo Estado, além de provocar altas inflacionárias, comprometia um princípio fundamental a qualquer economia, a acumulação capitalista. A solução seria conter o poder dos trabalhadores, reduzir os gastos sociais e criar um exército industrial de reserva, medidas consideradas indispensáveis à dinamização da economia (ANDERSON, 1995).

Enquanto ideologia, o neoliberalismo tem um forte componente conservador, baseado nas derivações possíveis do conceito polissêmico de liberdade e o seu pressuposto explicativo, o de igualdade. Vista como positiva, natural e até mesmo desejável, a desigualdade é o componente vital sobre o qual se assenta a acumulação capitalista. Segundo Anderson (1995, p. 11), para os neoliberais, eram os “legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado”, os mecanismos responsáveis pelo esgotamento da ascendência econômica da era de ouro do capitalismo.

Embora apoiados por pressupostos distintos, como se verá no momento oportuno, conservadores e neoliberais nunca viram na desigualdade um fator comprometedor da liberdade, ao contrário, consideram-na indispensável à sua realização (ANDERSON, 1995, p. 10).

Assim, portanto, no cerne da doutrina que viria a se tornar mundialmente hegemônica anos depois do seu surgimento, está uma disputa entre visões de mundo que remonta às primeiras décadas do século XX, com a proposta de economia mista elaborada pelo britânico John Maynard Keynes (1883-1946), de um lado, e a defesa de um sistema econômico liberal competitivo por Friedrich Hayek (1899-1992), de outro. A solução proposta pelo economista inglês, denominada por ele de *Middle Way*, consistia basicamente na confluência entre políticas de promoção da justiça econômica e social com a garantia de um liberalismo de mercado, o que prometia solucionar as dificuldades enfrentadas pela economia inglesa no início dos anos 30 (GROS, 2008). A crítica mais contundente ao planejamento econômico keynesiano e que teve grande impacto na opinião pública foi a obra *O Caminho da Servidão*, de Hayek, já em 1944⁴. Nela, o economista austríaco defende que seria impossível conciliar vertentes tão antagônicas em um “caminho intermediário”, uma vez que esta proposta “liberal-socialista” levaria inevitavelmente a sociedade ao totalitarismo, comprometendo indelevelmente a liberdade individual (GROS, 2008).

Entretanto, enquanto exibiam taxas de crescimento sem precedentes, a busca por modelos alternativos estava longe de se tornar um imperativo às economias de capitalismo avançado europeu. A estratégia política de Hayek, nesse período, foi a de criar uma associação internacional entre intelectuais, políticos e acadêmicos dedicada a defender e aprimorar as ideias derivadas do liberalismo clássico, contraponto àquilo que considerava uma ameaça à liberdade individual, o socialismo. “O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra” (ANDERSON, 1995, p. 12).

Ainda incipiente em 1947, ano de criação da Sociedade *Mont Pèlerin* – uma associação internacional idealizada por Hayek entre intelectuais e acadêmicos pela defesa e desenvolvimento das ideias neoliberais (GROS, 2008) –, a doutrina tornou-

⁴ HAYEK, F. *O caminho da Servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

se movimento político e ideológico hegemônico após a adesão das maiores economias capitalistas do Ocidente no final dos anos 1970 e início de 1980, com a vitória da então líder do Partido Conservador Britânico, Margaret Thatcher, em 1979, e, posteriormente, com a do norte americano Ronald Reagan, em 1981. Sua importância, segundo Cockett (1995), foi fundamental para conferir identidade ao grupo de intelectuais que até então se viam isolados na defesa dos pressupostos liberais, divulgar a doutrina a públicos cada vez maiores, influenciar políticas públicas através do reconhecimento da excelência de seus membros e difundir este tipo de modelo societário pelo mundo.

Todavia, a despeito da origem anglo-saxã e norte-americana dos seus maiores expoentes, foi na América Latina “a primeira experiência neoliberal sistemática do mundo. Refiro-me, bem entendido, ao Chile sob a ditadura de Pinochet. Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea” (ANDERSON, 1995, p. 19). A inspiração teórica para a dura política de desregulação financeira, desemprego, repressão sindical, privatização e desoneração da taxa aos mais ricos veio, sem surpresa, não do economista austríaco, mas do norte americano Milton Friedman. Os *Chicago boys*, como ficaram conhecidos, foram um grupo de economistas chilenos patrocinados pelo governo estadunidense e que estudaram sob a tutela de Friedman no Departamento de Economia da Universidade de Chicago, nos anos 1970 (ROCHA, 2015). A experiência piloto comandada pelo ditador chileno serviu de inspiração para a política econômica de Thatcher alguns anos depois, regimes que mantiveram “excelentes relações” durante os anos 80 (ANDERSON, 1995, p 19).

Há quem possa pensar que o fato de a doutrina econômica neoliberal – fortemente alicerçada sobre uma ideia particular de liberdade e destinada a combater o totalitarismo e a servidão atribuídos à “tendência igualitarista” dos socialistas – ter sido aplicada, com relativo sucesso, por um dos regimes ditatoriais mais violentos da América Latina, teria causado certo embaraço ou algum tipo de constrangimento aos seus idealizadores. Mas assim como a igualdade é elemento descartado desse receituário, tampouco a democracia se erige como imperativo de valor ou condição para o seu funcionamento.

O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso com seus princípios. (ANDERSON, 1995, pp. 19-20).

O movimento internacionalizou-se a partir dos anos 1960 e 1970, articulando-se principalmente entre Estados Unidos e Inglaterra, com a criação de um número crescente de instituições com escopo similar de atuação. Para Gros (2008), o que permitiu a teoria neoliberal sair do limbo teórico, para tornar-se concepção hegemônica pouco mais de 30 anos após o seu surgimento, foi o desenvolvimento de redes de articulação entre intelectuais, acadêmicos e suas publicações, empresas jornalísticas, organizações empresariais e um novo tipo de instituto privado de pesquisa sobre políticas públicas, os *think tanks*. A manutenção dessa rede ao longo dos anos só foi possível pelo reiterado interesse de grandes empresários pelo investimento em uma alternativa política que pudesse se contrapor criticamente ao Estado de Bem-Estar Social, além da iniciativa e liderança de indivíduos altamente envolvidos com ela.

Os *think tanks* são originalmente instituições de pesquisa e análise de políticas públicas, sem vinculação partidária ou fins lucrativos, que visam influenciar o poder e a opinião pública a respeito de caminhos, interpretações e soluções para os mais variados problemas sociais e políticos. Atuam, com relativa frequência, na mediação entre a linguagem técnica acadêmica e a sociedade civil e política, “traduzindo” o resultado de pesquisas especializadas para gestores, legisladores e o público em geral. Há aquelas que se especializam em determinados campos de atuação, promovendo em seu próprio corpo de especialistas as suas pesquisas de interesse. É bastante comum em áreas como meio ambiente, economia e direitos humanos, por exemplo, haver *think tanks* dedicados exclusivamente ao avanço de políticas públicas nessas áreas. Assim como variam as áreas de expertise, também são variáveis as formas de atuação. Segundo Rocha (2015, p. 262),

o modo de atuação dos think tanks é pautado por sua localização em um espectro que vai do “profissionalismo politicamente desinteressado” em um extremo ao “ativismo político orientado ideologicamente” em outro, o que altera substancialmente os tipos de estratégias de persuasão e convencimento adotadas por essas organizações para influenciar o processo político de formulação e implementação de políticas públicas.

O termo foi cunhado em 1960, nos Estados Unidos, originalmente para designar as salas onde eram discutidas as estratégias de guerra (COCKET, 1995), uma designação que não é fortuita. Atualmente, os *think tanks* atuam como ponta de lança na defesa de ideias, disputando com outras instituições do terceiro setor, partidos políticos ou grupos da sociedade civil organizada, a agenda e as políticas de Estado. Os primeiros *think tanks* criados eram organizações civis privadas, financiadas por pessoas físicas ou jurídicas, e que reuniam um determinado conjunto de especialistas nas pesquisa e análise de políticas públicas. Por não terem vinculações explícitas, sejam partidária ou governamental, se valiam do seu caráter independente, “neutro” e “imparcial”, como referencial ou justificativa de credibilidade, estratégia que é utilizada nos dias de hoje até mesmo pelos defensores mais ideologicamente apaixonados.

As diferenças na forma de atuação foram se consolidando ao longo do tempo, à medida em que novas organizações, com diferentes escopos, foram sendo criadas. Mas aquela que mais claramente inaugurou o tipo de atuação militante, ativista e ideologicamente orientada, foi a *Heritage Foundation*, já em 1973, nos Estados Unidos. Com atuação centrada nos principais articuladores e responsáveis pela formulação de políticas públicas, como congressistas, assessores parlamentares, mídia, acadêmicos e membros do poder executivo, sua “missão é formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas nos princípios da livre empresa, do Estado mínimo, da liberdade individual, dos valores tradicionais norte-americanos e de uma forte defesa nacional” (ROCHA, 2015, p. 264).

Atuante até os dias de hoje, a *Heritage* foi o primeiro *think tank* de direita do mundo e um dos mais influentes, dentro e fora dos Estados Unidos, até os dias de hoje (ROCHA, 2015). A diferença mais marcante da sua forma de atuação foi se contrapor à atuação “neutra” e relativamente discreta de seus antecessores, agindo por meio de ações e estratégias de marketing contundentes na divulgação de suas ideias. Sua atuação militante rendeu frutos logo ao final da década, conseguindo

emplacar políticas de cunho neoliberal já nos governos de Jimmy Carter (1977-1981), nos Estados Unidos, e de James Callaghan (1976-1979), na Inglaterra (STEDMAN JAMES, 2014 *apud* ROCHA, 2015). A disseminação mundial do receituário veio nos anos seguintes, como já comentado, nos governos de Thatcher e Reagan, na virada da década de 1970. A sincronicidade temporal na adoção da doutrina neoliberal como principal política econômica de governo nos Estados Unidos e na Inglaterra não foi fortuita. Gross (2005) e Rocha (2015) concordam que o sucesso de sua contaminação simultânea e posterior disseminação hegemônica só foi possível pelo intercâmbio intelectual propiciado por instituições como os *think tanks*, principalmente a partir dos anos 1970.

A disseminação contou também com a iniciativa e liderança de figuras habilidosas, como a de Anthony Fisher, que a partir dos anos 1970 fundou ou ajudou a fundar uma série de Institutos Liberais pelo mundo (GROS, 2008). Foi ele o responsável por fundar, em 1981, a *Atlas Economic Research Foundation*, entidade responsável por criar, assessorar e financiar novos institutos liberais em todo mundo, inclusive na América Latina. A entidade funciona como o núcleo central de uma rede de *think tanks* liberais aos moldes do precursor inglês, o *Institute of Economic Affairs* (COCKETT, 1995). Segundo Gros (2008),

a existência de um movimento ideológico neoliberal internacional deve muito às organizações mencionadas, em especial ao Institute of Economic Affairs da Grã-Bretanha, por ser o núcleo original e o modelo dos centros de ensino, pesquisa e desenvolvimento da teoria econômica liberal, à Atlas Economic Research Foundation dos EUA, pelo papel que exerce na criação e na manutenção de think tanks liberal-conservadores em todo o mundo, à Sociedade Mont Pèlerin, por promover reuniões entre grandes personalidades do mundo político e acadêmico liberal, e às inúmeras fundações mantidas pelas grandes empresas, que fornecem os recursos para sustentar esse movimento ideológico internacional.

O protagonismo de Anthony Fisher foi tão significativo, que recebeu, em 1988, pelas mãos da Rainha Elizabeth II, o título de “Sir”, em nome do seu valoroso trabalho em prol da “liberdade”. Além da *Atlas Foundation*, o mais importante *think tank* que fundou, Fisher também foi o responsável pela criação de institutos nas cidades americanas de Nova York, Washington e São Francisco, além de exportar o modelo para Londres, Canadá e Austrália. A *Atlas* foi fundada em 1980, ano de aprofundamento da crise financeira que atingiu várias economias na América Latina,

momento considerado estratégico para a difusão das ideias neoliberais no continente, pressionando pela abertura dos mercados, pela redução das despesas estatais e pela privatização de empresas públicas (ROCHA, 2015).

Durante os anos 1980 e 1990, a atuação da *Atlas* marcou a primeira onda de “direitização” do continente. Seu trabalho incluía a assistência necessária para a criação, a gestão, a atuação e também a incorporação de instituições criadas pelas elites locais à sua rede de *think tanks* militantes, conferindo um certo grau de homogeneidade aos discursos e às estratégias de ação nos moldes das instituições americanas. O trabalho pedagógico e de divulgação do receituário neoliberal durante os anos 1980 angariou resultados reais na década seguinte, com a adoção de políticas de corte neoliberal em vários países latino-americanos, inclusive no Brasil.

Segundo Anderson (1995), a virada neoliberal no continente começou com o governo de Salinas, no México, em 1988; avançou com Menem, em 1989, na Argentina; com Carlos Perez, na Venezuela, no mesmo ano; e Fujimori, no Peru, em 1990 –ano em que Collor assumiu no Brasil. Em alguns deles, como na Argentina e no Peru, utilizou-se a violência e a intransigência autoritária para submeter a população às políticas de deflação, desregulamentação, privatização e desemprego. Em outros casos, porém, como o da Bolívia, a adoção desse receituário parece ter sido azeitada por outro componente. Segundo Anderson (1995, p. 21), “há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir democrática e não coercitivamente um povo a aceitar políticas neoliberais das mais drásticas. Este equivalente é a hiperinflação”.

À medida que a batalha de ideias parecia ter sido ganha, muitos *think tanks* de corte liberal deixaram de existir ou reduziram significativamente a sua atuação ao longo dos anos 1990 (ROCHA, 2015). O resultado do remédio amargo neoliberal não trouxe a vitalidade econômica que se esperava, pelo contrário, houve aumento do desemprego, da pobreza e da desigualdade, fazendo com que a população e a opinião pública se posicionassem contrárias às medidas. Na análise de Anderson (1995, p. 23),

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais,

embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes.

O fracasso social e o colapso econômico provocados pela década de políticas neoliberais na América Latina propiciou a emergência de alternativas políticas à esquerda em todo o continente. Já em 1998, Hugo Chávez foi eleito na Venezuela, em 2002, Lula no Brasil, no ano seguinte, Kirchner assume a presidência da Argentina, e nesse ínterim, Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai também elegeram governos de esquerda. Essa foi a “virada à esquerda” que varreu o continente a partir de pouco antes dos anos 2000, mas que vem perdendo força a cada dia por uma forte reação conservadora e neoliberal (ROCHA, 2015). No Brasil, crises políticas e econômicas ensejaram o reaparecimento desse tipo de discurso, galgando amplo espaço na mídia, na política e na sociedade civil, no esteio dos fatos equívocos de seus opositores. Se a década de 2000 foi o período de refluxo da doutrina neoliberal, vivenciamos hoje um forte momento de ressaca dessas políticas e que tem abalado as estruturas da nossa jovem democracia.

Segundo o cientista político chileno Kaltwasser (2014), passou-se a considerar a hipótese de que essa erupção conservadora e neoliberal vem ostentando uma nova cara, uma “nova direita”, que usaria de estratégias de persuasão diferentes daquelas usadas em décadas anteriores. De acordo com sua pesquisa, as estratégias seriam: 1) estratégias não eleitorais que têm lugar no âmbito da sociedade civil; 2) estratégias eleitorais partidaristas existentes no campo do sistema político partidário já estabelecido; 3) estratégias não partidaristas que se relacionam à constituição de novas lideranças políticas à margem do sistema político-partidário estabelecido.

Considera-se, para todos os efeitos, que os *think tanks* se inserem nesta primeira estratégia. São entidades civis, privadas, alinhadas ideologicamente, e que fazem um trabalho direcionado a formadores de opinião e diretamente à própria opinião pública, no intuito de convencê-los da assertividade de seus

posicionamentos. No Brasil, já no final do governo Lula, vários *think tanks* de direita vieram à tona, entre eles o Instituto Millenium.

Fundado em 2005 pela economista Patrícia Carlos de Andrade sob o letônico título de “Instituto da Realidade Nacional”, foi oficialmente lançado como Instituto Millenium no ano seguinte, na XIX edição do principal fórum de ideias liberais da América Latina, o Fórum da Liberdade⁵. O Millenium se designa como um *think tank* que promove “valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo”, tudo isso em nome da “prosperidade e [do] desenvolvimento humano” (IMIL, 2016). Atualmente conta com a participação de 226 especialistas e 78 membros convidados, entre empresários e intelectuais das mais diversas formações, mas principalmente economistas, advogados, cientistas sociais, políticos e profissionais da comunicação. Além desses, fazem parte da instituição um conjunto de organizações privadas da indústria, da mídia e do setor bancário, as quais atuam como instituições parceiras e mantenedoras, entre elas o Grupo Gerdau, Abril e OESP.

O Imil funciona como uma organização aglutinadora e reverberadora do discurso de intelectuais e empresários alinhados à sua política editorial, princípios e valores marcadamente neoliberais e, em menor medida, conservadores. Apesar de não produzir nenhum conteúdo próprio além de pequenas peças de comunicação, reproduz em suas plataformas os artigos, entrevistas, comentários e opiniões publicadas pelos seus especialistas e colaboradores em jornais de grande circulação do país, blogs, sites e de outros institutos afins.

Desde 2012 o instituto lidera duas campanhas, o “Imil na Sala de Aula” e o “Millenium nas Redações”. A primeira iniciativa visa promover encontros entre especialistas associados com estudantes universitários de instituições de ensino públicas e particulares de todo país, desenvolvendo palestras, aulas e debates em torno de seus temas centrais: a liberdade, o Estado de Direito, a economia de mercado e a democracia representativa. Já a segunda iniciativa é direcionada aos

⁵ O evento é promovido desde 1988 pelo Instituto de Estudos Empresariais, um dos think tanks precursores na defesa de ideias liberais no país. Reúne anualmente lideranças políticas nacionais e internacionais além de intelectuais renomados ligados às ideias liberais. Em 2013 foi reconhecido pela Revista Forbes como sendo o maior espaço de debate político, econômico e social da América Latina.

jornalistas e profissionais da comunicação de diferentes veículos que seguem a mesma forma de atuação, promovendo encontros entre especialistas e profissionais com temas relacionados aos princípios e valores do Instituto. Esses dois campos de ação do instituto não são mero acaso, compreendem as vias formais de disputa por hegemonia, atuando na formação de intelectuais e na conformação da opinião pública através da mídia.

No texto institucional em que explicita o seu código de valores, os temas “Estado de Direito”, “Liberdades Individuais”, “Responsabilidade Individual”, “Meritocracia”, “Propriedade Privada”, “Democracia Representativa”, “Transparência”, “Eficiência, Eficácia e Efetividade” e “Igualdade perante a lei” são sempre embasados por uma série de artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo o Instituto, são esses os valores capazes de gerar prosperidade e desenvolvimento humano ao país, sendo a sua principal contribuição atuar como agente divulgador das ideias condizentes com tais elementos.

O Imil divulga a sua prestação de contas desde 2009, ano em que se tornou uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), certificação conferida pelo Ministério da Justiça, o que permite ao Instituto receber doações de pessoas físicas e jurídicas, com o benefício de isenção fiscal. De 2009 a 2016, as receitas do Instituto oscilaram entre 620.000 mil reais a pouco mais de 1.300.000 no último ano, sendo as doações a principal fonte de receita. As despesas estão majoritariamente sob o título de “operacionais”, seguidas dos custos de manutenção de seu website. O instituto mantém em seu site um link direto em todas as suas páginas para doações de pessoas físicas e jurídicas. Apesar de a prestação de contas ser aberta, ela discrimina apenas os valores totais, não as quantias e as pessoas ou empresas que doaram. Por esse motivo não é possível saber por essa via se a instituição recebe recursos diretos de *think tanks* de outros países, como a *Atlas Foundation*, importante *think tank* americano que concedeu, em 2010, o prêmio “New Media Award for Latin America” à instituição.

No site onde o instituto concentra a divulgação de suas ações, cada um dos seus especialistas e convidados conta com uma página pessoal, com uma breve descrição da área de formação, cargos assumidos, prêmios recebidos e campos de atuação e interesse. A essa breve introdução, segue a reprodução dos artigos, comentários e opiniões publicadas por cada um desses indivíduos nos mais variados veículos de comunicação do país, mas majoritariamente aqueles ligados

ao grupo Abril e aos jornais de grande circulação nacionais, como O Globo, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo. Em média os textos são curtos e estão organizados de forma cronológica, respeitando a data de publicação. Cada um desses colaboradores conta com um número próprio de publicações; alguns produzem muitos textos em um determinado período, outros contam com muito poucos ou nenhum. O que não se pode deixar de frisar é que esse grupo de especialistas e colaboradores é composto de indivíduos dotados de amplos capitais social e econômico, dirigem ou participam de grandes grupos de comunicação ou empresariais, são referências em suas áreas de atuação e pesquisa, e ocupam ou já ocuparam cargos em alguma esfera da administração pública.

O que agrega este grupo de empresários e intelectuais na instituição é a defesa de determinado corpo de princípios e valores, uma confluência em torno de uma concepção de mundo baseada nos pressupostos da liberdade política e econômica, quando não conservadores, além dos outros benefícios e oportunidades que essa associação proporciona. Assim, o Instituto Millenium e seus membros se beneficiam mutuamente, uma vez que um se utiliza do produto e renome de seus associados para se promover, ao mesmo tempo em que outro reverbera e dá visibilidade às ideias e ao trabalho de cada um individualmente, divulgando livros, promovendo palestras, eventos, campanhas etc.

Os valores alegadamente defendidos pelo Imil estão em estrita consonância com os princípios básicos do neoliberalismo elaborados por Hayek, que podem ser inferidos a partir de sua obra de referência, *O Caminho da Servidão*, já mencionada. Esses princípios podem ser divididos em treze elementos: 1) mínima intervenção estatal na economia; 2) flexibilização das políticas trabalhistas; 3) privatização de empresas estatais; 4) livre circulação de capitais; 5) abertura da economia às multinacionais; 6) adoção de medidas contra o protecionismo econômico; 7) simplificação das leis e desburocratização do Estado; 8) diminuição do tamanho do Estado; 9) redução de impostos e tributos; 10) aumento da produção e produtividade; 11) fim do controle de preços de produtos e serviços; 12) predileção à iniciativa privada; 13) defesa dos princípios econômicos do capitalismo.

Há que se ter em mente que o componente conservador do pensamento dos intelectuais do Imil concentra-se na esfera econômica. Em relação a outras escolas e teorias, a doutrina da Escola Austríaca de Economia é ortodoxa em relação à linha de interpretação keynesiana ou marxiana, por exemplo. O pensamento econômico

austríaco e norte-americano, notadamente a Escola de Chicago, formam o que se convencionou chamar de “economia neoclássica”, resultado da incorporação de uma série de novas ideias econômicas e que avançaram a partir das reflexões da primeira escola moderna de pensamento econômico, a “econômica clássica”, cujo maior expoente foi Adam Smith (Wolff e Resnick, 2012).

O pensamento austro-americano é ainda hoje hegemônico em relação às demais vertentes, principalmente à keynesiana, sua principal “concorrente”. Como se verá no momento da análise dos dados desta pesquisa, foram inúmeras as críticas dos membros do Imil à heterodoxia aplicada na política econômica dos governos petistas, principalmente nos governos Dilma. Não encontramos, nos intelectuais selecionados e nos textos analisados, conteúdo que pudesse indicar a presença de um conservadorismo moral, de viés religioso ou autoritário, como é característico de algumas frações da “nova direita” brasileira. Em geral, como será discutido extensivamente na segunda parte desta pesquisa, os intelectuais do Imil assumem um progressismo político, no sentido expresso pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, enquanto defendem um conservadorismo de tipo econômico, que mescla componentes da economia clássica e neoclássica.

Ou seja, entre o grupo pesquisado não foram encontradas evidências que revelassem uma crítica moral ou religiosa às diferentes orientações sexuais, ao uso e a descriminalização de drogas, ao casamento civil igualitário ou à exaltação de regimes políticos autoritários, por exemplo. Ao contrário, pode-se dizer que há uma conduta liberal-progressista nesses campos. Em contraste, foram encontradas uma série de críticas às políticas governamentais e à forma de atuação do Estado, tanto no campo das políticas sociais quanto naquela restrita ao campo econômico.

6. “Revolucionando a agenda política”: o surgimento do Instituto Millenium

No dia 13 de abril de 2005, foi publicado no jornal O Estado de São Paulo o texto de apresentação do que viria a se tornar o Instituto Millenium, na época batizado de Instituto de Estudos da Realidade Nacional. Publicado pelos economistas Patrícia Carlos de Andrade, Eduardo Viola e Héctor Ricardo Leis sob o título “Revolucionando a Agenda Política”, o manifesto⁶ pretendeu marcar a ocupação de um alegado vazio político, o da direita liberal. Surgia então, da reunião de um grupo de 25 indivíduos, entre eles intelectuais, economistas, empresários, jornalistas, políticos, membros e ex-membros da administração federal, um instituto com o compromisso de suprir a lacuna liberal do país.

O manifesto é um documento essencial para compreender as motivações que nortearam a iniciativa e para evidenciar o aparente estado de desolação de parte da direita brasileira em relação ao que se apresentava como alternativa política para o campo até então. Expressando inconformismo pelo espectro político que fora oferecido nas eleições presidenciais de 2002, os economistas que assinaram o manifesto fizeram questão de citar as reflexões de outro colega, a do economista Paulo Guedes, sobre a escassez de alternativas genuinamente liberal no país:

[...] na última eleição tivemos que escolher, para presidente, um entre quatro candidatos com chances – todos estatizantes e imbuídos em graus variados do ideário coletivista, originado na esquerda clássica, no populismo ou na direita oligárquica”. Era prova cabal do vazio de ideias num dos lados do espaço público, o liberal, que se tem provado fundamental para a racionalidade do debate eleitoral e a definição de políticas públicas em todos os países desenvolvidos e nos emergentes que avançam consistentemente. (ANDRADE; VIOLA; LEIS. Revolucionando a agenda política, 13/04/2005).

É preciso recordar que o pleito presidencial em questão teve Lula (PT), Garotinho (PSB), Ciro Gomes (PPS) e o José Serra (PSDB) com chances reais de disputa pelo primeiro turno. A julgar pelas características de cada um, é difícil duvidar de que seria outro, se não o tucano, a representar os interesses da direita oligárquica do país. Tal crítica revela um quê de progressismo de parcela da direita

⁶Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/revolucionando-a-agenda-politica/>
Acessado em 27 de fevereiro de 2016.

brasileira, que ao menos em tese se mostrou disposta a romper com a tradição oligárquica da nossa elite em favor de uma política neoliberal moderna. A própria escolha do termo “revolucionando” para compor o título da publicação reforça a ideia de cisão entre um bloco político tradicional e outro de cunho mais progressista, ambos à direita.

É essa parcela “esclarecida” da direita brasileira, representada pelo seleto grupo de profissionais bem formados que compôs aquilo que viria a se tornar o Imlil, que pretendeu preencher o alegado vazio de ideias neoliberais no país, cerne do diagnóstico que haviam produzido até então. Tal conclusão é explícita neste trecho: “Falta-nos corrente político-cultural de direita moderna, que apresente alternativas de avanço para o País na conclusão da transição entre o forte estatismo que sempre caracterizou a sociedade brasileira e a real democracia de mercado, nunca antes experimentada” (ANDRADE; VIOLA; LEIS. Revolucionando a agenda política, 13/04/2005)⁷.

Tal conclusão define não apenas a situação dos liberais brasileiros naquele momento, mas evidencia também a estratégia que pretenderam utilizar para dar novo escopo à agenda política do país. Essa investida de dupla vertente visou criar tanto uma liderança política capaz de concatenar os valores liberais a um discurso político com peso eleitoral, quanto as bases sociais de uma cultura liberal no país. Há de lhes reconhecer o mérito de se proporem estabelecer uma trincheira ideológica neoliberal em meio ao intenso processo de emergência de governos de esquerda nesse período por toda a América Latina, logo após algumas décadas de desastrosa política neoliberal no continente (ROCHA, 2015).

A forma de fazê-lo foi apresentar-se como plataforma política original, negando relações com a direita tradicional, conservadora, principalmente em relação àquela da ditadura, ressignificando a ideia de que a opinião pública fazia sobre o que significa ser de direita até então. Uma forma de apresentar velhas ideias sob o signo do novo, do moderno. Por isso mesmo o diagnóstico de que não bastava apenas construir uma alternativa político-eleitoral, era preciso criar na sociedade uma corrente cultural de direita, afeita aos valores do liberalismo, e que pudesse assumir os pressupostos éticos e morais de uma conduta de vida em

⁷ ANDRADE; VIOLA; LEIS. Revolucionando a agenda política, 13/04/2005. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/revolucionando-a-agenda-politica/> Acessado em 27 de julho de 2016.

consonância com as exigências de uma “real democracia de mercado”.

Segundo os autores do manifesto, caberia aos formadores de opinião, “partidos políticos, associações empresariais e profissionais, movimentos sociais, universidade e mídia” (ANDRADE; VIOLA; LEIS. Revolucionando a agenda política, 13/04/2005), a tarefa de promover na opinião pública um ambiente propício de debates em torno de ideias e políticas públicas para as grandes questões do país, algo que denunciaram estar colonizado por um “senso comum raso que circula da esquerda à centro-esquerda” (ANDRADE; VIOLA; LEIS. Revolucionando a agenda política, 13/04/2005)⁸ e pelo marketing eleitoral. A crítica a essas instituições não é uma constatação fortuita, ela está no fundamento da sua própria justificativa de existência. Ao acusar as instituições tradicionais de estarem comprometidas com apenas um lado do espectro político, colocam-se como um ator novo, avesso às paixões ideológicas, alegando basearem-se apenas em pressupostos técnicos e realistas. Foi essa a maneira como pretenderam criar um núcleo de difusão de alternativas políticas que pudesse se contrapor à hegemonia política e cultural detida pelo campo da esquerda naquele momento.

Essa tentativa de descolamento total do passado não seria tão bem-sucedida se não fosse feita a partir de algo totalmente novo, que não estivesse ligado a nenhum outro tipo de instituição tradicional, seja um partido político ou movimento social, e que, pela sua história, pudesse contaminar-lhe. Assim surge a ideia de importar do contexto anglo-saxão o modelo de instituição de pesquisa e de divulgação de ideias políticas conhecido como “think tank”, fundamental a partir dos anos 70 para disseminar a doutrina neoliberal pelo mundo.

Trata-se de um centro de pesquisa que reúne acadêmicos, especialistas e operadores políticos de alto padrão para produzir e difundir ideias políticas e para formular políticas públicas, sua promoção e implementação por meio das mais avançadas técnicas de publicidade. A maioria possui identidade política clara, mas geralmente não tem vínculo partidário orgânico, uma característica que o distingue de outros grupos de estudos políticos. Tem sido particularmente importante para as forças políticas liberais e conservadoras, mas tem papel também para as social-democratas e social-cristãs. Inúmeros artigos publicados nos EUA e na Europa

⁸ ANDRADE; VIOLA; LEIS. Revolucionando a agenda política, 13/04/2005. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/revolucionando-a-agenda-politica/> Acessado em 27 de julho de 2016.

recentemente mostram que os think tanks foram fundamentais nas mudanças da agenda política. Surgiram nos EUA e, a partir da década de 1970, se desenvolveram rapidamente, tendo tido influência decisiva nas eleições de Reagan, Bush pai, Clinton e Bush filho. (ANDRADE; VIOLA; LEIS. Revolucionando a agenda política, 13/04/2005)⁹.

O *think tank* dá uma roupagem laica e um quê de autoridade científica tanto pela forma como se apresenta, quanto pela sua composição. É oportuno notar, como fica claro no trecho acima, a ideia que o grupo faz de si mesmo e daquilo a que se propõe realizar. Se não há lastro histórico que possa conferir credibilidade a esse “centro de pesquisa”, ele é adquirido por extensão em virtude do gabarito dos seus membros de “alto padrão”. A função desse grupo seria a de produzir, difundir, promover e implementar ideias e políticas públicas, algo que se viu ao longo do tempo ser apenas parcialmente verdade.

O curioso é que o expediente que pretenderam usar para disseminar suas ideias tenha sido “as mais avançadas técnicas de publicidade” (ANDRADE; VIOLA; LEIS. Revolucionando a agenda política, 13/04/2005)¹⁰. A afirmativa denota a própria natureza daquilo que pretendem produzir, que não se assemelha a um produto científico a ser consumido pela academia ou por especialistas da área, mas um conteúdo supostamente embasado pela ciência com uma linguagem acessível às pessoas leigas. Aliás, não é fortuita a referência à ciência, ela busca dar uma ideia de neutralidade axiológica, com conclusões baseadas em fatos e não em condicionamentos ideológicos. É evidente no trecho acima citado que o grupo conhece o potencial persuasivo e o peso eleitoral do trabalho que um *think tank* pode ter. Pretender, portanto, vulgarizar por baixo as ideias liberais a um público não especializado faz parte da estratégia de criar as bases de sustentação de uma candidatura liberal no futuro, uma corrente cultural de direita que viabilize o seu braço político.

Em outro trecho do manifesto, o grupo revela uma certa visão redentora que tem sobre si, algo como uma missão histórica a ser desempenhada e que faria, pela competência do seu trabalho, fazer-nos compreender a realidade e avançar a

⁹ ANDRADE; VIOLA; LEIS. Revolucionando a agenda política, 13/04/2005. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/revolucionando-a-agenda-politica/> Acessado em 27 de julho de 2016.

¹⁰ ANDRADE; VIOLA; LEIS. Revolucionando a agenda política, 13/04/2005. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/revolucionando-a-agenda-politica/> Acessado em 27 de julho de 2016.

sociedade no rumo da modernidade. Uma missão histórica que consistiria em salvar a sociedade do populismo e daqueles que não reconhecem no mercado o promotor da liberdade e o condutor ao progresso.

Há momentos da História, no entanto, em que surgem atores – pensadores, grupos políticos, grupos sociais – capazes de destravar o debate e permitir nova compreensão da realidade. Os think tanks têm cumprido este papel, em nossa época, ao fugir do senso comum e pôr em discussão, de forma clara e qualificada, os processos que impedem o avanço da sociedade. Eles têm sido os atores mais capazes de nutrir as democracias de massas da era de informação com propostas modernas, audaciosas e ao mesmo tempo realistas, e também fator importante de enfraquecimento de políticos populistas e irresponsáveis, acostumados a fazer promessas voluntaristas sem fundamento nas realidades econômicas (ANDRADE; VIOLA; LEIS. Revolucionando a agenda política, 13/04/2005)¹¹.

O artigo é encerrado exaltando a importância do empresariado para o sucesso da empreitada, ressaltando sua visão de futuro e o comprometimento com o futuro do país, algo que, estranhamente, nunca foi muito presente na atuação da elite nacional. Essa tentativa de induzir um olhar mais panorâmico da classe empresarial parece não ter gerado frutos, uma vez que, como fica claro no texto, o objetivo dos autores se mostrava atuar como um *think tank* “tradicional”, ou seja, que produz o próprio conteúdo. Como será visto mais à frente, essa expectativa se mostrou frustrada, o que não impediu, em todo caso, de o instituto galgar relativo sucesso.

Mas há algo mais que explica a força do think tank de mudar os rumos da sociedade: a visão de longo prazo da classe empresarial e seu comprometimento com o futuro de seu país. Os empresários formam o único grupo capaz de dar o suporte financeiro necessário para a existência de um think tank. Por meio de apoio às iniciativas do empreendimento, de patrocínio, de encomendas de pesquisas e cursos, de doações diretas, são fundamentais para atrair e manter equipe de profissionais altamente qualificados, apta a produzir debates, artigos, livros, documentos destinados a grupos de influência específicos, com linguagem acessível e atraente e, ao mesmo tempo, calcados em conhecimento sólido da tradição e da modernidade do pensamento ocidental. (ANDRADE; VIOLA; LEIS.

¹¹ ANDRADE; VIOLA; LEIS. Revolucionando a agenda política, 13/04/2005. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/revolucionando-a-agenda-politica/> Acessado em 27 de julho de 2016.

Revolucionando a agenda política, 13/04/2005)¹².

O manifesto em questão é salutar para compreender o diagnóstico que uma parte da direita brasileira fez sobre si naquele momento, suas estratégias de atuação e pretensões futuras. Fica evidente o desejo de construir na sociedade, por meio do trabalho de formadores de opinião, seus intelectuais orgânicos, as bases de sustentação de uma alternativa liberal que se mostrasse inovadora, descolada de um passado recente que a pudesse remeter seja ao autoritarismo da ditadura, seja às consequências sociais das medidas neoliberais adotadas dos anos 1990. Como se verá a seguir, por mais que algumas expectativas tenham sido frustradas, o Instituto acabou encontrando uma forma de atuação ímpar, de grande impacto e intensa capilaridade.

6.1. Estrutura institucional

O Instituto Millenium se apresenta como uma entidade sem fins lucrativos ou vinculação político-partidária, mas com uma identidade política clara, a neoliberal. Um *think tank* de defesa de valores como “liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo” (IMIL, 2016).

As principais atividades do Instituto correspondem à realização de seminários, palestras e eventos, além da publicação e, principalmente, republicação em seu site das análises de conjuntura ou comentários políticos e econômicos escritos pelos seus mais de 300 membros, entre especialistas e convidados, nos principais jornais e revistas do país. O Instituto alega não receber verbas públicas, sendo mantido pela contribuição de pessoas físicas e jurídicas de direito privado.

A gestão do Instituto é fragmentada em câmaras, conselhos e comitê: Câmara de Fundadores e Curadores, Câmara de Mantenedores, Câmara de Instituições, Conselho de Governança, Conselho Fiscal e Comitê Gestor. Esse 1º escalão do Millenium conta com a colaboração de alguns membros “notáveis”, seja

¹² ANDRADE; VIOLA; LEIS. Revolucionando a agenda política, 13/04/2005. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/revolucionando-a-agenda-politica/> Acessado em 27 de julho de 2016.

pela reconhecida competência nas suas áreas de atuação, pelo amplo espaço que galgam nas discussões públicas através dos veículos de comunicação, ou ainda pelo poder político e econômico que detêm.

Tabela 1. Membros das Câmaras

Câmara de Fundadores e Curadores	Câmara de Mantenedores	Câmara de Instituições
Antonio Carlos Pereira	Armínio Fraga	Confederação Nacional dos Jovens Empresários
Carlos Pio	Antonio Carlos Pereira	Espírito Santo em Ação
Carlos Souto	Bernardo Bonjean	Instituto Atlântico
Eduardo Viola	Daniel Feffer	Instituto de Estudos Empresariais
Fabio Barbosa	Eduardo Machado	Instituto Liberal
Fernando Saldanha	Jayme Garfinkel	Instituto Liberdade
Guilherme Fiuza	João Roberto Marinho	
Gustavo Franco	Jorge Gerdau	
	Johannpeter	
Gustavo Marini	José Carlos de Salles Gomes Neto	
Héctor Leis	Nelson Sirotsky	
Helio Beltrão	Pedro Henrique Mariani	
Henrique Meirelles	Pedro Neves	
João Accioly	Raquel Otranto	
Jorge Maranhão	Ricardo Diniz	
Luiz Eduardo Vasconcelos	Salim Mattar	
Luiz Felipe D'Ávila	Walter Longo	
Marcos Troyjo	William Ling	
Maria José Queiroz		
Patrícia Carlos de Andrade		
Paulo Gontijo		
Paulo Guedes		
Rodrigo Constantino		

Fonte: dados coletados da própria pesquisa.

Tabela 2. Membros dos Conselhos e Comitê Gestor

Conselho de Governança	Conselho Fiscal	Comitê Gestor
Alex Szapiro	João Accioly	Gustavo Franco
Antenor Leal	Paulo Gontijo	Paulo Gontijo
Carlos Souto	Eduardo Machado	Odemiro Fonseca
Fabio Barbosa		Vitor Wilher
Giancarlo Civita		
Gustavo Franco (Presidente)		
Jorge Gerdau Johannpeter		
Luiz Felipe D'Ávila		
Marcos Angelini		
Marcos Troyjo		

Fonte: dados coletados da própria pesquisa.

Entre os membros deste espectro que podem ser considerados “notáveis”, está o economista Gustavo Franco, atual presidente do Imil, e que presidiu o Banco Central do Brasil, atuando também como secretário adjunto do Ministério da Fazenda entre os anos de 1993 e 1999. Outro notável é Hélio Coutinho Beltrão, filho do ex-ministro do Planejamento durante a Ditadura Militar no governo de Costa e Silva, o também economista Hélio Marcos Pena Beltrão. Hélio Beltrão (filho) é presidente do Instituto Ludwig Von Mises Brasil e idealizador da primeira Pós-Graduação em Escola Austríaca do País. A este grupo soma-se o nome de Henrique Meirelles, atual ministro da Fazenda do governo Temer e presidente do Banco Central do Brasil durante os oito anos de governo Lula.

Outro nome, menos conhecido por cargos políticos, mas amplamente presente no debate público é o do polemista Rodrigo Constantino, ex-colunista da Revista Veja, do Valor Econômico e do jornal O Globo. Atual presidente do Instituto Liberal, entidade parceira do Imil, tem diversas obras publicadas, entre elas *Economia do Indivíduo: O legado da Escola Austríaca* (2009), *Liberal com Orgulho* (2011) e o mais recente, *Esquerda caviar: a hipocrisia dos artistas e intelectuais progressistas no Brasil e no Mundo* (2013). A este contrasta o nome de Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do grupo Gerdau, considerado um dos 100

brasileiros mais influentes de 2009 e herdeiro da 14^o maior produtora de aço do mundo.

A menção a estes nomes denota um perfil bem delineado daqueles que participam e dirigem as ações do Instituto. Em geral são homens, com elevado capital político e econômico, de grande expressão nas suas áreas de atuação e poder de influência na opinião pública. Apesar desse padrão, há contrastes significativos, principalmente quanto à capacidade de influência política e de atuação profissional; é o caso entre o atual Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o do polemista político, Rodrigo Constantino, ambos curadores do Instituto. Em que pesem as diferenças de gabarito, há muito o Millenium abandonou as pretensões de ser um “centro de pesquisas”, como manifesto na sua publicação de lançamento, para ser um “centro de pensamento”, nome recentemente incorporado ao logo do Instituto em seu site.

O Millenium representa a convergência entre grupos de empresários nacionais e estrangeiros, veículos de mídia, além de agentes públicos, privados e intelectuais de diversas áreas. Além das doações de pessoas física e jurídica, o Instituto conta com o apoio e patrocínio de diversas empresas e grupos empresariais do calibre do Grupo Gerdau, Pottencial Seguradora, Editora Abril, Évora Holding Company, Bank of America Merrill Lynch, Grupo M&M e RBS, além da seguradora Porto Seguro e da empresa de *call center*, Central 24 Horas. As empresas do Grupo Globo, juntamente com a cartela de publicações da Editora Abril e do Jornal O Estado de São Paulo, dão por meio dos seus veículos o espaço necessário para a projeção, na opinião pública, nas universidades e na esfera política de interpretações e alternativas neoliberais aos grandes dilemas políticos e econômicos do país, o que, ao nosso ver, pavimenta o caminho para uma alternativa eleitoral no futuro.

O grande denominador comum do Instituto é a defesa dos valores neoliberais nos termos em que serão apresentados a seguir. As diferenças entre os membros no que tange à capacidade de poder político, econômico e midiático são exploradas positivamente, na medida em que permitem adquirir uma capilaridade expressiva em variados nichos sociais, seja na alta administração pública, no empresariado ou em grande parte da classe média brasileira.

6.2. Missão, visão e valores

Ao longo do tempo, o Millenium abandonou o projeto de se tornar uma referência na produção de pesquisas que pudessem embasar a formulação de políticas públicas, para encarnar, a longo prazo, um projeto político de poder a partir da conformação da opinião pública aos valores neoliberais. Para isso, o Instituto atua através dos seus membros e para eles. Contando com a participação de personalidades e grupos detentores de grande capacidade de influência, como a mídia, membros do alto empresariado nacional e da administração pública, difundem, principalmente pelos meios de comunicação mais importantes do país, um conjunto de ideias e valores que configuram uma visão de mundo muito particular, a neoliberal.

O Millenium funciona num conjunto de salas comerciais no centro da cidade do Rio de Janeiro, sem abertura ao público. Como não produz pesquisa autoral, trabalha ajudando a disseminar os artigos de opinião, majoritariamente sobre política e economia, da sua série de especialistas, políticos, empresários e jornalistas, republicando esse conteúdo nos seus canais de comunicação, no site do Instituto e na sua página no Facebook. As entrevistas, palestras e participações em seminários gravadas em vídeo também são postadas no canal do Imil no YouTube. O relacionamento mais direto do Instituto com seu público ocorre através da participação dos seus membros em palestras, eventos e seminários, além de comissões de deliberação pública¹³ e através dos programas de atuação em universidades e grandes jornais, como o Imil na Sala de Aula e o Imil nas Redações.

Assim, a instituição se promove por meio desses eventos e veículos, usufruindo em grande medida da notoriedade de seus membros que, em troca, ganham em visibilidade, projeção e, eventualmente, publicidade quando na publicação de livros ou artigos. O Instituto e seus colaboradores estão numa relação

¹³Foi o caso da comissão especial destinada a proferir parecer sobre o Projeto de Lei nº 3722/12, de autoria do Deputado Federal Rogério Mendonça (PMDB/SC), com vistas a disciplinar as normas de aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições. Hélio Beltrão, membro da câmara de fundadores e curadores do Imil, na qualidade de presidente do Instituto Ludwig Von Mises Brasil e criador da primeira pós graduação em Escola Austríaca de Economia do país, foi convidado a participar nas sessões dos dias 1 e 2 de julho de 2015, onde lhe foi concedido tempo para falar aos parlamentares sobre aquilo que considerava ser, por parte do Estado, um cerceamento do direito de defesa do indivíduo a vedar a aquisição e o porte de armas de fogo de civis.

de simbiose, mutuamente vantajosa, que traz ganhos tanto pessoais quanto institucionais, ao mesmo tempo em que propagam pela opinião pública um determinado conjunto de valores.

De acordo com as informações colhidas em seu site, a missão do Millenium é “Promover a democracia, a economia de mercado, o Estado de Direito e a liberdade”, visando “ser referência e agente de divulgação de valores para melhorar a prosperidade e o desenvolvimento humano” (IMIL, 2016)¹⁴. Este é o único momento em que o Instituto deixa claro o tipo de atuação que realmente exerce, o de “agente de divulgação de valores”. Tal atividade contrasta com a atuação de outras instituições tidas como *think tanks* pelo mundo, que em maioria promovem a realização de pesquisas autorais nas suas áreas de interesse e, a partir das suas conclusões, almejam influenciar nas decisões políticas e em políticas públicas.

Por tudo isso, é possível inferir que aquilo de maior importância e que funciona como elemento aglutinador, tornando essas personalidades um grupo coeso e coerente, e que, além disso, lhe confere a própria razão de existir, são o conjunto de valores que comungam e visam propagar. Há um espaço na página do Imil na internet dedicado à exposição do seu código de valores, cada um deles referenciado por uma série de artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esses valores incluem a defesa do Estado de Direito, a liberdade e responsabilidade individual, a meritocracia, a propriedade privada e a democracia representativa, além da transparência, da eficiência, eficácia e efetividade e da igualdade perante a lei.

Como mencionado anteriormente, parte importante da estratégia do Imil é atuar no plano da cultura, através da difusão pela opinião pública de um conjunto de valores mais atrelados à ideia de uma democracia de mercado. Uma forma que encontraram de avaliar os valores do Instituto foi vinculando-os à carta de direitos mundialmente reconhecida e aceita, ainda que não totalmente praticada, como é a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O recurso à Declaração parece servir como uma ferramenta de respaldo, algo que conferiria credibilidade e legitimidade aos valores do Instituto, uma vez que é um documento internacional e

¹⁴ Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/institucional/missao-visao-valores/>. Acesso em 10 fevereiro 2016.

historicamente legitimado, pretensamente sem ligação direta com qualquer campo do espectro político.

Assim, a “carta de valores” do Instituto enumera, por tema, um conjunto de princípios e regras de conduta que, ao final, são referenciados pelo número de alguns artigos da Declaração Universal de Direitos Humanos, como se tais princípios fossem daí derivados. Há, no entanto, uma série de incongruências e excessos que extrapolam a interpretação objetiva dos artigos da Declaração. Em nenhum momento se faz menção à Constituição Federal de 1988, principalmente no que tange ao seu artigo 5º, que versa sobre os direitos e deveres individuais e coletivos. Tal fato alude a um possível descontentamento com a natureza inclusiva e “garantista” da carta cidadã, o que implica uma demanda do Estado pela população e uma relação deste com ela de forma mais presente, nos moldes do que se entende por um Estado de bem-estar social, aquilo que com frequência a direita entende por paternalismo, assistencialismo e dirigismo econômico. Este fragmento retirado do código de valores permite assimilar com maior clareza a conduta do Instituto:

Responsabilidade individual: responsabilidade sobre os atos e escolhas, recompensa pelos méritos, punição pelas infrações, desestímulo aos abusos, redução da impunidade, responsabilização dos indivíduos pelo próprio futuro, redução da dependência do governo, clareza sobre a relação entre direitos e deveres, uso responsável e racional dos recursos naturais, responsabilização clara dos agentes e servidores públicos (accountability), coerência entre discurso e prática, trabalho voluntário, participação ativa da sociedade na condução do país e dos órgãos públicos, exercício pleno da cidadania, estímulo ao desenvolvimento de soluções privadas e/ou coletivas para o enfrentamento de problemas públicos. Ver artigos 26 e 29 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. (IMIL, 2016).¹⁵

No desdobramento de cada grupo de valores, há um tema muito recorrente e que sugere destinar-se ao então chefe do Poder Executivo na época da criação do Instituto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em várias oportunidades e de maneiras diversas, o Instituto demonstra seu descontentamento com aquilo que considera populismo, isto é, certa forma de atuação do Estado. São citados, por

¹⁵As citações da Carta de Valores do Imil foram retiradas do seguinte link, acessado em 10 de fevereiro de 2016: <http://www.institutomillennium.org.br/institucional/missao-visao-valores/>

exemplo, em vários momentos, a “despersonalização da atuação do Estado” e a “redução do populismo e assistencialismo”, assim como sobre a defesa da democracia representativa, a atuação legítima de “determinados indivíduos para agir em nome dos demais, sem populismos excessivos”, o impedimento da “ditadura das massas ou o surgimento de regimes totalitários”, além da “criação de líderes messiânicos”. Em outra oportunidade, no tópico “Igualdade perante a Lei”, novamente aparece a “restrição ao surgimento de políticos populistas” (IMIL, 2016). O caráter tecnicista da visão neoliberal sobre a condução das políticas governamentais demonstra uma clara ojeriza a líderes com uma identificação maior às causas populares.

Estado de Direito: compreendido como império da lei, legalidade, cumprimento de regras; respeito ao sistema democrático, manutenção da separação de poderes, fortalecimento e confiança das instituições, instituições blindadas contra o uso privado ou partidário, garantia da estabilidade e clareza das regras, regras de governança para evitar conflitos de interesse, garantia da segurança jurídica, garantia da segurança física, previsibilidade das decisões políticas, administrativas e judiciais, cumprimento de contratos, punição dos infratores, respeito aos direitos humanos, respeito às liberdades e garantias individuais, respeito às minorias, despersonalização da atuação do Estado, regras impessoais, gerais e abstratas, redução do populismo e assistencialismo, garantia do devido processo legal e da ampla defesa. Ver artigos 6, 7, 8, 10, 11, 28 e 29 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. (MILLENIUM, 2016).

Se há um elemento que caracterize mais o pensamento da direita, para além da defesa perene da liberdade individual e de mercado, é a concepção que ela faz do próprio indivíduo e às responsabilidades que a ele são atribuídas. Tal componente fica explícito, por exemplo, pelo enunciado: “responsabilização dos indivíduos pelo próprio futuro”, “redução da dependência do governo” e “valorização do mérito individual”. Estes três componentes simplificam a ideia que essa corrente de pensamento tem sobre o indivíduo e sobre a atuação do Estado. Uma ideia que não reconhece a responsabilidade objetiva do Estado na garantia do bem-estar dos indivíduos e que é insensível às flutuações da conjuntura e a seus efeitos sobre a vida dos cidadãos.

Meritocracia: premiação ao esforço individual, recompensa a dedicação, estímulo ao trabalho, estímulo ao estudo, garantia do

gozo dos frutos do trabalho, estímulo ao desenvolvimento das potencialidades individuais, prosperidade e desenvolvimento humano, desenvolvimento de melhores competências, criação de um ambiente propício para o desenvolvimento econômico e social, redução da acomodação, redução do nepotismo e apadrinhamento, aumento da produtividade geral da sociedade, aprimoramento dos serviços públicos, empreendedorismo, estímulo à competição, estímulo à cooperação, estímulo à inovação. Ver artigos 26 e 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. (IMIL, 2016).

A defesa de princípios como estes contraditam garantias e direitos constitucionais, como aqueles explicitados pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). O que vem complementar essa visão são os princípios que acompanham a meritocracia, como a “premiação ao esforço individual, “recompensa à dedicação”, a “redução da acomodação” e o “estímulo à competição”.

Outro componente importante do código de valores do Instituto é a defesa da propriedade privada. Neste item o Imil inclui um desdobramento controverso, o que defende “a garantia dos direitos das minorias, já que permite que todas as pessoas, sem distinção, sejam proprietárias dos meios de produção, sem privilégios ou diferenças” (IMIL, 2016). O que fica subentendido é que a garantia de direitos às minorias – direitos estes que não são explicitados pelo documento – garantam de alguma forma a paridade entre os indivíduos na possibilidade de detenção dos meios de produção, sem qualquer tipo de desigualdade. A omissão em torno de quais direitos deveriam ser garantidos às minorias parece ser propositada, na medida em que, em outros momentos, defendem “a responsabilização dos indivíduos pelo próprio futuro, [e a] redução da dependência do governo”, além da “garantia das diferenças” (IMIL, 2016). É uma visão um tanto quanto cínica, na medida em que defendem de maneira abstrata uma igualdade que se realiza apenas no texto da lei, sem considerar as assimetrias causadas por um contexto social altamente desigual como o do caso brasileiro. Reproduz-se assim o mito de que qualquer um, independentemente de sua condição social, é capaz de atingir a propriedade através do esforço pessoal e do mérito do trabalho.

Propriedade privada: respeito ao fruto do trabalho, garantia das diferenças, garantia da privacidade, garantia da liberdade de expressão (principalmente da liberdade de imprensa), garantia dos direitos das minorias, já que permite que todas as pessoas, sem distinção, sejam proprietárias dos meios de produção, sem privilégios ou diferenças, estímulo à preservação e ao cuidado dos bens privados e públicos, estímulo ao uso racional e adequado da propriedade, tornando os próprios proprietários responsáveis por eventuais abusos, inserção do indivíduo com propriedade legalizada na economia, possibilidade de utilização do bem como um ativo para obtenção de empréstimos e, conseqüentemente, como estímulo ao crescimento econômico, estímulo ao investimento em benfeitorias, estímulo ao investimento externo no Brasil, estímulo ao cumprimento de contratos e a redução dos custos de transação, garantia de uso sustentável dos recursos naturais e de preservação de áreas de risco. Ver artigos 17 e 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. (IMIL, 2016).

No campo em que se enumeram os desdobramentos da democracia representativa enquanto valor, há uma ressalva importante a respeito da democracia direta. Segundo o Instituto, ao contrário da sua versão representativa, a democracia direta não permitiria a punição de indivíduos por abusos. Não está claro que tipo de abusos seriam esses, nem em qual teoria se embasa tal afirmação. O que fica evidente, no entanto, é a tentativa de se contrapor a um dos pontos do próprio texto da Declaração que usaram como referência. O ponto 1 do artigo 21º da Declaração Universal dos Direitos Humanos diz: “Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios, públicos do seu país, **quer diretamente**, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos” (DUDH, 1948).

6.3. Os notáveis

O Instituto Millenium conta com 223 especialistas e 79 membros convidados¹⁶, totalizando 303 indivíduos dotados de altos capitais social e econômico. Em comparação com os dados do estudo de caso realizado por Luciana Silveira (2012), o Imil quase dobrou o seu quadro de membros especialistas e convidados. Naquele ano, eram 181 especialistas e 49 convidados, totalizando 181 membros, o que representou um aumento de 59% em 4 anos. Muitos deles ocupam ou já ocuparam cargos de prestígio na administração federal, e em geral são

¹⁶Informações coletadas em 21 de setembro de 2016 no site do Instituto Millenium.

economistas, advogados, diplomatas, políticos, além de docentes e profissionais da comunicação, de reconhecida competência em suas áreas de atuação. Profissionais e personalidades que contam com amplo espaço nos principais meios de comunicação do país para a divulgação de suas opiniões e posicionamentos na opinião pública.

Não foi encontrada distinção objetiva que pudesse diferenciar o grupo de especialistas e o de convidados; ambos têm seus textos e vídeos publicados no site do Instituto e nas suas demais mídias sociais. Ainda que possa causar estranheza tal falta de critério, o fato também foi constado por de Luciana Silveira (2014, p.13-14):

a distinção de quem é especialista, articulista ou convidado é confusa. Não está ancorada em critérios de produtividade (números de textos submetidos, participações em eventos), nem em algum critério claro. Dado que até mesmo convidados são citados em textos produzidos pela equipe de comunicação do site como especialistas, pode-se inferir que “quem pode falar em nome do Instituto” – isto é, quem está apto a ser encaminhado aos programas de rádio, de televisão e entrevistas com jornalistas – é um critério subjetivo, quiçá ao sabor do momento.

Assim, para efeito de análise, não há diferença qualitativa entre estes dois grupos, não havendo efeito algum, portanto, se são classificados como membros especialistas ou convidados. Entende-se que, para os objetivos desta pesquisa, o critério principal já foi atendido, que é a comunhão em torno dos valores defendidos e propagados pelo Millenium. Todas as informações que compõem nosso banco de dados foram extraídas do site do Instituto por meio de um script de “raspagem”, executado no *software* R no dia 21 de setembro de 2016. O script executou o download de todo o conteúdo publicado em nome dos especialistas e convidados ao longo desses anos, o que gerou um enorme volume de quase 50 megabytes de dados apenas em arquivos de texto. Todo o material de pesquisa, portanto, no que tange aos artigos publicados, se limita desta data até o ano de publicação do site do Instituto, em 2008.

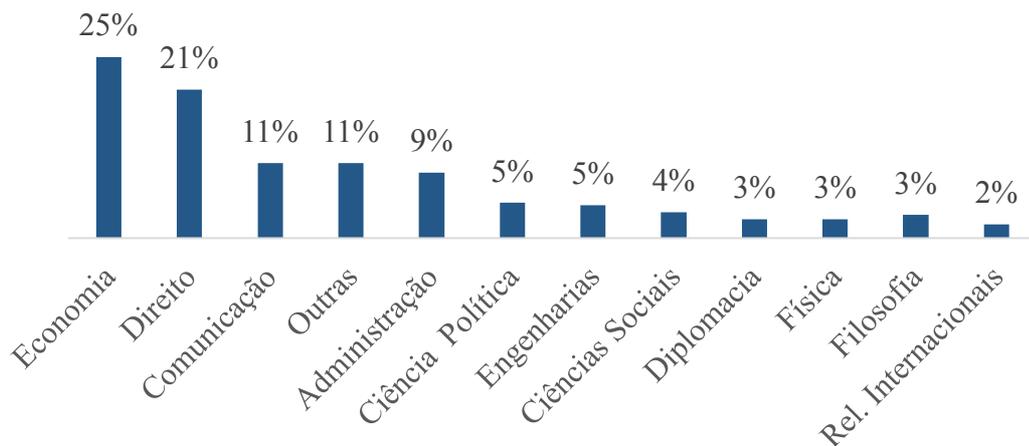
A lista de membros e suas respectivas referências biográficas também se encontram estacionadas neste ponto no tempo, excluindo-se, naturalmente, todos aqueles que por um motivo qualquer não estivessem mais vinculados ao Millenium no momento da coleta ou que vieram a vincular-se a ele depois. Salvo em alguns

poucos casos, quando informações biográficas sobre os membros não foram divulgadas ou se encontravam incompletas, recorreu-se à pesquisa desses dados em suas redes sociais e profissionais, a fim de preencher informações relevantes, como a sua área e a instituição de formação acadêmica e atuação profissional. Essas referências biográficas são um breve texto de apresentação que acompanha a foto do membro, contendo, em geral, o lugar de formação profissional ou acadêmica, a área de atuação, eventuais posições de destaque ocupadas em organizações ou governos, prêmios e publicações, podendo ser acessadas a qualquer momento através do site do Instituto nas abas “especialistas” e “convidados”.

Toda a informação coletada foi posteriormente organizada em 10 diferentes grupos, cada qual representando uma parte importante da trajetória, da ocupação e das vinculações e realizações empreendidas pelo membro até o momento. Os grupos foram: 1) Formação principal: área de graduação; 2) Especialização: área e instituição de formação em pós-graduação nacional; 3) Especialização internacional: área e instituição de pós-graduação fora do país; 4) Atuação profissional; 5) Se ocupa ou já ocupou cargo público; 6) Se é colunista ou comentarista de mídia; 7) Se participa de outras instituições de pesquisa, grupos de interesse ou de classe; 8) Principais publicações; 9) Títulos e premiações recebidas; e 10) Outras informações relevantes.

A maior parte dos membros que compõem o Instituto Millenium é formada por economistas, profissionais do direito e da comunicação, as quais, não sem razão, são as três áreas de maior influência e atuação do Instituto. A presença de personalidades importantes, como a do atual Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a de ex-presidentes do Banco Central do Brasil, como Armínio Fraga e Gustavo Franco e Pedro Malan, a de juristas renomados, como Vicente de Paula Barreto e o conservador Ives Gandra da Silva Martins, além de grandes empresários do ramo de mídia, como o vice-presidente das organizações Globo, João Roberto Marinho, e a diretora superintendente do Grupo Folha, Judith Brito, funciona como um chamariz para a adesão de profissionais de menor estatura, mas nem por isso menos importantes.

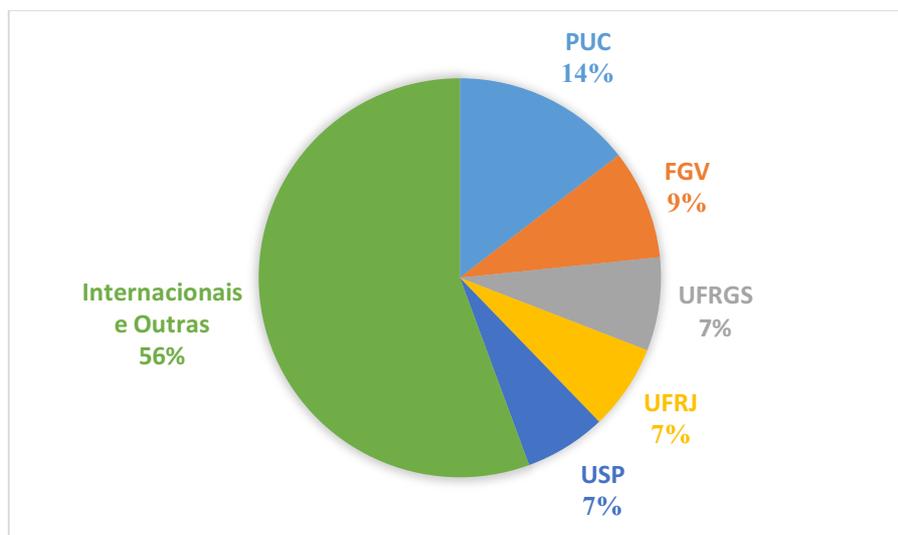
Gráfico 1. Formação Principal



Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação à instituição de formação acadêmica, tanto nos níveis de graduação quanto no de pós-graduação, quase metade deles se formou em faculdades públicas e privadas do país, com destaque para a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, seguida das suas unidades em São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás, provendo títulos para 14% dos membros do Imlil. A Fundação Getúlio Vargas é outra instituição de preferência dos membros do Instituto, sendo a formadora de 9% deles, além da UFRGS (7%) UFRJ (7%) e USP (7%). Os outros 56% são formados em instituições públicas e privadas de várias regiões do Brasil, além daqueles com formação exclusivamente estrangeira.

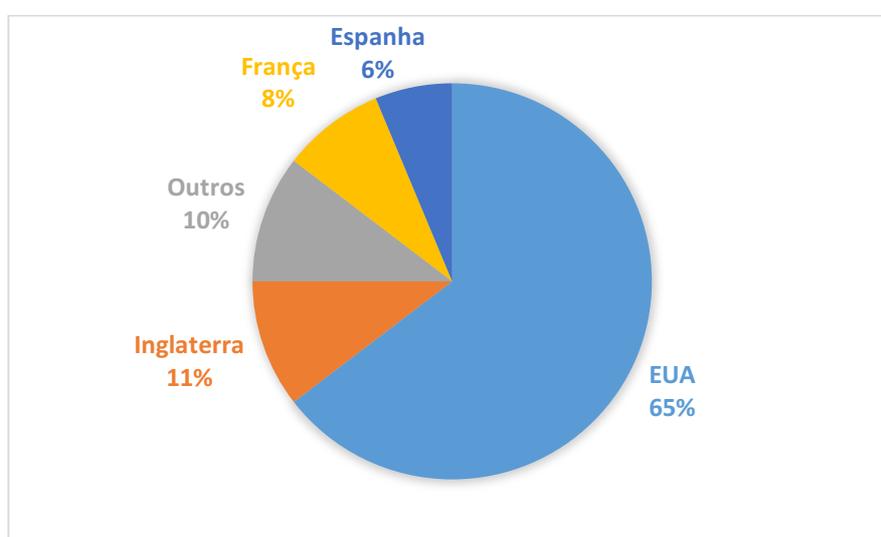
Gráfico 2: Instituição de Formação Nacional



Fonte: Dados da pesquisa.

Do grupo formado ou pós-graduado em instituições estrangeiras, a grande maioria, 65%, optou por se qualificar em universidades de grande renome norte-americanas. A Inglaterra fica em segundo lugar, com 11%, seguida da França, Espanha e Portugal, além de 7 outras nações com menor representatividade. A expressiva predileção por instituições de ensino inglesas e norte-americanas é coerente com o fascínio que a cultura política anglo-saxã parece exercer sobre os membros do Imil, em especial a sua tradição política e cultural liberal e conservadora.

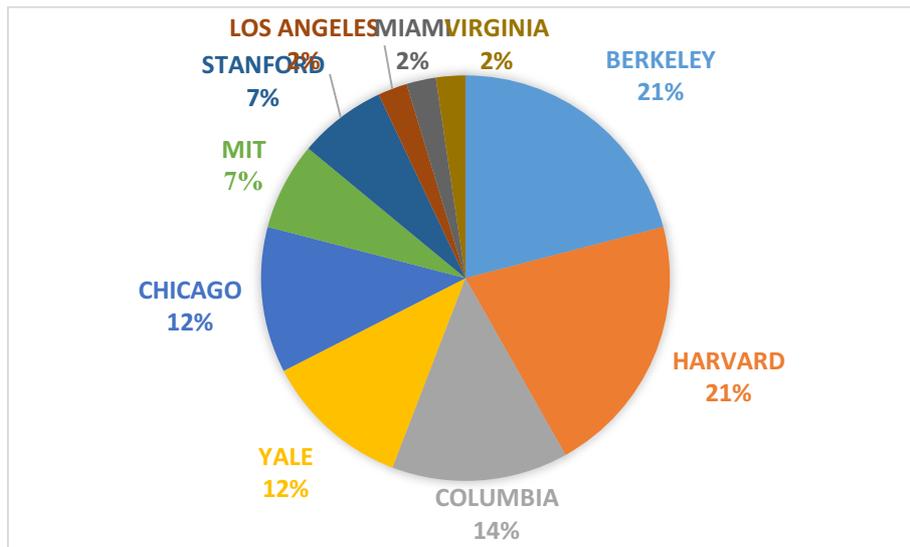
Gráfico 3. País de Formação Internacional



Fonte: Dados da pesquisa.

A presença de instituições norte-americanas de grande prestígio no portfólio dos membros do Imil demonstra o nível de sofisticação e de investimento educacional dos filhos de uma elite que se prepara, lá fora, para assumir posições de liderança no país. Daqueles titulados no país, 21% se formaram na prestigiada Universidade de Harvard, mesmo montante do grupo que escolheu se qualificar em Berkeley. Outras instituições altamente reconhecidas seguem na lista de preferência dos milleniuns: a Universidade de Columbia (14%), Yale (12%), Chicago (12%), além de MIT e Stanford, ambos com 7%, e as menos procuradas Universidades de Los Angeles, Miami e Virgínia, com 2% cada.

Gráfico 4: Universidades Norte Americanas



Fonte: Dados da pesquisa.

Não é fortuita a busca pela formação em instituições estrangeiras de renome como as acima. Os filhos das elites brasileiras se preparam para ocupar posições de destaque no mercado e no serviço público nacional. Muitos assumiram negócios de empresas multinacionais, bancos e até os mais altos postos da administração pública federal, como se verá mais adiante. Dos 303 membros, 26% ocupam ou já ocuparam cargos públicos, 24% trabalham ou já trabalharam como colunista e/ou comentarista de mídia, 32% participam ou já participaram de outra instituição ligada a grupos de interesse, classe ou defesa de valores, e menos de 10% são mulheres. Todos são brancos. Essas características revelam um perfil bastante peculiar dos membros do Imil. Um seleto grupo de homens brancos altamente escolarizados em instituições cujos conteúdos de ensino seguem um cunho notoriamente neoliberal, financeiramente bem-sucedidos, prontos a ocupar cargos de grande projeção, tanto no setor público quanto no privado, com capilaridade nos principais veículos de informação nacional e atuação política intensa. Um grupo de notáveis de uma nova direita que pretende revolucionar, “por cima”, os valores da República e do Estado Democrático de Direito.

6.4. O Millenium no poder

O Millenium chegou ao poder antes mesmo de existir institucionalmente. Seus membros mais ilustres têm se revezado em cadeiras notórias da alta administração federal desde, pelo menos, o início dos anos 1990. É o caso do economista Armínio Fraga. O brasileiro naturalizado norte-americano é graduado e mestre em economia pela PUC-Rio, com título de doutor pela Universidade de Princeton (EUA). Ainda no governo Collor, ocupou a diretoria do Departamento de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, no período entre 1991 e 1992, assumindo anos depois a presidência do banco, já no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, de 1999 a 2003 (Giambiagi et al, 2011). Em 2014, foi alçado pelo então candidato à Presidência da República, Aécio Neves (PSDB), como seu futuro Ministro da Fazenda, caso eleito, ambição frustrada pela vitória de Dilma Rousseff (PT).

Outra figura de prestígio no campo econômico é a do doutor em economia (Berkeley, EUA), Pedro Malan. Estreou no governo Collor, como negociador responsável pela reestruturação da dívida externa brasileira, assumindo a presidência do Banco Central no governo interino Itamar Franco, entre 1993 e 1994. No ano seguinte, assumiu o Ministério da Fazenda no governo de FHC, permanecendo até o fim daquele mandato, em 2003. O economista é reconhecido por ter integrado a equipe que arquitetou o Plano Real e por ter aplicado, no Brasil, um plano de privatizações e de abertura comercial (Giambiagi et al, 2011).

Trajetória similar é a do atual presidente do Imil, o economista Gustavo Franco. Bacharel e mestre em economia pela PUC-RIO, doutor na mesma área pela Universidade de Harvard, Franco assumiu interinamente a presidência do Banco Central após a saída de Pedro Malan, posto que ocupou por um período curto, entre 1994 e 1995. Voltou ao cargo no governo de FHC, presidindo o Banco Central entre 1997 e 1999, tendo integrado, como o antecessor, a equipe econômica do Plano Real (Giambiagi et al, 2011). Em 1997 ganhou o prêmio de Economista do Ano pela Ordem dos Economistas do Brasil. Atualmente dedica-se a palestras em eventos corporativos e escreve regularmente sobre economia ao jornal O Estado de São Paulo, e às revistas Veja e Época.

Entre as figuras de proa do Instituto Millenium, talvez nenhuma seja mais proeminente do que a do economista e ex-deputado federal pelo PSDB de Goiás,

Henrique Meirelles. O banqueiro de próspera carreira no setor privado é reconhecido por sua atuação como presidente mundial do Bank Boston durante 28 anos. Meirelles foi o homem do Iml no governo Lula. O economista ingressou na política em 2002 como deputado federal pelo PSDB, partido a que se desfilou logo após renunciar ao mandato, já no ano seguinte, para assumir a convite do Presidente Lula a Presidência do Banco Central do Brasil.

Iniciados dois anos da gestão de Meirelles à frente do Banco Central, a economista Patrícia Carlos Andrade, Eduardo Viola e Héctor Ricardo Leis publicam no Estadão o manifesto do então Instituto de Estudos da Realidade Nacional, “Revolucionando a Agenda Política” (Estadão, 13/04/2005), expressando um profundo descontentamento com a escassez de alternativas eleitorais de perfil liberal e, por extensão, a liderança que Lula representava. Esse movimento expressa tanto um ressentimento quanto uma resignação. Ressentimento pela falta de alternativas que representasse uma direita moderna, “verdadeiramente” liberal; resignação, por ser melhor ter um liberal na Fazenda do que não tê-lo, mesmo com a esquerda no comando.

Meirelles deixou o cargo no fim do segundo mandato do governo Lula, chegando a ser cogitado para ocupar o lugar de Guido Mantega em meio à crise econômica que atingiu o governo Dilma, ainda em 2016. Com o impeachment da Presidente consumado, aceitou o convite para integrar o governo Michel Temer no Ministério da Fazenda. Como ministro, Meirelles vêm comandando um ajuste fiscal com duras políticas de austeridade, que implicou no teto de 20 anos para o investimento público, além de reformas como as da previdência e trabalhista, ainda em tramitação.

Nossos liberais nativos formados em Harvard, Berkeley e Chicago trouxeram da América a doutrina e os referenciais de democracia e de sociedade nos quais a sociedade brasileira deveria se espelhar; mas convencer a sociedade da narrativa neoliberal sobre os efeitos do desenvolvimento e da prosperidade dos mercados depende de um longo e sistemático trabalho no campo da cultura e da opinião pública, para assim se desassociar do imaginário popular ligado à direita política – até então maculada pelas memórias da ditadura e pelas consequências do período de políticas neoliberais no país –, preparando na sociedade as bases para a introdução de um conjunto de valores estrangeiros alinhados a uma razão governamental neoliberal à americana.

Uma concepção de Estado que pouco ou nunca intervém, que privilegia a iniciativa privada e baseia-se numa concepção de indivíduo empreendedor, responsável pelo próprio futuro. Nessa doutrina a expectativa é de que o Estado promova o mercado, usando da jurisdição como mecanismo de autolimitação das ações governamentais, garantindo também para estes meios a normalidade dos processos de concorrência. Essa nova razão governamental neoliberal está em flagrante oposição com os pressupostos defendidos pela Constituição Federal de 1988. Alterar substancialmente essa essencialidade constitucional, de direitos e garantias fundamentais para controle e responsabilização individual, exige um trabalho intensivo e extensivo de elaboração, na opinião pública, de uma narrativa que privilegie os valores e as soluções de mercado para os problemas políticos, sociais e morais da República.

7. Análise do conteúdo retórico

A ideia de se investigar extensivamente o conteúdo retórico dos membros do Imlil está baseada na compreensão de que uma análise focada apenas na sua estrutura institucional seria insuficiente para compreendê-lo por completo. Evidente ser fundamental compreender a estrutura e a forma de atuação de uma instituição como essa, um *think tank* de defesa de valores neoliberais, seu papel no processo de discussão pública e influência na adoção de determinadas medidas pelo poder público. Mas qual é de fato o caráter de seus argumentos? Como eles dialogam com o processo de transformação do contexto político e social nacional de nossa histórica recente? O que pensam a respeito do Estado, do indivíduo, qual o fundamento de suas ideias econômicas, como pensam a sociedade?

Só seria possível compreender essas e outras questões a partir de uma análise extensiva do conteúdo das opiniões, se não de cada um, mas de um conjunto dos mais destacados intelectuais de uma organização como o Instituto Millenium. Assim, compreender o Imlil é entender o que pensam sobre os temas mais sensíveis à sociedade brasileira no momento, como a forma de atuação do Estado, a política econômica, as ideologias, o indivíduo e a sociedade. O material de análise é surpreendentemente farto. Desde a criação de seu site, em 24 de novembro de 2008, o Instituto publica em sua página na internet os artigos de opinião de todos os seus membros especialistas e convidados, sejam eles escritos exclusivamente para o portal ou originalmente publicados nos mais proeminentes jornais e veículos da mídia brasileira.

Contando, desde o início desta pesquisa, com 303 membros especialistas e convidados, o primeiro desafio enfrentado foi o de encontrar uma maneira de colher e tratar esses dados. Enquanto alguns membros ou são novatos ou sustentam uma frequência baixa de publicações, outros, por sua vez, publicam sistematicamente em vários veículos de imprensa desde a criação do site do Instituto. É quase uma década de artigos publicados com frequência às vezes semanal, tornando a análise uma tarefa demasiadamente hercúlea e quiçá humanamente impossível de ser realizada no tempo e com os recursos disponíveis. Percebeu-se logo de início que muitos artigos eram dedicados a análises técnicas, de conteúdo principalmente econômico e jurídico vinculado aos fenômenos de destaque na conjuntura nacional e internacional do momento, como a alta ou a baixa da inflação, o número de

desempregados, a cotação do dólar, a votação desta ou aquela medida pelo Congresso etc.

O que nos interessou desde o início foi o conteúdo mais explicitamente político de algumas manifestações, em especial aquelas onde era possível identificar uma nítida elaboração argumentativa com base em princípios ideológicos. Não se queria saber apenas o conteúdo das opiniões, mas os seus elementos geradores, seus fundamentos e ancoragens. Afinal de contas, são eles liberais, neoliberais, conservadores, social democratas ou anarcocapitalistas? A quais correntes teóricas os seus pensamentos se vinculam? Quais são as bases ideológicas que sustentam as suas opiniões e soluções para o Brasil? A tarefa de selecionar e classificar esse conteúdo em um mar de textos foi outro desafio.

Essas duas questões colocadas no desenvolvimento metodológico da pesquisa foram solucionadas com programação e tecnologia. Mesmo que se logo de início selecionássemos um conjunto bem delimitado de intelectuais para pesquisar, ainda assim seria inviável coletar individualmente, um por um, todos os textos por eles publicados ao longo dos anos. A solução foi desenvolver um “robô”, um *script* em linguagem html executado através do software livre R, que de uma única vez realizasse o *download* de todo o conteúdo publicado por cada um dos 303 membros do Imil desde a criação do site do Instituto. Uma vez montado o banco de dados principal, a questão imperativa foi a de como trabalhar com um volume tão grande de dados qualitativos.

Seria impossível ler e classificar cada um dos artigos individualmente; era preciso assim direcionar o olhar em torno de algumas questões e procurar por elas neste emaranhado de textos. A maneira encontrada para fazer isso foi contar com a ajuda do *software* Atlas.ti. O Atlas é um software de análise de dados qualitativos que nos permite identificar, classificar e relacionar dados e informações entre múltiplos documentos. Com o Atlas, por exemplo, é possível identificar quantas vezes e em quais textos a palavra “sociedade” foi usada, assim como “PT”, “Estado”, “corrupção”, “liberalismo” entre outras. Dos 303 membros especialistas e convidados do Imil, 80¹⁷ foram selecionados entre as personalidades mais proeminentes e de maior poder de influência na administração pública, nos campos empresarial e de mídia do Brasil, além da opinião pública.

¹⁷A lista de intelectuais pesquisados se encontra em anexo.

Uma vez delimitada a extensão do banco, o momento foi de identificar, classificar e relacionar os resultados encontrados sobre aqueles temas que nos interessava saber. As palavras e conceitos pesquisados foram selecionados pelo seu grau de centralidade tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, concentrando principalmente naqueles em que apresentavam um antagonismo mais explícito, como “direita e esquerda”, “comunismo e capitalismo” “socialismo e liberalismo”, “liberdade e igualdade”, “conservadorismo e progressismo”, além de outros temas e conceitos ligados ao campo da direita política, como “meritocracia”, “individualismo”, “concorrência e competição”, “empreendedorismo”, além de “escolas econômicas”, “Estado” e “ideologia”.

Uma vez identificadas no texto cada uma dessas ocorrências, a tarefa passou a ser analisar e classificar o contexto em que cada um desses conceitos estava vinculado ao texto. Viu-se que muitas vezes, apesar de mencionado, o assunto do texto não estava diretamente relacionado ao conceito. Assim, era comum encontrar em uma análise técnica sobre uma questão qualquer da economia brasileira a menção à palavra desigualdade, sem que o tema principal do texto fosse esse. A maneira encontrada para reduzir a ocorrência de resultados pouco significativos foi identificar os parágrafos em que dois ou mais conceitos estivessem presentes. Com esse recurso foi possível encontrar exatamente os textos em que o tema principal orbitava sobre questões mais explicitamente políticas e ideológicas. Encontramos diversas ocorrências de parágrafos onde se discutia sobre “comunismo”, “capitalismo”, “socialismo” e “liberalismo” ou “direita” e “esquerda”, por exemplo.

A opção por identificar os conceitos e seus opositores foi com a intenção de tanto aumentar o grau de resultados significativos, quanto a de encontrar textos em que esses termos estão sendo trabalhados de maneira relacional. Uma vez identificadas cada uma dessas ocorrências, foi a vez de analisá-las individualmente no intuito de deixar apenas aquelas em que os autores se debruçavam explicitamente sobre questões de ideologia. Chegou-se ao total de 140 textos de opinião dos 80 mais proeminentes membros do Instituto Millenium. A análise do conteúdo de cada um deles foi organizada por temas, de forma a facilitar a exposição e a compreensão das ideias que defendem.

7.1. Indivíduo, Mérito e Valor

O que significa meritocracia numa sociedade liberal? O sentido convencionalmente atribuído ao conceito está associado à ideia de que a recompensa do trabalho vem através do esforço pessoal, da aptidão e do merecimento. Ao pé da letra, isso é o mesmo que dizer que a sociedade é naturalmente desigual, uma vez que apenas expressa as diferenças de aptidão e esforço de cada um dos seus indivíduos. Essa formulação naturalmente exclui qualquer consideração a respeito do “lugar de partida” e das assimetrias sociais envolvendo educação e renda, por exemplo. A única igualdade possível – e desejável – para um neoliberal é aquela perante a lei.

Entretanto, numa sociedade tão flagrantemente desigual como a brasileira, a despeito dos avanços nesse campo nos últimos anos, é difícil quem defenda, até mesmo entre os neoliberais, uma interpretação tão radical do conceito. Talvez a própria crítica da esquerda a ele, em que pese a notória realidade das assimetrias sociais, tenha ensejado uma mudança na formulação teórica do conceito. Quer-se afastar da responsabilidade pela desigualdade, não por compreender que ela impeça a realização objetiva do mérito pelos constrangimentos próprios a essa condição, mas independentemente deles. A diligência do trabalho e o esforço individual, até mesmo as aptidões e a própria ideia de talento, deixam de ganhar centralidade em favor de uma outra ideia.

Joel Pinheiro da Fonseca é economista formado no Insper e mestre em filosofia pela Universidade de São Paulo, articulista do portal Spotniks e colunista da Folha de São Paulo. É também membro do comitê executivo do Libertários, partido político em criação, fundado em 2009. Em artigo publicado no Instituto Mises e republicado no portal do Millenium em 21 de outubro de 2015, Joel é enfático ao dizer “não é a meritocracia; é o valor que se cria”¹⁸. As primeiras linhas de seu artigo são destinadas a justamente criticar a ideia que “alguns liberais” defendem, a de que “quem se esforça, chega lá”. Para o economista,

Essa esfera do que é só meu, do mérito próprio distinto das circunstâncias do ambiente e da história, simplesmente não existe. Ao menos, não da forma simplória que se vende.

¹⁸Disponível em: <http://www.institutomillenium.org.br/artigos/meritocracia-valor-se-cria/> Acessado em 27 de julho de 2016.

E existindo ou não, será verdade que o mercado premia justamente o mérito? Se for, caro liberal, então você está obrigado a defender que Gugu Liberato e Faustão têm mais mérito do que um professor realmente excelente e que realmente ensine coisas úteis. (FONSECA, Joel Pinheiro. Não é meritocracia; é o valor que se cria, 21/10/2015).

Não é fortuito o reconhecimento por um liberal de que o indivíduo não é imune ao “ambiente” e à “história”. Esse reconhecimento tardio, ainda que feito de forma tão sumária, acompanha o questionamento de outra premissa até então inabalável, a de que o mercado premia o mérito. Afinal de contas, se o mercado não premia o mérito, qual é a fonte de recompensas numa sociedade de mercado?

Para Joel, “o que realmente determina a remuneração no mercado *não* é o mérito, *não* é a virtude, *não* é o esforço ou a dedicação. É apenas a **criação de valor**; o valor que aquela pessoa consegue adicionar à vida dos demais” (FONSECA, Joel Pinheiro. Não é meritocracia; é o valor que se cria, 21/10/2015)¹⁹. O que tal formulação implica é a separação da ideia de mérito enquanto virtude, do mérito relacionado ao sistema de mercado e à realização objetiva dos desejos e das necessidades materiais. Assim, um professor pode ter muito mérito pelo importante trabalho que desenvolve junto às novas gerações, mas não ter a mesma sorte em relação à produção de valor pelo seu trabalho. Talvez não existam tantas pessoas assim interessadas em educação.

“Satisfaça as necessidades dos outros, e as suas serão satisfeitas. Não importa se é por mérito, por sorte ou por talento. O cara mais esforçado e bem-intencionado do mundo, se não criar valor, ficará de mãos vazias” (FONSECA, Joel Pinheiro. Não é meritocracia; é o valor que se cria, 21/10/2015)²⁰. A extensão desse pensamento implica em uma sociedade que se constitui num sistema de satisfação mútua de desejos e necessidades através do mercado. Mérito de quem melhor saciá-los. Certamente haveria quem criticasse tal arranjo, uma vez que o prêmio não é condizente e nem proporcional à importância social da sua realização. A culpa por mecânica tão questionável é do próprio indivíduo e pela importância que este confere à satisfação de seus desejos.

¹⁹ Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/meritocracia-valor-se-cria/> Acessado em 27 de julho de 2016

²⁰ Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/meritocracia-valor-se-cria/> Acessado em 27 de julho de 2016

Achou injusto? Então aqui vai um segredo: é você quem perpetua esse sistema. Se sua geladeira quebra, você vai querer um técnico esforçado e que dê tudo de si, ou vai querer um que faça um ótimo serviço, com pouco esforço e a um baixo custo? Quer um restaurante ruim mas com funcionários esforçados ou quer comer bem? O mundo reflete o seu código de valores e, veja só, ele não é meritocrático (FONSECA, Joel Pinheiro. Não é meritocracia; é o valor que se cria, 21/10/2015).

Nessa lógica, vivemos em um sistema que não premia a virtude do mérito, mas a satisfação de desejos. Se o mundo é o reflexo desses valores, então ele é a expressão de um desejo incessante por saciedade. Se são as pessoas que criam e perpetuam esse sistema, são, portanto, elas mesmas responsáveis. É assim que o liberal tenta se livrar do julgamento moral da desigualdade. Ele a transforma numa expressão natural daqueles mais bem-sucedidos em saciar os desejos alheios e, por extensão, os próprios.

“Mas quem disse que a igualdade é moralmente superior à desigualdade? Se um meteorito cai na minha casa e não na sua, isso é injusto? É imoral?” (FONSECA, Joel Pinheiro. Não é meritocracia; é o valor que se cria, 21/10/2015). A estratégia retórica consiste em anular os efeitos sociais da distribuição desigual de riquezas pelo mercado, para alçá-la à condição de evento natural, espontâneo, tão corriqueiro quanto um meteorito que cai no quintal. Se é natural e espontâneo, não há que se dizer moral ou imoral, mas simplesmente amoral. A desigualdade, assim, é um dado espontâneo da realidade que criamos.

Essa visão não convencional relacionada à meritocracia é acompanhada por outra que, segundo João Luiz Mauad, diretor do Instituto Liberal e articulista dos jornais “O Globo” e “Diário do Comércio”, está mais associada “à isonomia (igualdade perante a lei), à ausência de privilégios de qualquer tipo” (MAUAD, João Luiz. O que significa meritocracia numa sociedade liberal, 23/10/15). Ele complementa, dizendo que:

Num arranjo de livre mercado, o êxito individual é derivado principalmente de um tipo de mérito diferente, intimamente relacionado com produtividade, com resultado, com eficiência, para satisfazer os desejos e necessidades dos outros e, principalmente, com a ausência de privilégios e vantagens indevidas, impostas de forma coercitiva sobre os indivíduos.

[...]

Na verdade, esforço e dedicação, embora sejam virtudes altamente meritórias e bem vindas em qualquer sociedade civilizada, podem desaguar num completo desastre econômico, enquanto o sucesso pode ser resultado fortuito de um acidente ou de condições inatas, sobre as quais não há qualquer controle ou vontade. (MAUAD, João Luiz. O que significa meritocracia numa sociedade liberal, 23/10/15)²¹.

Eis a fórmula do sucesso numa sociedade neoliberal, autogestão empresarial e acaso. Isso implica na ideia de que, seja lá qual for a sua posição na escala social, não importam o seu esforço ou dedicação, mas sim satisfazer os desejos alheios com o máximo de eficiência e produtividade. Não é de se espantar que esses termos, geralmente associados à gestão de empresas, agora apareçam como imperativo na conduta dos indivíduos. A introjeção dessa conduta de autogestão empresarial se cristaliza na forma do empreendedorismo, processo analisado por Pierre Dardot e Christian Laval (2016), para quem “o mercado é um processo de formação de si” (2016 p. 145). Segundo eles:

O empreendedor não é um capitalista ou um produtor nem mesmo o inovador schumpeteriano que muda incessantemente as condições da produção e constitui o motor do crescimento. É um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não.

[...]

A pura dimensão do empreendedorismo, a vigilância em busca da oportunidade comercial, é uma *relação de si para si mesmo* que se encontra na base da crítica à interferência. (DARDO; LAVAL, 2016, p. 146).

A coordenação do mercado depende da descoberta de oportunidades num mundo de ampla concorrência. O empreendedor trabalha sobre a incerteza de cada um quanto à ação dos demais, e esse critério de acaso nas relações comerciais só funciona sobre a isonomia das relações de mercado. Por isso a crítica tão incisiva dos liberais a qualquer mecanismo de intervenção direta, principalmente dos governos, na correção de assimetrias sociais.

²¹Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/significa-meritocracia-numa-sociedade-liberal/> Acessado em 27 de julho de 2016.

A meritocracia de que nós liberais normalmente falamos, portanto, é esta: ausência de privilégios, ausência de tratamento diferenciado para igualar desiguais, em síntese, ausência de interferência externa, especialmente do governo, na tentativa de reparar supostas injustiças, derivadas exatamente do fato de que, na vida, os resultados não têm necessariamente relação com esforço, determinação e outras virtudes nobres. Até porque, como inferiu Hayek, uma sociedade na qual a posição social dos indivíduos está ligada à ideia de mérito moral – e não econômico – seria o exato oposto de uma sociedade livre. (MAUAD, João Luiz. O que significa meritocracia numa sociedade liberal, 23/10/15)²².

Essa ojeriza à ação dos governos na correção de assimetrias sociais está baseada na crença de que a ação governamental em si mesma deturpa, desequilibra e corrompe os mecanismos de previsão e expectativas individuais, ao mesmo tempo em que cria grupos privilegiados, o que atenta contra o princípio do mérito enquanto “isonomia”. “Igualar desiguais” e “reparar supostas injustiças” é tarefa para a dinâmica própria dos mercados. Igualados por uma pretensa formalidade jurídica, tudo o mais é a expressão do mérito na criação de valor. Não surpreende que essa concepção de “democracia de mercado” rejeite, por exemplo, a adoção de políticas afirmativas, como as cotas raciais.

Roberta Fragozo Kaufmann é procuradora do Distrito Federal, autora do livro *Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito?* (Livraria dos Advogados, 2007) e ferrenha opositora da adoção das cotas raciais no país. Em resenha do próprio livro publicada no site do Instituto Millenium, a autora sustenta que o que induz a magistratura brasileira a incorporar a tese de “tratar desigualmente os desiguais” é um desentendimento entre as relações raciais que se desenvolveram nos Estados Unidos e no Brasil. Segundo Kaufmann, o que ensejou a adoção de ações afirmativas na sociedade norte-americana foi fruto do processo iniciado desde a guerra civil pelo fim da escravatura, a segregação racial institucionalizada e a perseguição violenta contra os grupos de cor no país. Já no Brasil, ao contrário:

Após a aquisição da liberdade, não houve restrições para que os negros ocupassem determinados cargos ou empregos, ou que frequentassem certos lugares. Do contrário, aqueles que conseguiram qualificação puderam ocupar cargos de prestígio.
[...]

²² Disponível em: <http://www.institutomillenium.org.br/artigos/significa-meritocracia-numa-sociedade-liberal/> Acessado em 27 de julho de 2016.

Em suma: no Brasil, felizmente conseguimos superar a vergonha da escravidão sem termos desenvolvido o ódio entre as raças. O ingresso lento, porém constante, do negro livre na sociedade, preparou a população brasileira para a chegada destes no mercado de trabalho. (KAUFMANN, Roberta Fragoso. A cor influencia a vida? Claro!, 27/07/11).²³

Fica patente que o que Kaufmann defende é que, ao contrário da violência e da segregação racial institucionalizada características da sociedade americana, no Brasil, a integração do negro na sociedade foi um processo azeitado, uma incorporação quase que natural, sem grandes transformações, fruto da sensibilidade natural da gente brasileira em reconhecer o negro como irmão. Assim, segundo ela, a abolição da escravatura no Brasil foi apenas a formalização de um fato social consolidado, resultado da solidariedade branca e da miscigenação entre os povos.

Sobre esse processo, Kaufmann recorre ao trabalho do geneticista Sérgio Pena, titular da UFMG, que desenvolveu a pesquisa “Retrato molecular do Brasil”.

O trabalho realizado por Pena questionou as estatísticas sobre a composição étnica do país. Isso porque, de acordo com os dados apresentados pelo IBGE no ano de 2000, os brancos seriam 54% da população, mas, à luz das conclusões de Pena, esse número seria uma imprecisão, porque muitos dos que se declararam brancos, migrariam para a categoria de mestiços, se o DNA fosse codificado. Do universo de supostos brancos, aproximadamente 28 milhões portam herança genética indígena e 24 milhões carregam DNA de negros. Portanto, apenas 34 milhões de brasileiros seriam, de fato, brancos, segundo padrões genéticos, o que corresponderia a apenas 20% da população brasileira, pelo Censo de 2000. (KAUFMANN, Roberta Fragoso. A cor influencia a vida? Claro!, , 27/07/11).

Ao se utilizar do argumento genético, como se discriminação e desigualdade racial fossem questões de genótipo e não de fenótipo, Kaufmann pretende deixar claro como são injustas as políticas afirmativas ao colocar a população geneticamente branca como minoria. Assim, além de sermos majoritariamente “negros”, seria impossível “determinar cientificamente um grau mínimo de africanidade para cada brasileiro, a ponto de legitimar os descendentes de africanos a serem beneficiados por políticas afirmativas”[...]. Fica claro que, para a procuradora, não basta ter cor para ser negro, tem que ter gene africano:

O trabalho desenvolvido por Pena parece confirmar a tese de Gilberto Freyre de que a população brasileira é uma mistura das três raças: o europeu, o índio e o africano. Dessa forma, a intensa

²³ Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/a-cor-influencia-vida/> Acessado em 27 de julho de 2016.

miscigenação brasileira termina por eliminar a eficácia de programas afirmativos nos quais a raça funcione como critério exclusivo de integração, porque não há como determinar quem, efetivamente, é negro no Brasil! (KAUFMANN, Roberta Fragoso. A cor influencia a vida? Claro!, 27/07/11).

A obsessão genética de Kaufmann parece estar alicerçada numa compreensão já superada de “raça”, e não de “cor”, por isso a defesa do critério da ancestralidade genética. Ela não parece se sensibilizar com o fato de que as desigualdades raciais no Brasil, ao contrário da sociedade americana, serem marcadas muito mais pela expressão fenotípica da negritude do que o seu lastro genético. Assim, na sua visão, as políticas afirmativas são injustas tanto pela impossibilidade de se basearem num critério científico em larga escala, quanto por imporem à “minoridade branca” do país o peso de uma compensação histórica por atos do passado.

O problema da adoção dessa teoria [compensatória] para justificar a imposição de políticas afirmativas racialistas é que se afigura deveras complicado responsabilizar, no presente, os brancos descendentes de pessoas que, em um passado remoto, praticaram a escravidão. Ademais, é praticamente impossível, em um país miscigenado como o Brasil, identificar quem seriam os beneficiários legítimos do programa compensatório, já que os negros de hoje não foram as vítimas e eventualmente podem descender de negros que tiveram escravos e que jamais foram escravizados. Culpar pessoas inocentes pela prática de atos dos quais discordam radicalmente promove a injustiça, em vez de procurar alcançar a equidade.

[...]

Assim, políticas indenizatórias para reparar a dívida histórica da sociedade em relação a determinadas categorias não seriam legítimas porque, em termos de compensação pelo dano sofrido, somente aqueles que foram diretamente lesionados poderiam pleitear a reparação correspondente e contra quem efetivamente ocasionou o prejuízo. (KAUFMANN, Roberta Fragoso. A cor influencia a vida? Claro!, , 27/07/11).

As palavras de Kaufmann são um exemplo da miopia social e da atomização do indivíduo numa sociedade liberal. Não se reconhecem grupos sociais, apenas indivíduos. Portanto, é a cada um deles, individualmente, que deve ser cobrada a reparação dos danos aos seus reais destinatários. Ela não reconhece que a despeito da trajetória ancestral de cada um, o preconceito e a discriminação racial no país decorrem em razão da cor e, por extensão, daquilo que o seu passado representa. Da mesma forma, ela não reconhece que o prejuízo social por tal assimetria acomete a sociedade como um todo e, por esse motivo, é ela a quem cabe a reparação. Para a procuradora, a escravidão não foi uma instituição social na história brasileira, uma vez que não se originou de um ato formal do “Estado”,

como no caso da segregação americana. O que ela aparenta considerar é que a escravidão no Brasil foi mais uma decisão pessoal do senhor em escravizar do que um sistema social que vigorou cerca de trezentos anos no país.

Em resumo, o que está em jogo é a inviolabilidade da condição do indivíduo no mercado. Tanto as políticas afirmativas e compensatórias, quanto aquelas destinadas a minorar as desigualdades de renda, como o Bolsa Família, são encaradas como elementos desestabilizadores do jogo da concorrência mútua no mercado de satisfação de desejos alheios. A discricionariedade estatal na tentativa de compensação e correção das assimetrias sociais é encarada como um privilégio, uma distorção na dinâmica do mercado e, conseqüentemente, um atentado contra o mérito.

7.2. Neoliberalismo, Estado e Mercado

Uma característica importante e que diferencia os neoliberais austro-americanos, como Mises, Hayek e Friedman, de seus outros representantes está tanto na crítica incisiva a qualquer tipo de intervenção na dinâmica própria dos mercados, quanto “na valorização da concorrência e da empresa como forma geral da sociedade” (DARDOT ; LAVAL, 2016, p. 133-134). Para eles a proeminência do mercado perante outras instâncias da vida social é o que deve servir de fundamento para a autolimitação da atuação do Estado. Limitação esta que teria por objetivo promover a liberdade econômica e garantir o livre desenvolvimento das dinâmicas do mercado, ou seja, a livre concorrência.

Essa autolimitação do poder do Estado, balizada pela proeminência do mercado, não significa que os expoentes dessa escola defendam algo como o “anarcocapitalismo”, que seria a negação de qualquer legitimidade do poder estatal. Na visão de Ludwig Von Mises, um dos seus principais expoentes, o governo deve contentar-se em assegurar o funcionamento do ambiente de concorrência, e apenas isso. Segundo DARDOT; LAVAL (2016, p. 134), o pensamento de Mises é estruturado pela oposição entre o “destrucionismo”, onde as intervenções do Estado levam ao totalitarismo e à regressão econômica, e o capitalismo, que tem na base o sujeito empreendedor, o sujeito econômico. Não existe, portanto, no pensamento neoliberal austro-americano, uma “terceira via”; qualquer intervenção estatal já é em

si mesma maléfica, enquanto a proeminência privada é o destino certo da prosperidade e do desenvolvimento.

Pedro Sette-Câmara é tradutor e um dos fundadores do Instituto Millenium, além de ter colaborado com o Instituto Ordem Livre. Em artigo publicado neste último e reproduzido pelo Imil, fica claro que o sentido prático de “assegurar o funcionamento dos mercados” significa não só criar regras, mas também aplicá-las com rigor, o que considera ser fundamental para o estabelecimento de uma boa concorrência. A esse respeito, sobre a realidade brasileira, Pedro afirma que “O que nos falta é a aplicação das regras. É o desrespeito a elas que mantém a nós, brasileiros, nesse estado, digamos, pré-civilizacional, como que pré-cultural. (SETTE-CÂMARA, Pedro. Contra a competição desenfreada, claro; 12/09/2009).²⁴

Há que se considerar, portanto, a diferença que fica aqui explícita entre intervenção e regramento do mercado. O regramento visa garantir a inviolabilidade da dinâmica natural dos mercados, como a livre concorrência. Corresponde também ao impedimento da formação de oligopólios e, naturalmente, da deslealdade que produza vantagens indevidas no processo de concorrência. O *laissez-faire* não é um conceito aplicável a toda e qualquer dimensão do Estado, mas apenas ao mercado. O Estado faz-se fundamental no seu poder de imposição de uma jurisdição que regulamente o ambiente de concorrência. Assim, mercado para os neoliberais não é um dado natural como o consideravam os liberais clássicos, mas uma entidade que deve ser produzida “artificialmente”, e resguardada por um conjunto de normas jurídicas que garantam a isonomia dos atores dentro das arenas de concorrência.

Já a intervenção, por outro lado, seria qualquer ação do Estado que vise garantir a certos grupos, sejam minorias sociais ou segmentos empresariais específicos, “condições especiais”, “privilégios” ou “vantagens” diferenciadas do restante dos atores no mercado.

Dando ênfase à ação individual e ao processo de mercado, os autores austro-americanos visam, em primeiro lugar, a produzir uma descrição realista de uma máquina econômica que tende ao equilíbrio, quando não é perturbada por moralismos ou intervenções políticas e sociais destruidoras. Em segundo lugar, visam a mostrar como se constrói na concorrência geral certa dimensão do homem, o *entrepreneurship*, que é o princípio de conduta potencialmente

²⁴Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/contra-a-competicao-desenfreada-claro/>
Acessado em 27 de julho de 2016.

universal mais essencial à ordem capitalista. (DARDOT ; LAVAL, 2016, p. 134).

Segundo Dardot e Laval (2016), o concorrencialismo neoliberal estruturado pelo pensamento austro-americano, mas em especial por Von Mises e Hayek, consiste em ver o mercado como um ambiente de descoberta de informações e oportunidades movido pelo desejo individual de novas e melhores fontes de lucro, promovendo uma competição incessante entre os atores econômicos pelos melhores negócios. Enquanto dimensão essencial da vida social moderna, o mercado induziria a uma transformação qualitativa do sujeito econômico, uma espécie de introjeção do espírito empresarial que transborda a esfera própria do ambiente de concorrência, atingindo o nível mais individual, subjetivo, inconsciente, da conduta do indivíduo consigo mesmo. O sujeito econômico do pensamento austríaco é, por sua vez, o indivíduo-empresa, submetido a toda uma norma de administração empresarial de si mesmo e da própria vida.

O empreendedorismo é, assim, a forma de adaptar-se ao mundo que nós mesmos criamos. Se atendo aos meus desejos saciando os desejos dos outros, a melhor forma de fazê-lo é seguindo uma ética empresarial de produtividade e eficiência. Oferecer os melhores bens e serviços a um baixo custo e a um número maior de pessoas, eis a fórmula do sucesso na sociedade neoliberal. E isto, como dito alhures, não depende de mérito, mas da capacidade de “criar valor”, de descobrir aquilo que as pessoas precisam – ou pensam que precisam – num ambiente de concorrência entre atores “iguais”.

Para o economista Hélio Coutinho Beltrão, presidente do Instituto Mises Brasil e idealizador da primeira pós-graduação em Escola Austríaca de Economia do país, filho do falecido ex-ministro do Planejamento durante a ditadura militar no período de Costa e Silva, o também economista Hélio Beltrão:

Nunca se inventou nem se inventará nada mais eficiente do que o esforço criador do homem livre agindo em busca de seus ideais de auto-realização. Por outras palavras: não há nada mais eficiente que o pleno exercício da liberdade! – Hélio Beltrão (outubro de 1981, II Congresso Brasileiro de Administração)” (BELTRÃO, Hélio. A sociedade voluntária, os impostos, e os subsídios, 21/05/09).²⁵

²⁵Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/a-sociedade-voluntaria-os-impostos-e-os-subsidios-2/> Acessado em 27 de julho de 2016.

O radicalismo do pensamento econômico austríaco fica aqui muito bem representado, tanto pela crença intransigente da sua proeminência perante qualquer outra forma de organização social, passado ou futura, quanto pela ruína inescapável daqueles que não se prostram ao regime da “liberdade”. A crença baseia-se na ideia de que a intervenção estatal no mercado atrapalha a dinâmica natural de informações entre os agentes, comprometendo assim as suas decisões e desequilibrando o jogo de trocas voluntárias entre eles. Como o governo seria incapaz de controlar toda a informação disponível no mercado, suas intervenções nunca alcançariam o objetivo desejável, havendo, portanto, que recorrer à força para adequar as relações de mercado às expectativas desejadas. Isto é basicamente o que Hayek teorizou em *O Caminho da Servidão* (2010).

Um outro componente desse pensamento é a crença de que detém uma compreensão especial da realidade, o que emerge como mais uma fonte de críticas ao “dirigismo”, ao planejamento econômico e às intervenções do Estado na economia. Como bem diz Ubiratan Lorio, economista e professor da UERJ, articulista do *Jornal do Brasil* e Diretor Acadêmico do Instituto Mises, “Não foi por falta de aviso ... (11/03/2015)”.²⁶

Avisamos, cansamos de avisar, repetimos, frisamos, gritamos, alertamos e berramos, desde meados de 2008, que o que está acontecendo com a economia brasileira hoje era inexoravelmente certo, assim como o logaritmo de 1 em qualquer base é 0 e como beber em excesso causa embriaguez e comer exageradamente dá indigestão. Não poucos achavam que estávamos exagerando, ou que renunciávamos a futura catástrofe porque “não gostamos do PT” ou até porque estávamos abandonando os conhecimentos técnicos pela “ideologia liberal” ou todos esses pretensos motivos juntos. Mas – e os dados e fatos estão aí para demonstrar – eu e diversos colegas economistas seguidores da tradição da Escola Austríaca estávamos absolutamente corretos em nossas avaliações! (LORIO, Ubiratan. Não foi por falta de aviso..., 11/03/15).

Essa evidência corrobora com as conclusões do estudo de Chaloub e Perlatto. Parte da direita letrada brasileira se alicerça sobre a crença de que detém um acesso especial à “realidade dos fatos”, realidade esta prescrita por uma teoria econômica bem particular e que, ao prejuízo do “utopismo” característico das forças políticas de esquerda, se reforça e se maximiza pelos erros desta última. Esse viés

²⁶LORIO, Ubiratan. Não foi por falta de aviso..., 11/03/15. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/foi-por-falta-de-aviso/> Acessado em 27 de julho de 2016.

fica bem claro tanto na crítica política mais generalista aos programas de governo das administrações petistas – principalmente a partir do segundo mandato de Lula e mais enfaticamente no período Dilma – quanto na crítica “técnica” relativa à condução econômica.

Para Carlos Sardenberg, jornalista, blogueiro, comentarista econômico do “Jornal da Globo”, colunista dos jornais “Folha de São Paulo” e “O Globo”, tendo também colaborado com publicações nas revistas “Veja” e “Isto é”:

No segundo mandato e depois da crise de 2008/09, Lula começou a estragar tudo, tarefa seguida por Dilma Rousseff. Inventaram os truques para aumentar o gasto público e a dívida total, sem o confessar, e expandiram a intervenção estatal – da regulação e controle cada vez maior do setor privado ao avanço forçado das estatais, incluindo bancos, e à tentativa de aceleração de grandes obras. (SARDENBERG, Carlos. Entre o mercado e o social, 11/10/2013).²⁷

O que Lula e Dilma estragaram, segundo Sardenberg, foi o tripé macroeconômico elaborado pela equipe de Fernando Henrique Cardoso: meta de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal. Enquanto manteve a política econômica do governo anterior, associado a uma conjuntura internacional extremamente favorável, o país vivenciou momentos de crescimento econômico e redução das desigualdades como nunca antes visto. Mas a partir da crise de 2008, a economia foi-se deteriorando na medida em que esse compromisso foi sendo negligenciado. É por isso que, apesar de o fazerem de maneira discreta, não deixam de reconhecer o sucesso do primeiro governo de Lula, afinal, “ele seguiu a nossa receita”.

O desfecho desse processo, segundo a lógica neoliberal, não poderia ser outro, intervenção leva ao autoritarismo. É o que pretende demonstrar Sardenberg ao associar o governo militar de Ernesto Geisel à política adotada por Lula e Dilma após a crise.

Não foi por acaso que parte da esquerda brasileira encantou-se com a política econômica do presidente Ernesto Geisel, na década de 70. O general, que trazia uma bronca dos americanos, tinha uma visão de mundo muito ao gosto da chamada ala desenvolvimentista da América Latina: o Estado comanda as atividades, investindo,

²⁷Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/entre-mercado-social/> Acessado em 27 de julho de 2016.

financiando, subsidiando, autorizando (ou vetando) os negócios e a atuação de empresas. Mais ainda: com a força das estatais e seus bancos, o governo organiza companhias para atuar em determinadas áreas.

[...]

Mas Lula arranhou um modo de recuperar o modelo, no que foi apoiado e seguido por Dilma. Geisel, por exemplo, era o dono da Vale. Lula não era, mas pressionou a mineradora, impôs negócios e terminou substituindo o presidente da companhia.

[...]

Lula, no regime democrático, substituiu o AI-5 pela ampla base partidária, cooptada e/ou comprada com vantagens e cargos. Na economia, sobram instrumentos poderosos, como os bancos públicos, especialmente o braço armado de empréstimos especiais do BNDES. Além disso, em um país de carga tributária tão elevada, qualquer redução dá uma vantagem enorme ao setor escolhido. O governo Lula-Dilma usa e abusa desse recurso. (SARDENBERG, Carlos. Entre o mercado e o social, 11/10/2013).

A análise da política econômica dos governos de Lula e Dilma segue o roteiro já conhecido da retórica hayekiana e do “destrucionismo” versus capitalismo de Mises. A pretensão de se induzir externamente a composição e a dinâmica natural dos mercados leva ao autoritarismo, uma vez que só seria possível garantir os seus resultados com a adesão de mais força pelo poder estatal e assim sucessivamente, num processo inescapável de intervenção e controle.

7.3. Esquerda, Direita e Ressentimento

Lula fez mais – até porque soube, como ninguém, se apropriar do que os outros fizeram. A redução da desigualdade no Brasil nasceu de um plano econômico que Lula tentou afundar a todo custo. Eleito presidente, jogou as suas teses de ruptura no lixo e surfou na política monetária do antecessor. O Instituto de Ciências Políticas sentiria náuseas se alguém lhe informasse que o poder de compra dos pobres foi elevado por um “neoliberal”. O humanismo fashion dos franceses não suportaria esse golpe. (FIUZA, Guilherme. A França condecora um Lula imaginário, 03/10/2011).²⁸

O trecho em questão foi retirado do artigo de Guilherme Fiuza, jornalista e escritor brasileiro, colunista da revista “Época” e colaborador do jornal “O Globo”. No

²⁸Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/a-franca-condecora-um-lula-imaginario/>
Acessado em 27 de julho de 2016.

seu conteúdo, traz a rusga de uma direita que viu Lula “surfando na política econômica do antecessor”, enquanto leva todo o crédito por isso. Nesse artigo, Fiuza se lamenta pelo Instituto de Ciências Políticas de Paris ter concedido um título de doutor *honoris causa* ao ex-presidente, o 17º em 140 anos.

Essa espécie de rancor e ressentimento pelo sucesso de Lula apareceu em vários dos textos analisados, alguns mais explicitamente, como o acima, outros de maneira mais velada e irônica. É um ressentimento que parece nascer de uma traição do tipo: “Lula tomou para si o sucesso que fez com a nossa política econômica, sobre a qual ele sempre foi contra”. Talvez seja esse um dos motivos do ódio que parte da direita brasileira parece nutrir pelo ex-presidente.

O escritor e antropólogo Roberto DaMatta, intelectual de destaque na academia brasileira e membro do Imlil, não economiza nas críticas ao ex-presidente. Indignado com o filme feito para homenageá-lo, *Lula, O filho do Brasil* (2009), DaMatta é irônico ao dizer que:

Como político e presidente, Lula pode ser discutido e criticado. Pode até mesmo ser demonizado, como ocorreu com FHC. Mas como “filho do Brasil” e herói nacional, ele entra no panteão de Tiradentes, de Antônio Conselheiro e do Padre Cícero. Corre o risco de tornar-se tão intocável quanto foram Hitler, Stalin, Mao e Fidel. (DAMATTA, Roberto. Sobre biografias, heróis e o filho do Brasil; 25/11/2009)²⁹.

O antropólogo faz várias referências à tese que desenvolveu em seu livro *Carnavais, malandros e heróis* (1997). Lula é enquadrado como uma “superpessoa”, uma figura que, segundo ele, combina viés hierárquico e carismático, afeita a uma burocracia estatal de corte igualitário, mas autoritária quando confrontada a ela. Essa “superpessoa” em que, segundo ele, Lula teria se transformado, é o que lhe conferiria poder de inverter a lógica democrática, tomando para si o poder e fazendo-o operar de forma particularista. “Os mensalões provam que a questão não está na “direita”, como pensávamos antigamente, mas no “centro” e também na “esquerda” lacerdistas, como o governo Lula teve a honra de demonstrar. (DAMATTA, Roberto. Os (verdadeiros) filhos do Brasil, 09/12/2009).³⁰

²⁹Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/sobre-biografias-herois-e-o-filho-do-brasil/> Acessado em: 27 de julho de 2016.

³⁰Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/artigos/os-verdadeiros-filhos-do-brasil/> Acessado em 27 de julho de 2016.

Curiosamente, apesar de o corte temporal ter sido bastante longo, de 2008 a 2016, período que abarca parte do governo petista – inclusive a grave crise política que abreviou o mandato de Dilma Rousseff no último ano – no conjunto dos intelectuais pesquisados e nos textos selecionados para análise foram poucas as menções diretas feitas à ex-presidente. Certamente houve críticas, mas elas estavam relacionadas mais à “responsabilidade objetiva” da mandatária em virtude de algumas ações pontuais do governo, como o aumento dos impostos da gasolina, da energia elétrica, da intervenção em setores da economia, do que envolvida numa narrativa mais ampla que considerasse seu papel no jogo entre forças políticas.

As críticas de conteúdo político mais incisivas são feitas diretamente a Lula, ao Partido dos Trabalhadores e aos intelectuais de esquerda. O ressentimento, como dito alhures, parece abarcar não só o sucesso de Lula no comando de uma política econômica gestada pelo antecessor, mas também àquilo que veio em seguida, crise e recessão. É como se Lula, depois de se promover com a política econômica alheia, tivesse agora “estragado a nossa obra, a nossa contribuição para a sociedade brasileira”. Não é à toa que os artigos de opinião da área econômica, principalmente durante o governo Dilma, venham sempre acompanhados da crítica do abandono do “tripé econômico”.

Sobre este ponto, Maílson Ferreira da Nóbrega, economista e ex-ministro da Fazenda no governo de José Sarney e que em 2013 recebeu prêmio de economista do ano pela Ordem dos Economistas do Brasil, é explícito ao dizer que:

“Tais mudanças ciclópicas – “neoliberais” para a velha esquerda – atingiram o auge com FHC.

[...]

O governo Lula foi o maior herdeiro dessas transformações. (...) Mas o êxito dificilmente viria se o presidente não houvesse abandonado as ideias erradas do PT sobre política econômica.

[...]

Quem mudou os rumos foi a presidente Dilma. Ela por certo agrada a neobobos com a ação política sobre o Banco Central, a reinstauração do controle de preços, o protecionismo e outras políticas típicas da era do intervencionismo excessivo e da substituição de importações. Colhe inflação alta e PIB baixo. (NÓBREGA, Maílson F. da. A volta do neobobismo; 12/06/2013).³¹

³¹Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/pta-volta-neobobismo/> Acessado em 27 de julho de 2016.

Com o sucesso de Lula no comando de uma política econômica neoliberal, a própria ojeriza em torno do termo passou a ser relativizada, com vários artigos se propondo a analisar o que de fato viria a ser neoliberalismo, suas propostas e resultados, sempre lembrando que o sucesso de Lula se deveu às reformas econômicas empreendidas por FHC e pelas políticas sociais por ele iniciadas. A direita quer um neoliberal para chamar de seu, e isto está no cerne da sua estratégia política atual. Como aventado desde o início e explícito no artigo de inauguração do Milênio, o que a direita progressista do Imil almeja é criar as bases sociais de viabilidade e sustentação de uma candidatura política com chances reais de chegar ao Planalto. Para isso, trabalham no plano da cultura, da mídia e da política, expandindo um conteúdo político pró-liberal às mais diversas camadas da sociedade. É preciso, como bem formulou Gramsci, conquistar a hegemonia na sociedade civil para então colonizar a sociedade política e, então, o Estado.

Tanto pela exposição cada vez maior de polemistas públicos, como Rodrigo Constantino e Marco Antônio Villa, por exemplo, no campo popular, assim como variados representantes do campo acadêmico, jornalístico, político, econômico e empresarial, a direita se alastra aproveitando-se do enfraquecimento patente das forças políticas de esquerda, tanto em virtude dos sucessivos escândalos de corrupção em que está envolvida, quanto pelo agravamento da crise política e econômica. Os esforços por uma renovação política neoliberal que não tenha medo de dizer-se “direita” no país já começam a dar resultados. Foi o caso da eleição em primeiro turno para o governo da cidade de São Paulo, em que o empresário e investidor João Dória (PSDB), sem trajetória política reconhecida, derrotou o candidato petista à reeleição, Fernando Haddad (PT). Dória é até agora a conquista mais notável da campanha direitista, que, sem receio de soar impopular, fala abertamente em privatizações e no protagonismo do setor privado. Sua alta popularidade e o relativo “sucesso” na gestão da capital econômica do país já o elevam a possível pré-candidato ao pleito presidencial, desbancando as lideranças tradicionais da oposição no país.

As evidências ajuntadas nessa parte da análise sugerem três hipóteses principais para o que chamamos de “ressentimento” da direita:

- 1) O fato de Lula, o PT e a esquerda de modo geral terem tomado para si ou louros do sucesso possibilitado por um programa econômico considerado neoliberal, “de direita”;
- 2) O fato de terem abandonado essa política foi o que mergulhou o país no desequilíbrio fiscal e na resseção.
- 3) O fato de terem atribuído para si a paternidade de programas sociais que foram primeiro concebidos pela equipe econômica de FHC.

Sobre este último ponto, o jornalista e escritor Leandro Narloch é enfático ao questionar “como uma ideia liberal se tornou bandeira da esquerda?”. A esse respeito, sobre a paternidade das políticas de transferência de renda no Brasil, o jornalista, mestre em filosofia e autor do polêmico *Guia Politicamente Incorreto da Histórica Brasil* (2009), além de colunista do jornal “Folha de São Paulo” e repórter da revista “Veja”, é taxativo:

A ideia que se tornou a grande bandeira da esquerda nasceu com Friedrich von Hayek e Milton Friedman – dois ganhadores do Nobel de Economia rejeitados pela própria esquerda como “os pais do neoliberalismo”. (NARLOCH, Leandro. Como uma ideia da direita se tornou bandeira da esquerda; 07/05/2015).³²

Segundo Narloch, foram Hayek e Friedman os que primeiro teorizaram sobre a adoção de uma renda mínima à população mais pobre por meio de programas de transferência de renda. Tempos depois, o programa pioneiro seria aplicado no laboratório de políticas neoliberais da América Latina, o Chile, sob o governo do ditador Augusto Pinochet. Segundo ele, o Subsídio Único Familiar, implantando em 1981, dava dinheiro a mães de baixa renda para que mantivessem os filhos na escola. “Pois é. O ditador Augusto Pinochet foi o primeiro a implantar o programa que, décadas depois, daria origem ao Bolsa Família”. (NARLOCH, Leandro. Como uma ideia da direita se tornou bandeira da esquerda, 07/05/2015).

³²Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/bolsa-familia-como-uma-ideia-da-direita-se-tornou-bandeira-da-esquerda/> Acessado em 27 de julho de 2016.

7.4. A ideologia do real

De todo o conjunto de intelectuais e textos analisados, o tema mais recorrente foi o da ideologia. Conceito complexo e de difícil precisão, emerge sempre como um ponto de discórdia entre as forças políticas em disputa. Entre visões de mundo antagônicas, não surpreende o comportamento belicoso daqueles que decidem falar sobre ela. O que se viu nesses textos foi, resumidamente, uma defesa intransigente da “realidade” contra aquilo que se considera “ideologia”, numa disputa que coloca em questão temas clássicos entre direita e esquerda, como o direito de propriedade, a eficiência e o poder do Estado, a liberdade de mercado, a ortodoxia econômica, a meritocracia etc. Com o socialismo morreu a ideologia, e com ele fez surgir a inescapável realidade do capital.

Para Carlos Alberto Sardenberg, “o socialismo acabou, como realidade e como utopia. Sobrou apenas capitalismo, mais ou menos avançado, bem ou mal praticado” (O que nos falta é capitalismo, 20/11/2008)³³. Para o comentarista econômico da Globo, o resquício do que um dia foi o socialismo hoje destina-se a dar um melhoramento social ao capitalismo. Esse movimento, segundo ele, foi tentando dar cara nova a essa mistura. A China o chama de “economia socialista de mercado”, os europeus de “economia social de mercado” e na América Latina pensou-se em “economia popular de mercado”. Isso tudo, segundo ele, para não se aderir a um sistema que é visto como exclusivamente dos ricos.

Para Sardenberg:

O capitalismo continua fácil de entender: é o regime da propriedade privada das fábricas, do capital e da terra, o sistema da livre iniciativa e das liberdades pessoais. Mas continua difícil de praticar, em boa parte por razões culturais. Amplamente dominada pela antiga esquerda socialista, a intelectualidade ocidental cravou a opinião de que o livre mercado, deixado solto, conduz à injustiça de uns serem ricos, outros pobres. Assim, é preciso corrigir o mercado com a intervenção do estado. (SARDENBERG, Alberto. (O que nos falta é capitalismo, 20/11/2008).

O que emerge de mais interessante nessa fala é a sua consonância com o diagnóstico dos fundadores do Imil no seu texto de inauguração. O que emperraria o

³³Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/o-que-nos-falta-e-capitalismo/> Acessado em 27 de julho de 2016.

desenvolvimento de um capitalismo moderno no Brasil seria uma aversão cultural cunhada por intelectuais de esquerda ao longo do tempo, que colonizaram temas caros à direita, como o individualismo, a meritocracia e o livre mercado, com a pecha de economicamente injusto e socialmente desigual. Ele reconhece, assim, que há uma hegemonia da esquerda nesse campo e que ela está enraizada no campo político-cultural. Ele compreende também o fenômeno mais amplo e que já tivemos oportunidade de descrever: “Eis aí, Lula, cuja eleição em 2002 deflagrou a onda vermelha [...]”. A “onda vermelha”, como diz, foi como ficou conhecida a emergência de governos de esquerda em todo o continente sul americano a partir dos anos 2000, quadro que, quase duas décadas depois, já se deteriorou bastante em razão da ofensiva neoliberal.

Para João Luiz Mauad, a resistência dos intelectuais de esquerda ou “progressistas”, como ele chama, ao sistema de mercado como sistema de organização social por excelência, reside numa espécie de resquício de uma mentalidade primitiva que procurava nos deuses um refúgio às intempéries naturais que não podiam controlar.

Como bem descreveu Warren Meyer, os “progressistas” sentem-se tão oprimidos pelo jogo natural do livre mercado como o homem primitivo se sentia em relação ao seu ambiente natural. Assim como este sentia-se confuso e com medo de tempestades, terremotos, secas e doenças, os “progressistas” sentem-se desconfortáveis e amedrontados com a ascensão e queda de empresas, booms e recessões, instabilidade do emprego, riqueza de uns e pobreza de outros.

Com efeito, da mesma maneira que os homens primitivos inventaram deuses e mitos para tentar trazer ordem ao caos, além de um sentimento de controlabilidade sobre os eventos que eles não entendiam, os “progressistas” confiam intransigentemente em governos, na esperança de impor, de cima pra baixo, uma ordem estável aos mercados.

(MAUAD, João Luiz. Por que os “progressistas são, na verdade, conservadores; 16/07/2015).³⁴

É nessa linha que Mauad denuncia como “conservadores” aqueles que se consideram “progressistas”. Para ele, é o medo da incontabilidade do mercado e a ojeriza à competição e ao mérito que levam o “progressista” a se agarrar no poder dos governos contra o dinamismo dos mercados. O receio sobre o mundo de

³⁴Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/artigos/por-os-progressistas-na-verdade-conservadores/> Acessado em 27 de julho de 2016.

incertezas do livre mercado é, segundo ele, o que move os “progressistas” à esperança de uma economia estável e planejada.

Avesa aos riscos e profundamente temerosa das incertezas em relação ao futuro, a esquerda idealiza a economia como um sistema estático, bem arrumado e imune a turbulências. Rejeitam com todas as suas forças a poderosa dinâmica do capitalismo liberal, em que um complexo padrão de organização (espontânea) é obtido a partir de uma aparente falta de planejamento, preferindo modelos supostamente bem planejados e perfeitamente harmônicos – como se isso fosse possível. (MAUAD, João Luiz. Por que os “progressistas são, na verdade, conservadores; 16/07/2015).

Na mesma linha, Roberto DaMatta se pergunta sobre qual seria o ponto central da oposição entre direita e esquerda, um dualismo que, segundo ele, levou tanta gente “para a prisão, para a tortura, para o exílio, o abandono, a rejeição e a morte”. Da mesma forma que Mauad, o antropólogo opera um raciocínio similar, explorando um certo “primitivismo” da esquerda em sua busca por segurança.

A razão para o Estado figurar como o nosso personagem político mais importante e decisivo revela um fato importante. A crença segundo a qual a nossa sociedade malformada, mestiça e doente (destinada, como diziam Gobineau e Agassiz, a extinção pelas enfermidades da miscigenação) teria que ser corrigida por um “poder público” centralizador, autoritário, aristocrático que varreria seus costumes primitivos, híbridos, intoleráveis e atrasados.

[...]

Não é por acaso que a esquerda tem sofrido de estadofilia, estadomania e estadolatria. Dai a sua alergia a tudo o que chega da sociedade e dos seus cidadãos. Coisas tenebrosas como meritocracia, lucro, ambição, mercado, competição e eficiência. Tudo o que afirma um viés não determinista do mundo. (DAMATTA, Roberto. (Direita & Esquerda; DaMatta; 09/05/13).³⁵

A ideia que se forma a partir dessas manifestações é de que a esquerda é formada por indivíduos com um sentimento ancestral de incompletude e insegurança, aquietado unicamente pelo poder de determinação estatal. Como um pai, o Estado seria o garantidor de um mundo estável e seguro, que nos livraria da indeterminação e as incertezas da dinâmica de um mundo liberal. A ideologia da esquerda seria então a projeção política desse sentimento ancestral de

³⁵Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/direita-esquerda/> Acessado em 27 de julho de 2016.

insegurança, por isso elegendo o Estado, com se Deus fosse, como o garantidor de uma vida estável, segura e próspera para todos.

Quem melhor sintetiza essa ideia e a coloca num panorama maior é o economista Rodrigo Constantino, conhecido defensor das ideias de direita, ex-colunista da revista “Veja”, Presidente do Instituto Liberal e membro fundador do Imil. Para ele:

Lamentavelmente, as ideias que venceram até hoje no Brasil e na América Latina foram as ideias coletivistas, que desconfiam da iniciativa privada e do individualismo, que demonizam o empresário e o lucro, que abominam o capitalismo de livre mercado.

[...]

Ora, partindo-se desta definição, fica claro que na região toda há praticamente um monopólio da esquerda no campo das ideias, com Cuba e Venezuela nas extremidades, seguidas por Equador, Bolívia, Argentina e também o Brasil.

[...]

No Brasil, há claras evidências desse monopólio esquerdista, apesar de a própria esquerda gostar de culpar o fantasma do “neoliberalismo” por todos os nossos males.

(CONSTANTINO, Rodrigo. Monopólio Esquerdista, 18/08/2009).³⁶

Esse fenômeno que Constantino narra é justamente aquilo que falamos anteriormente e que já explicitamos alhures, a emergência de governos de esquerda por toda a América Latina a partir dos anos 2000 e que ficou conhecido como “onda vermelha”. A emergência veio após duas décadas de políticas neoliberais no continente e que geraram crises econômicas e sociais em diversos países. Assim, foi correto naquele período o diagnóstico de Constantino sobre o monopólio político da esquerda na América Latina. Esse fortalecimento das forças de esquerda acabou por um momento em eclipsar as forças de oposição, que tiveram poucas alternativas frente ao retumbante sucesso das políticas empreendidas na primeira década do século XXI.

Esse refluxo da direita é demonstrado pela falta de candidaturas ligadas ao espectro político nas eleições presidenciais de 2010, por exemplo, num diagnóstico muito similar, mais uma vez, àquele presente no texto de inauguração do Imil.

As eleições que se aproximam em 2010 demonstram uma vez mais o monopólio da esquerda na política nacional. Os defensores do

³⁶Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/monopolio-esquerdista/> 2009 Acessado em 27 de julho de 2016.

liberalismo não encontram representação alguma, e fica cada vez mais difícil distinguir os candidatos. São todos vermelhos, variando apenas o tom. (CONSTANTINO, Rodrigo. Monopólio Esquerdista, 18/08/2009)

A estratégia para romper com o monopólio “esquerdista” no Brasil seguiria então a mesma que Gramsci gestou para a escalada à esquerda, trabalhar no plano das ideias, da cultura, educar as mentes e difundir, nada mais, nada menos, do que a própria razão.

Só existe uma maneira de acabar com o monopólio esquerdista no campo das ideias: lutar com ideias, mostrar uma alternativa, apresentar argumentos e educar as pessoas. Já erra quem pensa que tal educação virá do governo, pois a elite governante não tem interesse algum em eleitores mais esclarecidos e céticos. Logo, o esforço terá que ser da iniciativa privada, de cada indivíduo que acredita na liberdade. Terá que ser um esforço hercúleo, pois a luta sem dúvida é desigual: os coletivistas apelam às emoções, vendem promessas utópicas, eximem os indivíduos de responsabilidade e utilizam a máquina estatal a seu favor. Mas os liberais contam com um poderoso aliado: a razão! Com o tempo, esse monopólio esquerdista será derrotado. Mas é preciso começar a agir. Os inimigos da liberdade já conquistaram espaço demais. Vamos dar um basta! (CONSTANTINO, Rodrigo. Monopólio Esquerdista, 18/08/2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da emergência de uma “nova direita” no Brasil e o espraiamento, tanto na sociedade civil quanto política, de ideias de matiz neoliberal por meio do trabalho de *think tanks*, como o Instituto Millenium, é recente e a extensão de seus efeitos na sociedade brasileira ainda será conhecida ao longo do tempo. Acreditamos que, pela maneira que a dinâmica das forças políticas veio se desenvolvendo historicamente, tanto no Brasil, quanto no continente sul-americano, a melhor maneira de enxergar esse processo seria através das lentes de Antonio Gramsci.

É evidente que não se defende aqui a utilização da teoria na sua integralidade, de forma acrítica e irrefletida. Há elaborações próprias de seu tempo e que não cabem mais no contexto de uma democracia moderna, o que naturalmente não inviabiliza a utilização de conceitos que passaram pela prova do tempo, mostrando-se fundamentais para a compreensão de fenômenos do nosso século. É o caso, por exemplo, dos caminhos que levam um grupo político à conquista do Estado. A teoria da hegemonia gramsciana advoga que, descartando-se a hipótese de um rompante revolucionário, a conquista do poder do Estado viria através de um trabalho parcimonioso, uma guerra de posição no terreno político, fruto da batalha de ideias pela direção moral, cultural e política da sociedade.

Esse trabalho só seria possível pelo engajamento de grupos intelectuais responsáveis por elaborar, difundir e educar a opinião pública à dogmática própria de uma visão de mundo bem específica. Tal tarefa só seria possível mediante a adesão daquilo que Gramsci chamou de “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, grupos de mídia, *think tanks* e outras organizações da sociedade civil em geral, reprodutores do conteúdo ideológico produzido pelos intelectuais nos mais variados estratos da sociedade.

O reconhecimento explícito dos membros fundadores do Instituto Millenium da hegemonia política e cultural detida pela esquerda no Brasil, assim como as estratégias para reverter essa preponderância – a batalha no campo das ideias – ensejaram a vitalidade da teoria política do filósofo italiano. A década de profusão das políticas neoliberais no continente a partir dos anos 1980 e 1990, sua derrocada

com a “onda vermelha” a partir do século XXI e deterioração de suas forças que assistimos agora, remetem também à dinâmica do bloco histórico gramsciano.

Essa é uma forma de enxergar o fenômeno de (re)emergência da direita num plano macro. No contexto local suas especificidades puderam ser conhecidas a partir da análise do conteúdo político e ideológico que professam e pela sua forma de organização institucional militante. Entendemos que os intelectuais do Instituto Millenium representam uma fração de um espectro mais amplo das forças políticas de direita que ganharam projeção retumbante no país principalmente a partir das manifestações de junho de 2013. Nesse escopo, não foram encontradas manifestações de conservadorismo moral, mas econômico. Seus representantes se mostram apegados a uma política econômica ortodoxa, *mainstream*, que alegadamente “deu certo”, ao contrário das inovações institucionais de seus opositores.

Não houve nos conteúdos analisados qualquer crítica a temas polêmicos da atualidade que ensejam um posicionamento moral, como o direito ao aborto, a legalização das drogas ou o casamento civil igualitário, por exemplo. As críticas dirigidas às políticas compensatórias, como as cotas raciais, estão assentadas não sobre um conteúdo moral, mas econômico. Sua denúncia parte do princípio de que a intervenção do Estado na correção de assimetrias sociais compromete o sistema de incentivos do livre mercado, criando não uma sociedade mais justa, mas um mercado de atores econômicos diferenciados por “privilégios”, o que comprometeria a dinâmica própria de uma sociedade pautada pela concorrência.

Viu-se a partir disso que a desigualdade para os neoliberais não é um conteúdo abarcado por considerações de caráter moral, ela é amoral, uma vez que representa a expressão natural da aptidão dos atores econômicos na criação de valor. Como as condições para criar valor não são influenciadas, segundo eles, por desigualdades sociais de cor, classe e escolaridade, por exemplo, a isonomia nas relações de mercado é mais um sentido próprio da meritocracia. Por isso, para os neoliberais, a intervenção do Estado na economia é tão desastrosa, pois compromete todo o sistema de mercado no qual se assenta sua ideologia.

Demonstramos, pelas opiniões dos intelectuais analisados, que existe um forte ressentimento da direita em relação aos governos petistas, em especial à figura de Lula, que segundo eles tomou para si os louros de uma política econômica tida como neoliberal e depois acabou com ela. O mesmo se aplica aos programas

de transferência de renda que fizeram muito sucesso, no Brasil e no mundo, ao reduzir a desigualdade social de forma expressiva.

A certeza intransigente e a inevitabilidade dos postulados neoliberais foram um elemento constante nos textos e intelectuais pesquisados, uma forma que tiveram de se contrapor “à consciência do possível”, como diria Mannheim, a respeito dos progressistas. Essa direita é “nova” justamente porque se atualiza no tempo, reelabora velhos conceitos, elege novos paradigmas, encampa novas formas estratégicas de atuação, mas sempre conservando um pouco de si. É a “estrutura mental objetiva” de que fala Mannheim, que não está na cabeça dos homens, mas que tampouco é alheia a eles, funcionando como uma entidade histórica de conservação de uma oposição latente às forças do progresso.

O realismo que advogam com veemência se contrapõe ao utopismo característico das forças políticas de esquerda, para quem, segundo eles, está calcado numa insegurança ancestral, primitiva, numa busca por refúgio ante às manifestações da natureza. O Estado é Deus, e o seu poder, invocado para protegê-los dos predadores e do mundo de medo e incertezas do mercado. Eis para os neoliberais as razões da predileção da esquerda pelo Estado ante o mercado.

A despeito dos achados importantes que foram aqui explicitados e que nos ajudam a compreender parte do processo e do conteúdo do fenômeno de (re)emergência da direita no Brasil, há muito o que ainda ser explorado. O próprio corte necessário ao nosso escopo de análise implicou na delimitação de uma fração considerável, mas ainda assim minoritária, das possibilidades de exploração na retórica neoliberal. Ainda assim, entendemos que por ora os objetivos foram alcançados, um passo importante num fenômeno inesgotável e que prepara o terreno para novas empreitadas.

BIBLIOGRAFIA

ABELSON, D.E. **Do Think Tanks Matter?** Assessing the Impact of Public Policy Institutes. Kingston and Montreal: McGill-Queen's University Press, 2002.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995, p.9-23.

BERTELLI & WENGER. **Demanding Information:** Think tanks and the US Congress. *British Journal of Political Science*, 2009.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BROWN, E. et al. **Linking Think Tank Performance, Decisions, and Context**. Think Tank Initiative, 2014.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. **Intelectuais da “nova direita” brasileira:** ideias, retórica e prática política. Anpocs, 2015.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. **A nova direita brasileira:** ideias, retórica e prática política. *Revista Insight Inteligência*, n.72, 2016.

CLARK, W. **Thinker, faker, spinner, spy:** corporate PR and the assault on democracy. London: Pluto Press, 2007.

COCKETT, R. **Thinking the Unthinkable:** Think tanks and the Economic Counter-revolution 1931-1983. Nova York: HarperCollins Publishers, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo, 2016.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH, 1948).

DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado** – Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

GIAMBIAGI et al. *Economia brasileira contemporânea: 1945- 2010*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da Histórica**. Tradução: Coutinho. 9ed. Civilização Brasileira: 1991

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GROS, Denise. **Institutos Liberais e o Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

HAYEK, F. **O caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, [1944] 2010.

HEGEL, Georg. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KALTWASSER, C.R. **La derecha en América Latina y su lucha contra la adversidad**. *Nueva Sociedad*, n.254, 2014.

SILVEIRA, L. **Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium**. Unicamp, 2013.

MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo. In: **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MEDVETZ, T. **Think Tank in America**. University of Chicago Press, 2012.

PAUTZ, H. **Revisiting the think-tank phenomenon**. *Public Policy and Administration*, 26, 274-294, 2011.

PIERUCCI, A. **As Bases da Nova Direita**. *Novos Estudos*, 1987.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ROCHA, Camila. Direitas em Rede: Think tanks de direita na América latina. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

RUANE, S. The future of health care in the UK: think-tanks and their policy prescriptions. In M. Powell, K. Clark, & L. Bauld (Eds.), **Social Policy Reveiew** (Vol. 17). Bristol: Policy Press, 2005.

SILVEIRA, Luciana. **Os think tanks e o liberalismo econômico no Brasil – estudo de caso do Instituto Millenium**. Anpocs, 2014.

SINGER, André. Raízes ideológicas do Lulismo. *Novos Estudos*, n.85, 2009.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013. *Novos Estudos*, 2013.

SLATER, T. **The Myth of “Broken Britain”**: Welfare Reform and the Production of Ignorance. Antipode, 2014.

SLAY, J. **Impact: an enquiry into how think tanks create change**. Clore Social Leadership, 2017.

STONE, D. **Recycling bins, garbage cans or think tanks?** Three myths regarding policy analysis institutes. Public Administration, Public Administration, 2007.

WOLFF, R.; RESNICK, S. **Contending economic theories: neoclassical, Keynesian, and Marxian**. The MIT Press, 2012.

FONTES

ANDRADE; VIOLA; LEIS. Revolucionando a agenda política, 13/04/2005. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/revolucionando-a-agenda-politica/> Acessado em 27 de julho de 2016.

BELTRÃO, Hélio. A sociedade voluntária, os impostos, e os subsídios, 21/05/09. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/a-sociedade-voluntaria-os-impostos-e-os-subsidios-2/> Acessado em 27 de julho de 2016.

CONSTANTINO, Rodrigo. Monopólio Esquerdista, 18/08/2009. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/monopolio-esquerdista/> 2009 Acessado em 27 de julho de 2016.

DAMATTA, Roberto. (Direita & Esquerda; DaMatta; 09/05/13. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/direita-esquerda/> Acessado em 27 de julho de 2016.

DAMATTA, Roberto. Os (verdadeiros) filhos do Brasil, 09/12/2009. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/artigos/os-verdadeiros-filhos-do-brasil/> Acessado em 27 de julho de 2016.

DAMATTA, Roberto. Sobre biografias, heróis e o filho do Brasil; 25/11/2009. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/sobre-biografias-herois-e-o-filho-do-brasil/> Acessado em: 27 de julho de 2016.

FIUZA, Guilherme. A França condecora um Lula imaginário, 03/10/2011. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/a-franca-condecora-um-lula-imaginario/> Acessado em 27 de julho de 2016.

FONSECA, Joel Pinheiro. Não é meritocracia; é o valor que se cria, 21/10/2015. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/meritocracia-valor-se-cria/> Acessado em 27 de julho de 2016.

KAUFMANN, Roberta Fragoso. A cor influencia a vida? Claro!, 27/07/11. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/a-cor-influencia-vida/> Acessado em 27 de julho de 2016.

LORIO, Ubiratan. Não foi por falta de aviso..., 11/03/15. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/foi-por-falta-de-aviso/> Acessado em 27 de julho de 2016.

MAUAD, João Luiz. O que significa meritocracia numa sociedade liberal, 23/10/15. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/significa-meritocracia-numa-sociedade-liberal/> Acessado em 27 de julho de 2016.

MAUAD, João Luiz. Por que os “progressistas são, na verdade, conservadores; 16/07/2015. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/artigos/por-os-progressistas-na-verdade-conservadores/> Acessado em 27 de julho de 2016.

MILLENIUM, Instituto. Missão, Visão, Valores. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/institucional/missao-visao-valores/>. Acesso em 10 fevereiro 2016.

NARLOCH, Leandro. Como uma ideia da direita se tornou bandeira da esquerda; 07/05/2015. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/bolsa-familia-como-uma-ideia-da-direita-se-tornou-bandeira-da-esquerda/> Acessado em 27 de julho de 2016.

NÓBREGA, Maílson F. da. A volta do neobobismo; 12/06/2013. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/pta-volta-neobobismo/> Acessado em 27 de julho de 2016.

SARDENBERG, Alberto. (O que nos falta é capitalismo, 20/11/2008. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/o-que-nos-falta-e-capitalismo/> Acessado em 27 de julho de 2016.

SARDENBERG, Carlos. Entre o mercado e o social, 11/10/2013. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/entre-mercado-social/> Acessado em 27 de julho de 2016.

SETTE-CÂMARA, Pedro. Contra a competição desenfreada, claro; 12/09/2009. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/contra-a-competicao-desenfreada-claro/> Acessado em 27 de julho de 2016.

ANEXO: LISTA DOS INTELECTUAIS PESQUISADOS

Ali Kamel	João Luiz Mauad
Alvaro Vargas Llosa	João Manoel Pinho de Melo
Andres Oppenheimer	João Pinheiro da Fonseca
Anthony ling	Jorge Gerdau
Arnaldo Niskier	Jorge Maranhão
Bolívar Lamounier	José Carlos Cavalcanti
Bruno Garschagen	José Carlos Sepúlveda
Carlos Alberto Sardenberg	José Padilha
Carlos pereira	José Piñera
Carlos Pio	José Pio Martins
Claudio Considera	Juan Ignacio Brito
Cora Ronai	Juan Ramón Rallo
Edmar Bacha	Judith Brito
Eduardo Machado	Leandro Narloch
Eduardo Viola	Luciano Garrido
Fabio Giambiagi	Luiz Alberto Machado
Fábio Ostermann	Luiz Felipe d'Avila
Fernando Dolabela	Mailson Ferreira da Nóbrega
Fernando Gabeira	Marcelo Madureira
Fernando Veloso	Marco Antônio Villa
Flávio Morgenstern	Margaret Tse
Gaudencio Torquato	Mario Vargas Llosa
Guilherme Fiuza	Merval Pereira
Gustavo Franco	Moacyr Góes
Gustavo Ioschipe	Mozart Neves Ramos
Hector Leis	Nelson Motta
Helio Beltrão	Odemiro Fonseca
Henrique Meirelles	Oscar Vilhena
Henrique Sartori	Patrícia Carlos Andrade
Ives Gandra	Paula Guedes
João Accioly	Paulo Areas

Paulo Gontijo
Paulo Guedes
Paulo Moura
Pedro Malan
Pedro Mello
Pedro Sette-Câmara
Percival Puggina
Ricardo Amorim
Ricardo Castanheira

Roberta Fragoso
Roberto DaMatta
Roberto Rachewsky
Rodrigo Constantino
Ronald Otto Hillbrecht
Rubens Barbosa
Samuel Pessoa
Simon Schwartzman
Ubiratan

Lorio



Termo de Autorização para publicação de trabalhos acadêmicos em formato eletrônico no
Repositório Institucional Digital da Produção Científica e Intelectual da UFJF

1. Identificação da material bibliográfico: () Tese (x) Dissertação
() TCC graduação () TCC Especialização

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor: THIAGO DE ANDRADE ROMEU ALEXANDRE

Matrícula: 102160178 CPF: 015.168.446-45

Telefone celular: 032 98872-2793 E-mail: romeu.alexandre@gmail.com

Nome do orientador: Dmitri Cerboncini Fernandes

Título do trabalho: O Instituto Millenium e os Intelectuais da "Nova Direita" no Brasil

Co-orientador: _____

Membros da Banca: Prof. Doutor Dmitri Cerboncini Fernandes; Prof. Doutor Paulo Roberto Figueira Leal; Profa. Doutora Debora Messenberg Guimarães

Pós Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado)

Programa: PPGCSO Curso: Ciências Sociais

Área do Conhecimento: Sociologia

Palavras-chave: Instituto Millenium; Intelectuais; Nova Direita

Data da defesa: 30 / 08 / 2017

Pós-graduação Lato Sensu (especialização)

Curso de Pós-Graduação: _____

Área do Conhecimento: _____

Palavras-chave: _____

Data da defesa: __ / __ / __

Graduação

Curso: _____ Data da defesa: __ / __ / __

Área do Conhecimento: _____

Palavras-chave: _____

3. Agência (s) de fomento (se houver): CAPES

4. Licença de uso

Na qualidade de titular dos direitos de autor do conteúdo supracitado, autorizo o Centro de Difusão do Conhecimento da Universidade Federal de Juiz de Fora a disponibilizar a obra no Repositório Institucional gratuitamente, de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 4.0 Internacional por mim declarada sob as seguintes condições.

Permite uso comercial de sua obra? () Sim (x) não

Permitir alterações em sua obra? () sim () sim, desde que outros compartilhem pela mesma licença (x) não

A obra continua protegida por Direitos Autorais e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

4. Informação de acesso ao documento:

Liberção para publicação: (x) Total () Parcial

A restrição (parcial ou total) poderá ser mantida por até um ano a partir da data de autorização da publicação. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à PROPP ou PROGRAD. Em caso de publicação parcial, o embargo será de 12 meses. Especifique o (s) arquivo(s) capítulo(s) restritos:

Declaração de distribuição não-exclusiva

O referido autor:

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Juiz de Fora os direitos requeridos por esta licença e que esse material, cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdos do documento entregue.

c) Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a UFJF, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo contrato ou acordo.

Assinatura do autor

Thiago de Andrade Romeu Alexandre

Data 18/09/17